

Ana Cristina Nascimento Givigi

**AS DIMENSÕES DA CONSCIÊNCIA EMPÍRICA:  
um estudo sobre os trabalhadores da EMBRATEL no  
Espírito Santo**

Tese de Mestrado apresentada  
ao Departamento de Ciências  
Sociais do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de  
Campinas, sob a orientação do  
Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro  
Antunes.

Este exemplar  
corresponde à redação  
final da tese defendida e  
aprovada pela Comissão  
Julgadora em 27/08/97.

Banca:

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias

Prof. Dr. Wolfgang Leo Maar

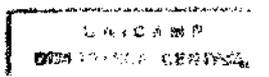
Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes

*M. Naves*

*Edmundo Fernandes Dias*

*W. Leo Maar*

Agosto/1997.



6890000

UNIDADE	BC
N.º CHEGADA	11/09/97
V.	Ex. 1
T. Nº	BC/31633
PROJ.	283/97
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	16/09/97
N.º CPD	

CM-00100566-7

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**Givigi, Ana Cristina Nascimento**  
**G 449 d** As dimensões da consciência empírica: um estudo sobre os  
 trabalhadores da EMBRATEL no Espírito Santo / Ana Cristina  
 Nascimento Givigi . - - Campinas, SP : [s.n.], 1997.

**Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes .**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Consciência de classe. 2. Identidade. 3. Trabalho.**  
**4. Trabalhadores- Espírito Santo. I. Antunes, Ricardo L.C.**  
**(Ricardo Luis Coltro), 1953- II. Universidade Estadual de Campinas.**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. II. Título.**

*À Luiz Lima, meu parceiro na luta e na vida,  
verdadeiro intelectual orgânico, com quem  
compartilho a vida e aprendo mais sobre o amor,*

*À Sidney e Leila Givigi, meus pais, cujos cuidados  
fizeram-me sentir a concretude do mais profundo  
afeto,*

*À Tito Givigi Mattos, com toda emoção com que  
espero sua chegada.*

## Agradecimentos

Foram muitas as pessoas que interferiram, positivamente, para que meu trabalho se tornasse uma realização e mais um passo em busca de uma pretendida maturidade intelectual. Considero de grande importância, por isso, e pela concepção de conhecimento como uma construção coletiva, enumerá-las, pelo menos as mais diretamente envolvidas, e compartilhar com elas essa alegria.

Gostaria de novamente referir-me àqueles a quem dedico esse trabalho - meu companheiro, Luiz; minha mãe, Leila e meu pai, Sidney, cujas presenças fortes e decididas sempre me levou a desafiar-me, mantendo-me irrequieta diante das possibilidades à minha frente. Também o pequeno Tito, que logo chegará ao mundo renovando as esperanças e aumentando nossas inquietudes.

À minha família, meus amores, muito importantes para mim, verdadeiras partes de mim mesma, Júnior, Cíntia, Alan, Kleber e em especial comunhão e gratidão à minha Rosana.

Agradeço a João Rocha e Zete, Mauricléia, Célia, Sandrinha, Rosa Maria, minha querida, Ludimila e Zuza, minha turma e amigos do curso de Economia do Trabalho e Sindicalismo/94, pelo incentivo e a José Antônio Buffon, amigo muito querido que, pacientemente, acompanhou-se durante o exame de seleção do Mestrado.

À Mara Cristina Casteletti, doce e especial amiga, cujo carinho levou que os dias em Campinas fossem aquecidos pelo afeto e confiança em mim mesma. Agradeço pelo abrigo e pela solidariedade.

À Cida Louzada, com muito carinho, Marcos Peu Queiróz, Mauro Rezende, Anderson Biett, Renato Brambila, Simone Garcia, Gilcéia Lima e Orlando Zardo, amigos

de luta que me ampararam em momentos difíceis, quando pouca coisa parecia valer à pena.

Agradeço aos amigos Maurício Sabadini (especialmente pela solidariedade que demonstrou na reta final de elaboração de meu trabalho), a Flávio de Oliveira Bueno, Fernando César de Macedo Mota, Virgílio César de Macedo Mota, Valber Lugão e Fernanda Vezzoni, verdadeiros intelectuais, cuja integridade, carinho e apoio nunca terei como retribuir. Em especial, a Helder Gomes, pelos debates, paciências e impaciências, que o fazem um parceiro e um valoroso homem, sábio e corajoso.

À Reinaldo A. Carcanholo, profundo conhecedor de Marx, com quem tive a honra de debater questões fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho.

À Ana Targina pelo apoio, compreensão e companhia nos momentos de pura solidão e saudade de casa.

Agradeço aos amigos Jesus, Carlão, Carlos Gileno, Lilian, Marcelo, Ruy, Edwen, Soares, Hildemar, Prof. Josué, e, em especial, Pedro e Juju (Juliana), com quem pude debater questões teóricas fundamentais, aprender mais sobre a vida, construir conhecimento e compartilhar os dias em Campinas.

Aos companheiros João Batista, Valentim, Tião, Neves, Carlúcio, Gilberto, Jarbas, Augusto, Eurides, Nilson, trabalhadores telefônicos, sem os quais talvez não fosse possível conhecer meu objeto de estudo e “apaixonar-me” por ele. À Marcelo Beltrão, caro companheiro e amigo pelas dicas e informações sobre o setor de telecomunicações.

À Maria de Lourdes Malta Serra, a Lourdinha, que além de excelente trabalhadora da Secretaria de Pós-Graduação, sensível e amiga, em dias sem bolsa e dias

de bolsa, mostrando que entende o coração de quem vem de longe em busca de aperfeiçoamento. Também a Marli, da Secretaria, pelos serviços prestados.

Minha eterna gratidão à Ana Cláudia Farranha Santana, a Cacau, amiga dos dias de sol e dos dias nublados, cujo coração facilmente derrama-se pelos lábios, trazendo a mim, por dez anos, palavras de amor, engrandecendo minha vida e tornando-me mais humana. Também a ela, pelo apoio intelectual e diversas discussões, pela sabedoria, pela disciplina, pela honradez com que trabalha, dignamente, influenciando todos à sua volta e, principalmente, pelo exemplo de como a solidariedade é possível e concreta.

Agradeço, imensamente, à Ricardo Antunes, mestre, amigo, cujo exemplo enriquece este país, tão carente de intelectuais comprometidos com dias melhores, mais felizes, dias transformados em vida cheia de sentido. Não poderia deixar de dizer da honra de tê-lo conhecido e a seu trabalho que apontam, criticamente, a horizontes cheios de possibilidade de emancipação humana para aqueles que veem sentido num projeto de classe dirigido à libertação dos aprisionamentos capitalistas. Agradeço pelos debates, pelas idéias, pela oportunidade, pela confiança, pela sensibilidade, pela orientação, pela seriedade com que produz ciência.

E, por fim, mas não menos importante, à Márcio Bilharinho Naves, que, apesar do pouco tempo de convivência, mostrou-me o rigor e a sensatez que deve ter quem quer ser cientista social. Agradeço pelo apoio, pelos debates, pela prontidão, pelas idéias e por estar comigo no fim desta jornada.

À memória da amiga que se foi tão cedo, Leile Brito. Minhas saudades para sempre...

À Capes, pelo auxílio financeiro, ainda que parcial.

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo I: As revoluções internas do capitalismo em crise e as alterações do mund do trabalho.....</b>	<b>13</b>
<b>1 - Notas sobre as crises capitalistas.....</b>	<b>13</b>
<b>2 - O processamento das alterações no mundo do trabalho no interior das crises.....</b>	<b>19</b>
<b>3 - A racionalidade capitalista no setor de serviços: o caso das telecomunicações.....</b>	<b>30</b>
<b>4 - A reestruturação como parte necessária da racionalidade capitalista.....</b>	<b>40</b>
<b>5 - As modificações no processo de trabalho na EMBRATEL em tempos de reestruturação.....</b>	<b>50</b>
<b>5.1 - Qualidade Total como “ferramenta” do capital.....</b>	<b>54</b>
<b>6 - A subsunção da materialidade: o reino do trabalho abstrato.....</b>	<b>64</b>
<b>Capítulo II: A realidade vista pelos trabalhadores: as formas de percepção (imediata e mediada) estruturando a consciência de classe - problemas e desafios.....</b>	<b>70</b>
<b>1 - As dimensões da realidade originando as dimensões da consciência: as formas de compreensão do real.....</b>	<b>70</b>
<b>2 - A restauração do momento consciente recolocando os sujeitos sociais.....</b>	<b>79</b>
<b>3 - Os trabalhadores da EMBRATEL e suas manifestações.....</b>	<b>81</b>
<b>4 - As barreiras à mediação entre a percepção imediata e mediada e os desafios à consciência de classe.....</b>	<b>87</b>

<b>Capítulo III: As novas objetividades desafiando a configuração de uma nova identidade de classe: os aspectos subjetivos que informam à práxis social.....</b>	<b>95</b>
<b>1 - Os novos atores e a reconstrução da identidade.....</b>	<b>95</b>
<b>1.2 - Os atores diante do espelho.....</b>	<b>107</b>
<b>2 - As limitações da práxis na construção da nova identidade.....</b>	<b>111</b>
<b>2.1 - As ações políticas dos trabalhadores da EMBRATEL.....</b>	<b>116</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>127</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

Uma série de modificações ocorre no mundo do trabalho, resultantes da permanente contradição entre as relações sociais de produção e as forças produtivas, dando origem não só a profundas alterações na organização e instrumentos de trabalho, mas também no desenvolvimento político do ser social. Qual seja, as contradições inerentes à luta de classes geram formas específicas de produzir, tecendo uma miríade de possibilidades e limitações ao pensamento e à práxis social.

É preciso explicar nosso pressuposto de modo que ele não assuma um caráter axiomático. Quando afirmamos a especificidade do atual momento como decorrente da luta de classes, estamos versando sobre as condições sociais subjetivas específicas que estão presentes nas objetividades do mundo exterior. Qualquer objetividade é, pois, resultado da força de trabalho em ação que em si mesmo é condicionante para a continuidade da produção da estrutura social e reprodução material da vida. Assim, pois, a ação assume a forma de práxis social e ao invés de resultar-se de processos mentais, pura e simplesmente, concretiza-se enquanto mediação à produção material da vida.

Se, ao construir objetividades, nesse momento histórico específico, os seres humanos aplicam o valor de uso de sua força de trabalho - sua capacidade de trabalhar - e só, e somente por isso são pagos, restando-lhes repor tal capacidade, o seu trabalho lhe é expropriado de forma que ele mesmo origina objetividades que não lhe pertencem, produzindo sua própria miséria. Essa contradição mesma entre o que é produzido e o que é expropriado, ou seja, entre quem produz e quem expropria, é o motor de produção da própria história humana. Ao que podemos dizer que as contradições entre as relações sociais de produção e as forças produtivas e entre a necessidade capitalista

de acumular e os movimentos contrários a isso dão origem a uma série de alterações contínuas no modo de produção capitalista.<sup>1</sup> A impulsão da luta de classes será, pois, central, não só para recolocar o ser humano no centro da história, sendo esta decorrente de sua interação com a matéria, como para traduzir em subjetividades e objetividades cada modificação que ocorre no capitalismo.

Somente a partir desses pressupostos de análise podemos iniciar nossa tematização sobre as mudanças no trabalho sob o capitalismo, ainda que num setor específico. Entendemos o movimento do capital como uma gênese, ligado à ação humana, passível de radicais alterações estruturais, resultando em configurações diversas, ou não, conforme os condicionamentos da luta de classes. Desta feita, a apresentação de uma forma de produzir alternativa e racionalidade outra continuam na ordem do dia, tanto epistemologicamente, quanto material e socialmente falando.

Posto que não trabalhamos com “uma fatalidade” ou uma “inevitabilidade” o pensamento encontra-se livre para acompanhar e definir o movimento histórico.

A nossa intenção de pesquisadora é propiciar uma solução gnosiológica, decompondo nexos que deram origem ao nosso problema, a partir da reapresentação do objeto em seu percurso histórico-social. Como fundamentação podemos dizer que interessa-nos as formas de concreção assumidas pela singularidade, somente como

---

<sup>1</sup> Quanto a isso ver BERNARDO, J. Economia dos Conflitos Sociais, São Paulo: Editora Cortez, 1991. Essa são conclusões também de DIAS, Edmundo e BRAGA, Ruy em A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes, Brasília: Sindicato dos Eletricitários, 1996. Contudo, os dois autores partem de matizes de análise diferenciadas daqueles de Bernardo. O objetivo de ambos é realizar o debate com o “economicismo”, especialmente àquele desenvolvido pela Escola da Regulação que focaliza as mudanças tecnológicas enquanto alterações autônomas. Para eles, “o debate vigente afirma que o desenvolvimento das forças produtivas, entendido como fonte progressiva de toda mudança social, depende sempre do incremento do progresso técnico, o qual, por sua vez, depende, antes de tudo, dos instrumentos de produção. De redução em redução, chegamos à hipótese de que são os instrumentos de produção, a microeletrônica e a telemática, notadamente, assim como as modificações que estes conhecem em consequência do desenvolvimento incessante da produção material, os fatores determinantes das mutações e crises históricas (...) No âmbito dos instrumentos de produção, é a razão alheia às contradições classistas que vigora impassível...” BRAGA, Ruy, op.cit, pag/73.

fragmentos parciais de momentos universais intrínsecos, mas carentes de mediações, na apreensão do *ser-realmente-assim-existente* na totalidade.

**Nosso problema, diz respeito ao impacto das alterações no mundo do trabalho na subjetividade, desafiando a configuração de uma nova identidade ao ser social, que seja autora de uma práxis social capaz de fazer as mediações necessárias para alteração das objetividades que perfazem o presente.**

Para tanto, faz-se necessário que apresentemos as alterações na organização do trabalho, no período de 1989 a 1997, no nosso caso, no setor de telecomunicações, especificamente, na Empresa Brasileira de Telecomunicações no Espírito Santo - EMBRATEL-ES, em cujo período ocorreram as principais mudanças e seus reflexos na subjetividade. Captaremos esses reflexos por meio das mediações coletivas originadas a partir da organização dos trabalhadores em telecomunicações na EMBRATEL-ES (posto que toda ação objetiva é subjetividade objetivada) e através de entrevistas onde privilegiamos a análise do discurso destes trabalhadores<sup>2</sup>. Por fim, apontaremos pistas sobre a identidade deste trabalhador e sobre as limitações da práxis configurada a partir deste ser. Detalhemos, pois.

O que nos interessa, especificamente, é discutir como as alterações vem sendo vivenciadas pelos trabalhadores telefônicos, de modo que esses construam, a partir delas, novas imagens e representações de seu próprio trabalho e apreender de que forma esses novos elementos dão origem às ações coletivas. Ou seja, qualificaremos as mediações que se interpõem nesta ação.

---

<sup>2</sup> Partimos da perspectiva que discurso e práticas não são elementos que se contraponham. Na verdade, a ação dos sujeitos sociais funda-se sobre as duas dimensões numa interação dialética em que os sujeitos, a partir da sua fala, apontam elementos da sua subjetividade e da prática cotidiana. Nesse sentido, apreendemos destas entrevistas fragmentos discursivos que demonstram a percepção dos atores sobre as alterações no mundo do trabalho e nos permite construir nosso argumento.

Nos convém dizer que um estudo a partir de uma categoria específica, em que privilegiamos verificar as dimensões da consciência empírica, ou seja, analisar como estes vêem o seu próprio trabalho e sua relação com o mundo, ue só poderá ter validade se este (estudo) for entendido como um recorte metodológico: *a “consciência” de um segmento só tem sentido quando inserido num projeto mais abrangente de consciência, articulado ao conjunto da classe.*

A partir disso podemos justificar nosso objeto. Os trabalhadores da EMBRATEL interagem em um setor de tecnologia de ponta, onde são produzidas condições materiais para a maioria das modificações no processo produtivo, sendo que isso lhes altera o próprio trabalho. Contudo, seu local e tipo de trabalho insere-se no setor de serviços, especificamente “no tratamento da informação” (viabilização da transmissão e recepção da informação), suscitando inúmeros debates acerca da inserção destes trabalhadores num projeto mais geral de classe.<sup>3</sup> Por isso mesmo, resolvemos entender como eles “se identificam” e apontar os limites da percepção imediata, sugerindo a constituição de uma percepção mediada que se desenvolve no marco da organização coletiva, a partir da socialização do conhecimento de si mesmo, ou seja, pela partilha das experiências e “conhecimentos”.

Como as telecomunicações constituem-se no principal caminho para difusão e dispersão das tecnologias típicas da microeletrônica, o setor tem se reestruturado no sentido de tornar-se um pilar das transformações no capitalismo contemporâneo. Assim, cabe-nos captar como os atores movimentam-se em seus elementos objetivos e subjetivos para originar características peculiares à essa reestruturação interna.

---

<sup>3</sup>Consultar BELL, Daniel - *Vers la société postindustrielle*, Paris: Laffont, 1976 (para entendimento de uma teoria sobre a sociedade pós-industrial ou dos serviços).

Muitas pesquisas despontam-se no sentido de apreender as modificações, especialmente no setor produtivo, cuja organização de trabalhadores possui uma tradição maior de participação nas lutas políticas do país, até mesmo pela estrutura ocupacional da década de 70 e 80, que ainda privilegiava a indústria. Essas pesquisas dirigem-se a definição de novos delineamentos à qualificação, à relevância do trabalho, à percepção dos atores, etc. Há, portanto, fatores distintos no setor de serviços.

Captar os matizes da racionalidade capitalista neste setor é um desafio ao pensamento social contemporâneo. Pretendemos, minimamente, contribuir para esse debate que se trava no interior da sociologia. Por isso, para nós, os trabalhadores que operam no setor de telecomunicações traduzem um espaço interessante para verificação de como se dá a correlação de forças e seus desdobramentos, qual seja, como se estrutura a racionalidade capitalista.

Apesar dos diferenciais qualitativos gerados pelas mudanças estruturais no trabalho, não concordamos com Offe para quem as mudanças na estrutura ocupacional cindiria a racionalidade capitalista típica, implantando novas formas de execução cujo setor de serviços é a expressão máxima. As diferenças qualitativas na forma de gerir a força de trabalho não apontam para uma outra racionalidade: a observação empírica indica a manutenção de princípios formais cada vez mais similares aos do setor produtivo no setor de serviços. Além disso, o que poderia cindir a racionalidade “estratégico-econômica” nos termos de Offe seria a construção de princípios internos racionais adversos na configuração de critérios de gestão para o setor de serviços. O que podemos ver é que esses qualificam e aceleram a difusão global do capital, sendo suportes da valorização no capitalismo.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> “...em lugar dos critérios de racionalidade estratégico-econômicos incertos, encontraremos estimativas baseadas no costume, no discernimento político ou consenso profissional...” (OFFE, Claus. - “Trabalho : categoria sociológica chave? in O capitalismo desorganizado, São Paulo: Brasiliense,

Nem tampouco entendemos que o redimensionamento da classe trabalhadora, devido ao crescente número de trabalhadores no setor de serviços nos levaria à tese da sociedade pós-industrial. Para isso, realizaremos a análise da argumentação de um autor de expressão que postula a defesa desta tese, como Daniel Bell e outros teoricamente contrários, como Jean Lojkin, Ernest Mandel e Marx, de onde tiramos algumas conclusões sobre especificidades deste debate.

A escolha da EMBRATEL-ES como *locus* (e não o sistema TELEBRÁS como um todo) se deve a que as alterações ocorrem ali, antes que nas operadoras do Sistema TELEBRÁS (as teles) e que o processo de trabalho é simétrico em sua execução em todas as unidades da EMBRATEL no Brasil. Portanto, guardando características bem específicas de cada região e a forma de ação e reação dos telefônicos, poderemos generalizar algumas conclusões. Também, porque o “tratamento com a informação” se dá, especialmente, na EMBRATEL, nos instigando a pesquisar como estes trabalhadores constroem a imagem de si mesmos e como ela insere-se (ou não) para eles no conjunto da classe.

Os trabalhadores da EMBRATEL são 12000 (doze mil) em todo país. Destes, 6000 (seis mil) estão no Rio de Janeiro, onde fica a sede da empresa. No Espírito Santo, soma-se 179 (cento e setenta e nove) trabalhadores, sendo que 147 são homens, portanto, 32 são mulheres. Destes, 45 (quarenta e cinco) tem curso superior, sendo que nove exercem o cargo de engenheiros; 130 (cento e trinta) possuem segundo grau, e destes 94 (noventa e quatro) são técnicos em telecomunicações e 36 (trinta e seis) estão nas áreas administrativa e financeira, mercado e serviços; e apenas 04 (quatro) possuem

---

Pag/172, 1985.). Offe apresenta a diversificação como um desafio as subjetividades e padrão ético e, juntamente, com uma nova valorização que surge para o trabalho por parte da sociedade, questiona a centralidade formativa do trabalho e sua definição categorial como principal na sociabilidade e na pesquisa sociológica. Para uma leitura crítica ver ALVES, Giovanni. - “A vigência do capital: crise capitalista e problemas teórico-metodológicos do pensamento social centrado na categoria do trabalho” in Temáticas, Ano I, Nº 1, 2º Semestre/Dez, 1993.

o primeiro grau. Todos estão locados nos seguintes setores: Administração e Finanças, Engenharia, Serviços, Mercado e Informática.

Por muito tempo os trabalhadores perceberam salários superiores, se comparados à média salarial praticada no Brasil. Há algum tempo o salário vem decrescendo. No entanto, a média salarial na EMBRATEL ainda pode ser considerada alta se comparada, inclusive à das Teles. O salário médio é de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), enquanto nas Teles é de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Essas características acima apontadas fazem do trabalhador da EMBRATEL o que se pode chamar de “bem qualificado” e “bem remunerado”, delegando-lhe um certo *status*<sup>5</sup> em relação a outras categorias de trabalhadores. Isso é compreensível quando se trata de uma sociedade capitalista, onde o poder está intimamente ligado ao dinheiro e à competição de uns homens com os outros.

Contudo, o Sistema Brasileiro de Telecomunicações apresenta desvantagens de desempenho se comparado ao sistema de outros países como a Suécia, os Estados Unidos ou a França, apesar do notável desempenho do setor.

Ao contrário do que advogam os defensores do Estado Mínimo a desvantagem do sistema brasileiro não se deve ao monopólio estatal<sup>6</sup>. Podemos dizer de uma desvantagem estrutural, advinda da própria subordinação tecnológica e industrial dos países periféricos, cujo resultado não poderia ser sistemas próprios e autônomos:<sup>7</sup> as redes, no Brasil, foram implantadas sobre o controle de empresas estrangeiras. Nos diz Dantas:

---

<sup>5</sup>Nos referimos à *status* como a percepção sobre o trabalhador na sociedade, de alguma forma reforçada pela sua própria postura e condição em relação ao outro, visto que o *status* não se faz pela compreensão das relações sociais, mas pela exarcebação da “aparência”.

<sup>6</sup>Em todos os países capitalistas centrais a infra-estrutura do setor de telecomunicações foi construído pelo monopólio estatal, no que diz respeito aos recursos e regulamentações.

<sup>7</sup>DANTAS, Marcos - A lógica do capital-informação, Pag/41, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

*“A monopolização dos serviços nos países centrais empurrou outros grupos capitalistas para os países periféricos (...) Eles estenderam, por todo o mundo, fios telegráficos, cabos submarinos ou bases de radiotelefonia, acompanhando as rotas dos navios e ferrovias que transportavam as riquezas das colônias e países dependentes para Europa e os Estados Unidos. As infra-estruturas de transporte em países periféricos serviram, basicamente, à inserção internacional de suas economias, fonte de matérias-primas e mão-de-obra barata para os países centrais. Secundariamente, forneceram redes telegráficas ou telefônicas para as classes ricas e remediadas. Nesses países nunca se falou, à época, em universalizar as telecomunicações.”<sup>8</sup>*

Isso significa que, como não desenvolveu um sistema autônomo, o Brasil também não desenvolveu tecnologias de informação, caracterizando-se do que se chama de país “subinformado”:

*“Sociedades que não desenvolvem tecnologias de informação tendem não só a ser subinformadas em relação aos países centrais, como também a erigir, dentro de suas fronteiras, divisões ainda mais fundas entre suas minorias ricas-informadas e suas maiorias pobres-desinformadas.”*

Os poucos investimentos em ciência e tecnologia determinam em países como o Brasil, a subordinação às estratégias de capitais estrangeiros, que são asseguradas pelos valores desenvolvidos e difundidos na esfera político-cultural.

Com as redes, chegaram as agências de notícias que reforçavam, paralelamente, a subordinação cultural brasileira. Um certo tipo de jornalismo *“que dá importância ao imediato, ao extraordinário, ao sensacional, ao superficial, ao bizarro, ignorando as articulações dos fatos, os processos sociais, as diferenças culturais e históricas entre os povos”*<sup>9</sup> desenvolveu-se no Brasil. Para esse jornalismo, os povos colonizados representavam o “grotesco e extraordinário” desafiando a civilização. Deste modo, essa foi a auto-imagem que nossas elites políticas e intelectuais reproduziram (e ainda reproduzem). *“Até mesmo os membros mais críticos e reformadores das elites locais*

<sup>8</sup>DANTAS, Marcos, Idem, *ibidem*.

<sup>9</sup>DANTAS, Marcos, Idem, pag/42, 1996.

*acabaram conformados a reduzir suas opções políticas e históricas aos limites estabelecidos pela cultura colonialista hegemônica.*”<sup>10</sup> Ou seja, assegurava-se no plano político-cultural o que de fato acontecia no plano econômico.

A EMBRATEL também insere-se nesse “atraso relativo”, como designa Dantas. Quando os Estados Unidos já desregulamentava o setor de telecomunicações, em 1962, abrindo à concorrência a comunicação por satélites, a Empresa Brasileira de Telecomunicações estava sendo criada, uma vez que sua fundação deu-se somente em 1965, por meio da adesão do Brasil à Intelsat<sup>11</sup>, delegando a empresa o poder de adquirir e operar satélites.<sup>12</sup>

É nessa empresa, constituída a partir de contradições, que vamos observar o trabalhador telefônico e as dimensões da consciência forjada no dia-a-dia de trabalho e de relação com os outros.

As idéias desenvolvida no presente trabalho se fazem a partir de algumas premissas. A primeira delas, é que a substancialidade do mundo dos homens é constituída a partir de traços ontológicos que delimitam a resposta dada a cada período histórico, por ser ela mesma (a substancialidade) consubstanciação de atos humanos teleológicos (constituídos ao longo da história por atos e pensamentos humanos).<sup>13</sup> Ou seja, as limitações da práxis ficam circunscritas na momentânea indefinição da identidade de classe. O que equivale dizer, que as alterações capitalistas provocam modificações na subjetividade que obscurecem a totalidade social, fazendo com que o ser social desvie-se

<sup>10</sup>DANTAS, Marcos - *A lógica do capital-informação*, Pag/42, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

<sup>11</sup>A Intelsat é uma entidade semi-empresarial e semipolítica que deveria impulsionar as comunicações mundiais por satélites, conforme pactos internacionalmente acertados. Foi criada pelos governos americano, japonês e europeus, e vinculada a Comsat, um consórcio semi-estatal que foi criado nos Estados Unidos no período da desregulamentação, com a missão de organizar e explorar comercialmente as comunicações orbitais. Consultar DANTAS, Marcos, *Idem*, pag/56, 1996.

<sup>12</sup>Hoje, a EMBRATEL já possui seus próprios satélites.

<sup>13</sup> LESSA, Sergio.- “Lukács e o marxismo contemporâneo” in *Temáticas*, Ano I, Nº1, 2º Semestre, 1993.

de seu momento originário e elabore conclusões fragmentadas que em si mesmas radicam uma práxis contingente, aquém das mediações necessárias para o entendimento dos desafios atuais.

A segunda premissa, é que o ato consciente, materializado por causalidades postas, distingue o ser orgânico não-humano do ser humano tornado, simultaneamente, social. Qual seja, “o ser social é subjetividade objetivada”<sup>14</sup> e só o é porque essa capacidade estende-se e complexifica-se ao longo de sua vida o recolocando, a cada momento, como ser que dá respostas, portanto, apto a desenvolver teleologias supridoras de inúmeras carências desenvolvidas. É o ato de objetivar-se/alienar-se<sup>15</sup> em cada nova objetividade, pois, que produz, como já nos referimos, a dinâmica social e lhe enriquece de inúmeros atos teleológicos unidos por conexões causais. Daí surge a terceira premissa: não há como apreender toda subjetividade, nem tampouco subjetivar (para recolocá-la em forma de objetividade) toda causalidade que conecta atos teleológicos.

A partir disso fica suposto que “a incognoscibilidade do conjunto das circunstâncias limita a constituição da práxis social, como decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras”.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> LESSA, S. - *A Ontologia de Lukács*, Maceió: EDUFAL, 1996.

<sup>15</sup> Em nosso trabalho estaremos usando a palavra “alienação” para traduzir o verbete *Entdusserung*. Embora, usualmente, os autores usem também *Entfremdung* para designar alienação. O significado de *Entdusserung* se refere ao movimento de remeter para fora a partir de um ponto inicial, realizando uma expulsão (exteriorização). Com isso, precisamos a ação de se por para fora de si mesmo no intuito de objetivar-se por meio do trabalho. Já *Entfremdung* refere-se ao que chamaremos (por inspiração de nosso referencial teórico) de *estranhamento* designando que nem todas as alienações são necessariamente negativas ou estranhadas, dependendo estas das determinações históricas. O estranhamento, pois, definiria-se como barreira social às realizações humanas. Desta forma os termos são usados por Lukács em seus trabalhos. Para melhor compreensão ver RANIERI, Jesus.J.- *Alienação e estranhamento nos Manuscritos de 1844 de Karl Marx* - Tese de Dissertação de Mestrado apresentada ao IFCH, Campinas, 1995.

<sup>16</sup> LUKÁCS, G. - “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem (1968), Pag/6 in *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo: Editora Ciências Humanas, Nº 4, outubro, 1978.

Importante, no momento, reter nesta terceira premissa é que os sujeitos ao desenvolverem uma práxis específica o fazem a partir do conhecimento parcial da universalidade concreta (posto que essa seja uma multiplicidade de teleologias articuladas, constituintes do meio circundante até que se refaça o percurso singularidade/particularidade e universalidade). Assim se desvelará o conjunto de mediações entre essência e aparência que dão realidade ao objeto: universalidade como expressão do múltiplo, particularidade como expressão do uno, ambos compostos por inúmeras mediações internas e entre si, subsumidas por um objetivismo aparentemente estático. Portanto, as limitações da práxis desvelam-se na reconstituição do percurso do objeto.

Por fim, como quarta premissa, relacionaremos sujeito-objeto, como ontologicamente distintos. Essa elaboração é conseqüente, visto que descrevemos os atos conscientes como produtos da interação com a matéria (resultante de outro momento constitutivo anterior). Não há, pois, como coincidir ideação (primeiro momento do ser social) e objetivação (alienação em um objeto e momento final de constituição) nem mesmo se a matéria fosse simplória, pois nem assim poderíamos dar finalidades a toda causalidade. Por sujeito e objeto não coincidirem entre si, não lhes será possível por um lado, determinar-lhe inteiramente o percurso, e por outro apreender-lhe totalmente.

O procedimento científico será, por isso, aproximativo e processual: toda solução gnosiológica estará em permanente risco, à espera de novos desdobramentos categoriais da essência/aparência. Cabe a nós, nesta pesquisa, apreender e reproduzir o movimento do objeto, através dos conceitos, síntese permanentemente colocada em questão pela dinâmica da história.

Se partimos do pressuposto que a práxis social é constituída por escolhas entre posições teleológicas, deixamos, então, nítido, que nos importa o papel da consciência em nossa análise. Resta-nos delimitar em que momento o ser desenvolve atos conscientes, ou seja, dirige-se a matéria, transformando-a. Para nós, esse momento é o trabalho. O “trabalhar” é portador de generalizações que *“funda o traço mais característico da história humana: o devir humano dos homens”*<sup>17</sup>. No entanto, daí surgirão inúmeros complexos sociais parciais que, embora se originem da capacidade generalizadora do trabalho, não guardam com ele identidade. Entre a esfera do trabalho e a construção da genericidade humana há mediações que devem ser apreendidas pela práxis social, mas, de forma nenhuma, podem ser redutíveis ao trabalho. Práxis social e trabalho não são momentos idênticos, um, contido de objetividades, e outro, de uma rede de mediações objetivas, atinentes a cada momento histórico e por isso, substância de julgamento da maior ou menor validade, por parte dos sujeitos, durante o desenrolar da história.

Tentaremos demonstrar nosso problema e dar-lhe uma solução provisória, a partir do desenvolvimento do trabalho.

---

<sup>17</sup>LESSA, Sérgio - A ontologia de Lukács, Pag 66 , Macció: EDUFAL, 1996.

# CAPÍTULO I

## AS REVOLUÇÕES INTERNAS DO CAPITALISMO EM CRISE E AS ALTERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

### 1- Notas sobre as crises capitalistas

Um grande leque de mudanças e alterações acontecem neste *fin de siècle*. Podemos entender que além das alterações na estrutura ocupacional, gestão da força de trabalho e na forma de contratação que acontecem no mundo do trabalho, deixando ao pensamento social questionamentos variados acerca da sociabilidade, as interpretações também multiplicam-se desafiando o espaço acadêmico. As teorias especializam-se e o conhecimento apresenta-se fragmentado, assim como a aparência do mundo moderno.

Tais mudanças podem ser consideradas como o próprio movimento do capital, que, enquanto relação social está em constante erupção, desenhando novos cenários. Entendê-lo como um modo de produção em permanente crise é assentar-se sobre um arcabouço teórico radicalmente diferenciado do conteúdo metodológico das análises que postulam uma racionalidade tendente ao equilíbrio, para as quais as crises são imperfeições sistêmicas.

Nesse sentido, cada crise é uma impulsão em direção a maior apropriação do lucro e assim o é porque a característica intrínseca deste modo de produzir é o constante revolucionar das tradições que guardam relação com formas tradicionais de conceber o mundo e a economia. Já em 1848, Marx identificava o potencial revolucionário interno ao capitalismo e descartava qualquer concepção que apontasse variáveis tendenciais ao equilíbrio:

*“O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações sociais, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as épocas anteriores. Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua aura de idéias e opiniões veneráveis, são descartadas; todas as novas relações, recém-formadas, se tornam obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens.”<sup>1</sup>*

As crises capitalistas são objeto de estudo de grande relevância. Contudo, não discorreremos longamente sobre isso neste trabalho. Apenas queremos demonstrar que as mudanças advém da necessidade do capital autonomizar-se e superar as quedas nas taxas de lucro, o que Marx considerava tendencial. Ou seja, toda alteração imposta ao trabalho é resultado de uma correlação de forças que privilegia a acumulação em detrimento do desenvolvimento das potencialidades humanas.

Embora a taxa de lucro não seja uma função direta da taxa de mais-valia é justo dizer que essa última é, para Marx, uma variável dependente da luta de classes. Na medida em que as organizações populares e de trabalhadores, estrategicamente, aumentem seu leque de reivindicações e pressão, fazendo com que se diminua a apropriação do sobretrabalho, a taxa de mais-valia tende a cair representando queda momentânea na taxa de lucro até que outras tentativas de ampliação da margem de acumulação sejam desenvolvidas pelo capital (a primeira delas é a criação de mecanismos de coerção que barrem a evolução das pressões feitas pelos trabalhadores) .

É bem certo que as subseqüentes crises econômicas e políticas na década de 70 originaram um ambiente de incertezas em que o capitalismo haveria de criar alternativas à tendência originária a queda da taxa de lucro<sup>2</sup>, soerguendo mecanismos que por um lado,

<sup>1</sup> MARX, Karl e ENGELS, Friedrich - Manifesto do Partido Comunista, São Paulo: Editora Escríba, 1978.

<sup>2</sup> Tal tendência mostra-se em que o trabalho não pago, embora tenda a aumentar, inclusive como resistência capitalista à própria crise, diminui-se a sua relação com o capital global, que aumenta em proporções inéditas. Em outras palavras, se o lucro é a relação do trabalho não pago com o capital total (que nesta

aumentariam a expropriação de mais-trabalho e por outro, barateasse os custos do capital constante, rebatendo a crise. A saída mostrou-se na configuração de uma fase de acumulação - resultado premente da intrínseca contradição entre queda da taxa de lucro e o aumento da exploração do trabalho - em que a flexibilidade é a característica principal.

A necessidade desta nova fase demonstra o esgotamento do padrão de acumulação anterior que reunia elementos objetivos e subjetivos favoráveis à acumulação. Vivemos um momento de significativas alterações nas formas de reprodução ampliada do capitalismo mundial, fundamentalmente ligadas à necessidade de progressos de produtividade. Portanto, é o incremento de produtividade que faz com que seja possível a apropriação de mais sobretrabalho, tornando realidade um nível superior de acumulação que, basicamente, constitui-se da elevação na proporção de capital constante em relação ao variável.

Mesmo diminuindo, em nível global, o número de trabalhadores na produção, é infundada a afirmação corrente que há diminuição da dependência do trabalho para produção de riquezas. O que ocorre é que ao surgirem tecnologias que são capazes de diminuir o tempo de trabalho incorporado à unidade do produto, em razão inversa ao aumento da incorporação do capital constante ao produto, aumenta também, consideravelmente, a quantidade de trabalho não pago. É óbvio que as tecnologias que imprimem mais velocidade à cadeia produtiva baratearão também os bens de consumo que são os meios de subsistência dos trabalhadores, fazendo com que o seu trabalho seja ainda em volume maior apropriado pelo capital.<sup>3</sup> Podemos apontar, portanto, que o capital

---

época sofre um abrupto aumento advindo da alteração da relação entre máquinas e força de trabalho), podemos supor que, sem que o capitalismo viabilize mecanismos de resistência que se mostrem no barateamento das máquinas, aumento da exploração do trabalho, impulsão para baixo aos preços relativos, por meio da concorrência no comércio exterior e/ou vantagens competitivas de regiões, etc, o lucro cairia vertiginosamente. Essa tendência confirma-se em que esses mecanismos, potencialmente, tendem a esgotar-se, restando à luta de classes novos rumos à civilização. Ver MARX, K. - O capital, Livro III, Cap- XIII, XIV e XV, São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

<sup>3</sup> Ora, se o capitalista paga somente pela força de trabalho, ou seja, aquilo necessário a subsistência, ao baratear produtos que compõem sua cesta básica, pagará ainda menos, ou seja, se apropriará de valor ainda maior que o trabalho produz. Contudo, é a luta de classes que determina a retração ou extensão na extração de mais-valia. Se os trabalhadores se mostram aptos à alargar sua margem salarial, esta ação incidirá sobre

resolve, parcialmente as suas crises, expressas na tendência à queda da taxa de lucro, aumentando a exploração do trabalho e que ambas - queda da taxa de lucro e aumento da mais-valia - são expressões contraditórias da produtividade crescente do trabalho.

Dai surge outro problema que é a suposição de uma diminuição relativa na massa de exploração, já que há uma significativa redução de postos de trabalho. Tal problema fica resolvido se supomos que a exploração diminui relativamente ao volume de capital global, mas aumenta, relativamente, em relação à força de trabalho empregada. Além disso, os resultados drásticos da diminuição de postos de trabalho são a miséria e pauperização e, ainda, uma reserva enorme de força de trabalho que pressiona, para baixo, os salários dos trabalhadores. Com a exigência de qualificação maior da força de trabalho, aumentam as formas de instrução formal que se prestam a tornar os trabalhadores excluídos do processo produtivo sempre aptos a regressar a ele. É óbvio que no Brasil esse processo é mais lento, visto que sequer a força de trabalho empregada é adequadamente preparada ao exercício do trabalho. Contudo, estamos nos referindo às saídas que o capitalismo encontra para o despreparo de uma suposta força de trabalho à espera de emprego, de modo que ela pressione os já ingressos ao mercado de trabalho à elevação de produtividade, em contrapartida à aceitação de salários cada vez mais baixos, proporcionalmente.

A tecnologia, necessária à apropriação de mais sobre trabalho, portanto, funciona como elemento de apropriação de riqueza, via transferência de valores de uns setores aos outros, sendo o trabalho o único produtor de valor nesta e em qualquer outra sociedade.<sup>4</sup>

---

o lucro do capitalista, mas nem por isso deixarão de ser explorados. Não está na distribuição a resolução do problema da exploração.

<sup>4</sup> Examinando o conceito de riqueza desenvolvido por Marx, não é pertinente a crítica de que sua teoria tenha perdido a validade no capitalismo monopolista e intervencionista, tal como afirmam Habermas e Gorz. O valor, para Marx, é a substância da riqueza no capitalismo, é sua expressão mesma ao subsumir o valor de uso. E para ele, o único produtor de valor é o trabalho na sua mais plena abstração e capacidade de homogeneizar a heterogeneidade da riqueza, tornando-a intercambiável. Portanto, dizer que a tecnologia produz valor é partir de um referencial ricardiano (cuja concepção de riqueza advém do potencial tecnológico) e fazer uma crítica periférica à teoria marxiana. Desenvolveremos isso posteriormente.

Desta forma o capital garante uma taxa média de lucros que oscila a cada momento histórico e cria os condicionamentos que definem as crises.

A transferência de valores, provocada pela geração e apropriação de superlucro, não se dá somente intra departamentos em nível nacional. Na generalização mundial do modo de produção capitalista os preços universalizam-se somente no campo da circulação, mantendo as formações diferenciais de valores. Ou seja, posto que não há uniformidade nos preços de produção e há diferentes capacidades de acumulação que levam em conta desde características estruturais até conjunturais referentes a cada região, podemos dizer como Mandel: que o desenvolvimento desigual também é inerente ao capitalismo.<sup>5</sup>

A inserção das diversas regiões no modo capitalista de produção se deu, por vezes, de forma subordinada, como no Sudeste Asiático e América Latina, devido a uma série de variáveis entre as quais podemos destacar *“resistência competitiva de segmentos tradicionais (baixo custo da abundante força de trabalho, em relação ao emprego de capital fixo, por exemplo) e, concomitantemente, pela necessidade de certa magnitude de capital excedente disponível à geração de uma taxa de lucro superior à usualmente praticada.”*<sup>6</sup> Acrescenta o autor:

*“Entretanto, como visto, esse desenvolvimento desigual não é linear no tempo. Ele é composto de movimentos bruscos de precipitação e de amortecimento da acumulação capitalista, determinando, assim, o revezamento entre períodos de certa regularidade e períodos de crise, o que constitui os ciclos econômicos, que variam de 5, 7, até 10 anos. Mandel explica a constituição dos ciclos econômicos a partir da necessidade orgânica de reposição periódica do capital fixo, o que implica numa inovação tecnológica, descartando, desde logo, as explicações de que esta seja determinada pela natureza inovadora de determinados empresários.”*<sup>7</sup>

<sup>5</sup> GOMES, Helder.- O capitalismo tardio de Ernest Mandel, Vitória, 1995, (mimeo)

<sup>6</sup> GOMES, Helder, Idem, pag/5, 1995.

<sup>7</sup> GOMES, Helder, Idem. pag/8, 1995.

Portanto, como resultado das crises temos saltos tecnológicos originados a partir das contradições internas das classes, sendo estes dependentes da constante disputa política pela hegemonia de direção de um projeto político-social.

Desta forma, entende-se que a necessidade orgânica da reposição de capital fixo e/ou de saltos tecnológicos, define esse modo de produção<sup>8</sup> como capitalista, contudo só podemos compreendê-los dentro de uma dinâmica social que permite ou não essa forma de “resolução” para suas crises. Ou seja, se de imediato a tecnologia proporciona um patamar de acumulação mais elevado, através da apropriação de trabalho, o faz porque ela mesma é a expressão de transformações político-sociais que tornam possíveis novas estratégias de acumulação. Ao que diz Dias:

*“Se, contraditoriamente, pensarmos o modo de produção como o rico embricamento de práticas sociais estruturadas e estruturantes: a condensação destas contradições; se pensarmos as classes sociais como criadoras e criaturas dessas práticas/estruturas; se, por fim, pensarmos o capitalismo como modo de produção historicamente atualizável no enfrentamento das suas classes e com outros modos de produção, com projetos societários diversos, perceberemos, facilmente, que as relações classistas, contraditórias, impõem práticas diferenciadas a partir das quais é possível entender as contradições como atualizações de racionalidades classistas”.*<sup>9</sup>

Tais mudanças na tecnologia representam alterações diretas no processo produtivo, que, ao mesmo tempo em que exigem novas formas de organizar o trabalho, criam novos meios de submeter a força de trabalho. Elas fazem parte de um conjunto de alterações ético-

<sup>8</sup>O próprio Mandel define: “para Marx, as relações de produção incluem todas as relações fundamentais entre homens e mulheres na produção de sua vida material. É incorreto, portanto, reduzir essas relações a apenas a um único aspecto das relações do capital, como, por exemplo, à subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto, ou às relações dos produtores com seus meios de produção no interior de uma unidade de produção...” Ou seja, para Mandel as objetividades continham inúmeras relações subjetivas que, a um só momento, originavam as crises e saídas capitalistas para as crises. Consultar MANDEL, Ernest, O capitalismo tardio, Pag/393, São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.

<sup>9</sup>DIAS, Edmundo, F.- “Reestruturação Produtiva e luta de classes: um prefácio”, Pag/14 in A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes, Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.

culturais que representam a tentativa de integrar a classe trabalhadora ao projeto político de uma classe dominante.

## **2 - O processamento das alterações no mundo do trabalho no interior das crises**

Retomando nosso ponto de partida, nos cumpre recolocar as alterações no mundo do trabalho como resultantes das contradições contínuas de uma forma de produzir circunscrita em uma sucessão de crises, cujo caráter é a retomada da acumulação num patamar mais elevado que o anterior.

Com efeito, podemos analisar as metamorfoses no mundo do trabalho como agregadoras de um conjunto de políticas que tenham por objetivo elevar os índices de produtividade, o que somente se faz possível por meio do controle das possibilidades de reação da força de trabalho. Além disso, a potencialidade dos mercados, as variáveis microeconômicas e macroeconômicas, as bases de competitividade, etc, confluem para determinar momentos específicos da história do capitalismo.

Assim, podemos entender os denominados anos dourados do capitalismo tardio, período posterior a Segunda Guerra Mundial, como uma época de expansão especialmente em regiões como Estados Unidos, Japão, Europa Ocidental, guardando as peculiaridades devidas. As economias possuíam alta escala de excedentes capazes de serem revertidos caso houvesse expansão do mercado interno. Para tanto, o capitalismo foi capaz de combinar a produção crescente com o aumento de consumo interno em diversas regiões, instaurando uma rede de pactos com a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo que redistribuía ganhos de produtividade, obtinha índices crescentes de produtividade e mercado consumidor para os produtos.

Embora tenha sido gestado nos Estados Unidos, precisamente na indústria automobilística (Ford), é na Europa que o fordismo chega a ser concebido, inclusive, como um acordo societal.

A literatura sobre o fordismo tem deixado em segundo plano a análise sobre os movimentos de trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos. Derivam-se, portanto, conclusões que caracterizam o Welfare State como “protetor” e não como uma configuração político-jurídica de reivindicações dos trabalhadores, localizadas em um momento político de muita tensão na Europa<sup>10</sup>.

O fordismo não pode ser analisado como constituído de elementos homogeneizadores, descartando as diferenças estruturais nos diversos países do globo. Aliás, nem poderia ser, visto que temos ressaltado o desenvolvimento desigual das regiões, inerente ao capitalismo. A sua aplicabilidade remete-se às condições estruturais. Com isso, podemos dizer que os benefícios do fordismo não atingiam a todos os setores da economia. As minorias, os negros e as mulheres mostraram, nos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, que não participavam, enquanto consumidores, do mercado dirigido “as massas”.<sup>11</sup>

Para estudiosos da Escola de Regulação<sup>12</sup>, por um lado, o fordismo pode ser visto como um processo de trabalho onde a racionalização do trabalho, o desenvolvimento da mecanização (linhas de montagens móveis que otimizavam o tempo e aumentavam a produtividade), produção em massa de bens padronizados e salários negociados são

---

<sup>10</sup> Como desenvolvimento de elaboração contrária à interpretação do Welfare State como um Estado Protetor consultar HARVEY, D - A condição pós-moderna, São Paulo: Edições Loyola, 1993.

<sup>11</sup> HARVEY, David - *opc.cit*, pag/132. Consultar também MARCUSE, Herbert - A ideologia da sociedade industrial, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

<sup>12</sup> FERREIRA, Cândido G.- “Alternativas Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: Elementos para uma discussão sobre o Caso Brasileiro” in  cadernos do Cesis, Campinas: UNICAMP, 1991. O autor problematiza essa abordagem em AGLIETTA, Michael.- Régulation et Crises du Capitalisme, Paris: Calmann-Lévy, 1976. Também podemos citar BOYER, Robert.- A teoria da regulação: uma análise crítica, São Paulo: Nobel, 1990 e LIPIETZ, Alain.- Le Rapports Capital-Travail a l’Aube du XXI Siècle, CEPREMAP, 1990.

componentes confluentes de uma forma de produzir que se apodera dos princípios de administração científica, desenvolvidos por Taylor. Por outro, é visto como um modo de desenvolvimento que articula um regime de acumulação e um modo de regulação<sup>13</sup>. Está pressuposto que se criou uma nova norma social de consumo e métodos de negociação coletiva.

Para Bihl é preciso considerar que na maioria das análises há o primado das transformações técnico-produtivas em relação ao processo político corrente desde o pós-guerra, desencadeado pela luta de classes. Os sujeitos políticos ficam, pois, subsumidos à autonomia das profundas mudanças tecnológicas, jurídicas e institucionais. Assim, o conteúdo relacional intrínseco ao capital é autonomizado pela teoria e pensamento social, ao passo que a explicação sobre o fordismo torna-se insuficiente para desvelar o patamar das mudanças.<sup>14</sup>

Á despeito das duas formas de análise, é importante notar que se intensificaram as formas de controle, visto que era necessário seguir o ritmo das máquinas, sob a vigilância de contramestres, inspetores, etc. Além disso, o fordismo se estende sob diversas formas de administração do comportamento.<sup>15</sup> Tudo isso advém da necessidade de superar a resistência dos trabalhadores, tanto à introdução de novas máquinas, quanto à rotinização que intensifica o trabalho. “Habituar” o trabalhador ao modo de produção capitalista torna-se um desafio, inclusive ao conhecimento. Desta feita, é de dentro dos departamentos de pessoal *“que surge um complexo de disciplinas acadêmicas e práticas”*<sup>16</sup> como a

---

<sup>13</sup> Diz-se dos mecanismos regulacionais de garantia de estabilidade, previdência pública, salários negociados assegurados pelo Estado de Bem-Estar na Europa. No entanto, nos Estados Unidos, por exemplo, a classe trabalhadora não foi capaz de exigir tantas contrapartidas, devido, também, as peculiaridades do capitalismo americano. O fato é que as políticas keynesianas não foram desenvolvidas em nenhum lugar como o foram na Europa.

<sup>14</sup> BIHL, Alain.- *Du “Grand Soir” a “L’Alternative”*. Paris: Les Editions Ouvrieres, 1991.

<sup>15</sup> Sobre isso ver GRAMSCI, Antônio - “Americanismo e Fordismo” in *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

<sup>16</sup> BRAVERMAN, Harry.- *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, Pag/125, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

Sociologia, Psicologia e Fisiologia Industrial que objetivam “*aperfeiçoar os métodos de seleção, adestramento e motivação dos trabalhadores*”.<sup>17</sup>

A introdução de diferentes máquinas vai, aos poucos eliminando postos de trabalho e criando um enorme contingente de trabalhadores sem ocupação que pressionam para baixo os salários, aumentam a rotatividade no emprego e tornam-se onerosos para o Estado.

Esses elementos apontados acima são, na verdade, desveladores da crise que culmina numa grande estagnação e período inflacionário em 1973, somada à falência dos mecanismos institucionais de Bretton Woods e/ou desvalorização do dólar e a crise do petróleo. O que indica é que se finalizava mais uma etapa de acumulação do capital sob a hegemonia americana. Para que entraves à acumulação fossem removidos optou-se por criar regras internacionais de ajustes que construíssem medidas globais de intercâmbio e crescimento.

A crise desencadeou a instituição de medidas ortodoxas de estabilização nos diversos países que, à primeira mão comprometeram o sistema fordista de produção. Tanto a academia, quanto as experiências políticas de governo “decretaram” a impossibilidade de manutenção dos gastos públicos tal como se fazia, e a permanência do que se convencionou chamar de pleno emprego.

A um só momento entram em colapso as formas de organização empresarial e do trabalho anunciando a contenção de despesas e a minimalização do Estado. A capacidade instalada torna-se superior às demandas e inicia-se a queima de capitais associadas à concentração. Em contrapartida, há uma mudança na organização espacial do capital: as grandes firmas e indústrias horizontalizam-se, dividindo-se em pequenas empresas

---

<sup>17</sup> BRAVERMAN, Harry.- op.cit, Pag/125. Em GRAMSCI, Antônio, op.cit, Pag/310, podemos encontrar a análise de uma série de fatores que compõem um arcabouço ético-político configurando um aparelho jurídico-político e administrativo capaz de reorganizar a vida sob o auspício da classe dominante.

“enxutas” (especialmente, quanto ao número de trabalhadores), mesmo que pertencentes a um mesmo proprietário ou consórcio. As operações secundárias são terceirizadas, criando numa mesma empresa vários grupos de trabalhadores no que diz respeito aos direitos sociais e remuneração.<sup>18</sup>

Participa-se da concretização “do capital sem pátria”. A internacionalização é intensa e segue regras que não levam em conta as diferenciações, deixando pequenas nações e países do terceiro mundo à deriva da lucratividade gerada no mercado internacional. A combinação de elementos como a transnacionalização tecnológica, financeirização do capital é, ideologicamente, chamado de “globalização”, termo que em si traduz o mundo a padrões uniformes, despidos de complexidades e elementos heterogêneos.

Muitos mitos têm sido formados em torno daquilo que se têm chamado “*globalização da economia*”. Esse termo tem sido generalizado na explicação das mais variadas e perversas manifestações econômicas e sociais do processo de reestruturação em curso nos mercados dinâmicos do capitalismo internacional. Tais alterações estruturais, começaram a ser implementadas ainda na década de 70 e ganharam corpo a partir dos anos 80, como via de superação da crise generalizada que passou a assolar o capitalismo mundial e que, até hoje, insiste em desafiar os tomadores de decisão quanto à uma solução definitiva.

Além disso, o termo *globalização* tem sido usado para justificar medidas reativas, ou adaptativas, servindo de apologia à aplicação de modelos que se pretendem universais, ditos modernizantes. Considerado literalmente, o termo *globalização* tem sido extremamente mal empregado. Parece inclusive paradoxal, entender como *globalização* um

---

<sup>18</sup> Com isso não estamos querendo dizer que somente as operações secundárias são terceirizadas. Temos, hoje, setores de grande concentração de capitais e de relevante importância que são terceirizados e que abrigam trabalhadores ultra qualificados, embora em sua maioria as terceirizações ocorram entre atividades menos qualificadas.

processo que, sistematicamente, tem levado à exclusão econômica, social, política e até cultural, contingentes significativos de indivíduos, segmentos de classes, povos, raças, etc.

Assim, seria mais prudente entender o processo de alterações na forma de manifestação do capitalismo contemporâneo como composto de três movimentos simultâneos do capital:

- 1- aprofundamento do processo de internacionalização do capital;
- 2 - transnacionalização concentrada do processo de inovação tecnológica e de incorporação de novas tecnologias em produtos e processos;
- 3 - globalização espacial das aplicações financeiros-especulativas.

Em sua crítica ao termo *globalização*, Chesnais, alerta para o tratamento ideológico que tem sido dado ao termo “*globalização*”. Segundo Chesnais, a idéia de *globalização* encobre a realidade, impedindo a observação da incapacidade do capitalismo mundial em realizar a retomada do desenvolvimento em larga escala. Nessa perspectiva, estamos vivendo um momento de intensificação da especulação financeira em escala mundial, concentrada a partir dos Estados Unidos. Esse país, cada vez mais, tem deixado o papel de potência industrial, para se consolidar como um poderoso *rentier* (rentista) planetário.<sup>19</sup>

Na unidade produtiva, os produtos homogêneos e em massa são substituídos por menores lotes de produtos diversificados (elaborados à partir da demanda), mesmo porque o mercado interno não mais abriga a quantidade de mercadorias devido a decadência dos salários reais em comparação ao período anterior.

Notavelmente, o trabalho sofreu, neste período, ajustes que acabaram por denotar sua precarização nas mais diversas regiões do mundo: aceleração do ritmo, quebra dos

---

<sup>19</sup>CHESNAIS, François - A mundialização do capital, São Paulo: Xamã, 1996.

padrões de legislação considerados rígidos, introduzindo uma série de formas de contratação, desemprego, queima de postos de trabalho, etc.

Nada melhor que o estabelecimento de padrões de qualidade para garantir os poucos mercados segmentados e exigentes em época de crise. Contudo, a qualidade se faz, na maioria das vezes, sem qualquer gerência do consumidor ou prescrições de exigências ambientais, denotando que a qualidade de vida não está em questão. A qualidade do produto não preza também pela durabilidade e informações fidedignas ao consumidor.

Para garantir qualidade do produto os programas de qualidade total imbuem-se das técnicas japonesas de produção e incentivam a polivalência e a qualificação do trabalhador.

A polivalência nada mais é que a intensificação do trabalho através do desenvolvimento de mais funções. Ao que diz Gounet:

*"...de início o operário é ocupado mais longamente em suas tarefas, em seguida às suas tarefas de produção lhe são acrescentadas operações de controle de qualidade, de manutenção dos equipamentos, de limpar o local de trabalho"<sup>20</sup>...*

Portanto, a multifunção ou polivalência se liga às técnicas japonesas na medida em que essas exigem um operário com essas características. Será preciso operar um conjunto de máquinas, em tempo mínimo, dentro de especificações postas. Além disso, a prescrição do trabalho está ligada a demandas antecipadas pelos clientes, devendo ser estabelecida uma relação direta com os fornecedores para que não haja interrupção no processo. Ou seja, aposta-se no "erro zero" com o controle intensivo do processo de trabalho. A rapidez e a qualidade compõem um conjunto de exigências do mercado buscada por cada empresa individual.

---

<sup>20</sup> GOUNET, Thomas - Pensar ao avesso...do capitalismo (mimeo)

As exigências de qualificação estão ligadas às necessidades de cada setor, visto que o movimento do capital determina a sua diversificação. Ao passo que há setores onde os trabalhadores são superqualificados, há outros em que acelera-se o processo de desqualificação.<sup>21</sup> Além do mais, não necessariamente, o movimento de “destruição das antigas especializações” é substituído pela incorporação de um número maior de trabalhadores na apreensão cognitiva da totalidade do processo de trabalho. Pelo contrário, em poucos locais de trabalho isso é verificável. O mais usual é que a “inteligência da produção” seja parte incorporada às máquinas, parte de responsabilidade de um staff seletivo.<sup>22</sup>

No que tange ao disciplinamento, os mestres e contramestres são substituídos por terminais digitais de controle, cartões magnéticos ou câmeras de vídeo espalhadas pela fábrica. A ordem é a união, a valorização do trabalho em grupo, mas o incentivo à competência individual e competição caminham na contramão do discurso. Nasce um novo despotismo, dialógico, com aparência de consenso, cujo objetivo é a obtenção de vultosos índices de produtividade.<sup>23</sup>

O “diálogo” se dá no nível da aparência, posto que não são apresentadas todas as possibilidades, nem os nexos que conectam a causalidade presente e isso mesmo caracteriza esse novo despotismo. À diferença de Burawoy<sup>24</sup> entendemos que a correlação de forças não pode se dar por meio de consentimentos. Isso seria desprezar o elemento chave da análise: o movimento político dos trabalhadores que pode determinar a medida de

<sup>21</sup> ANTUNES, Ricardo L - Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo: Editora Cortez e Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

<sup>22</sup> FREYSSINET, Michael - “A divisão capitalista do trabalho” in Tempo Social, dossiê organizado por HIRATA, Helena, São Paulo: USP, Vol I, N° 2, 1989 APUD ANTUNES, Ricardo, op.cit. Pag/55, Nota 4, 1995.

<sup>23</sup> Quanto a isso consultar HIRATA, Helena. - “Receitas japonesas, Realidade Brasileira” in Novos Estudos CEBRAP, N° 2, Julho, São Paulo, 1993.

<sup>24</sup> Consultar BURAWOY, Michel.- El consentimiento en la producción, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madri, 1988.

maior ou menor espaço para as coações capitalistas. Enquanto Burawoy estabelece uma espécie de habitualidade entre a retração dos métodos repressivos mais primitivos e incorporação de algumas reivindicações dos trabalhadores- como um “jogo” (um consentimento de mão-dupla), entendemos que as condições diferenciadas desta correlação determinam a estruturação de diferentes formas de repressão. Portanto, não se pode falar em consentimento por parte dos trabalhadores, quando as condições de interlocução são tão assimétricas.

Marx diz no Livro I do Capital que “*com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, o despotismo desenvolve suas formas peculiares*”<sup>25</sup>. Mais adiante ele refere-se ao processo de construção de uma subordinação total do trabalho ao capital que concretiza-se na implementação do capitalismo como sistema dominante. A partir daí, essas formas peculiares de despotismo vão garantir a dominância do capital.

O programa de qualidade total pode ser considerada uma forma peculiar de despotismo que movimenta uma gama de condições objetivas e subjetivas, que vão desde o uso da religiosidade até o desenvolvimento do egocentrismo mais cruel que faz com que operários denunciem uns aos outros, além do uso simbólico da família. Ao comparar a empresa com a família o programa garante para o empregador a autoridade paterna de forma que a submissão filial é internalizada e a autoridade despótica coordena as ações e gestos no trabalho.

A família é convidada a ajudar e participar incentivando o trabalhador e/ou trabalhadora a alcançar níveis máximos de premiações e a “enquadrar-se” ao ritmo internacional de trabalho.

---

<sup>25</sup> MARX, Karl.- O capital, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Ao confrontar-se com sua própria submissão e com o aumento de sua responsabilidade (polivalência) o trabalhador se vê coagido a seguir as regras e como forma de sobrevivência controla, cotidianamente, seu potencial de contrariedade.

As teses de qualidade desenvolvidas a partir do trabalho, além de assegurarem a produtividade, neutralizam a influência dos sindicatos e dificultam as organizações nos locais de trabalho, já abarrotados de reuniões, eventos religiosos, competições internas, dias de premiações, etc. Desta feita, diminuem as possibilidades de desvelar essas teses como forjadoras de um aparente consenso<sup>26</sup> construído na contingência de opções apresentadas e configurado a partir de uma visão unilateral e fatalista da história. Ora, se o capitalismo apresenta-se como inevitável e fatal só resta a adesão a ele, posto que não é visto como uma gênese - essas são as bases do controle, a impossibilidade momentânea da percepção da historicidade social.

O programa de qualidade total espalha-se do local de trabalho à vida cotidiana do trabalhador constituindo-se em ferramenta fundamental de controle<sup>27</sup> nesta etapa de acumulação de capital.

A diversificação da classe trabalhadora, graças a uma nova configuração setorial<sup>28</sup> a partir da década de 70, a fragmentação do trabalho, por meio da flexibilização e a nova organização espacial das empresas impõe desafios de construção de uma nova identidade

---

<sup>26</sup> A palavra “forjadoras” tem, nesta fase, o caráter de reforçar o significado do que estamos chamando de “consenso aparente”. Não nos referimos à opção, mas a uma escolha determinada por condições subjetivas circunscritas nos limites da sobrevivência. Ou seja, a “internalização” do aparato repressivo gera múltiplas formas de controle do comportamento engegradadas a partir da ausência de um projeto estratégico da classe trabalhadora alternativo à valorização do capital. Os métodos de autoridade apenas se diferenciam e tornam-se mais sofisticados.

<sup>27</sup> Para qualificar esse “controle” podemos dizer que o programa determina padrões não só das especificações do produto, como também, formas de conduta para realização do processo de trabalho. Além disso, desenvolve padrões de competitividade interna, baseada na incorporação coletiva de recordes, índices e problemas que dizem respeito às estratégias empresariais capitalistas de apropriação de excedente de trabalho. Coletiviza, portanto, no interior do trabalho, desafios relacionados à realização do capital.

<sup>28</sup> Nos referimos a diminuição do trabalho operário fabril, e o aumento dos postos de trabalho no setor de serviços, além da ínfima participação do trabalho agrícola. para um diagnóstico apurado consultar ANTUNES, Ricardo- op.cit, Pag 42-54, 1995.

em que todos se reconheçam enquanto partícipes da valorização do capital e, portanto, submissos a métodos de extração de excedente de trabalho. Mas, as mutações se dão *pari-passu* com a alteração dos valores da consciência política de classe. Eis, então, novos problemas.

Se antes, a fábrica<sup>29</sup> era o único locus de poder e da formação da identidade, hoje mediações precisam ser feitas agregando novos elementos na formação dos sujeitos sociais. Para tanto, é preciso entender que o núcleo da exploração e centro de formação do ser necessita ser reconstituído enquanto momento originário, reconhecendo as alterações capitalistas impostas. Mas, também, é preciso criar mediações, através da práxis, do trabalho às outras esferas da vida.

Ao ordenar a matéria e impor-lhe finalidade, o ser social domina a causalidade da natureza e troca/intercambia organicamente com ela, a ponto de tal ordenamento remeter esse intercâmbio a uma processualidade que não guarda com ele identidade, é apenas reprodução processual da vida. A partir daí, esse ser social é tão complexo que, embora possamos reconstruir seu percurso, devolvendo-lhe o momento originário, ele precisa construir mediações que sejam capazes de dar-lhe condições de responder às múltiplas carências presentes. Se o trabalho dá condições ao ser de expandir-se e desdobrar-se, são as ações coletivas que podem agregar elementos de conteúdo heterogêneo necessários à configuração de novas mediações. Só desta forma a elaboração será suficiente para explicar o conteúdo subjetivo e objetivo das transformações capitalistas.

---

<sup>29</sup> Entendemos que a fábrica condensa contradições que constituem-se o fulcro central de onde determina-se o divisor de águas na sociedade. Pois é a partir do trabalho excedente apropriado que se constitui a propriedade privada, e esta, na sociedade capitalista estabelece-se como o centro do poder político decisório (que está intimamente ligado ao poder econômico). Questionar o poder na fábrica, significa criar fissuras capazes de romper com as objetividades que determinam o poder na sociedade capitalista.

### 3 - A racionalidade capitalista no setor de serviços: o caso das telecomunicações

É notável o crescimento do emprego no setor de serviços<sup>30</sup>, a ponto de suscitar a discussão de novos paradigmas que invalidariam a “teoria do valor” de Marx. Para os apologistas do fim da “indústria” é emergente o surgimento da chamada sociedade pós-industrial ou sociedade de serviços que, substituiria a produção industrial pela informação. Bell<sup>31</sup> assim postula que a interação com a matéria estaria sendo substituída pelo exercício relacional homem-homem.

Imediatamente, tal substituição muda o sentido e a definição da riqueza no capitalismo. Por um lado, se a riqueza não é mais gerada na produção, ela não mais será fruto de trabalho apropriado, mas seria gerada a partir de novas relações que fogem aos cálculos de produtividade. Por outro, o conceito de experiência - saber advindo da interação homem-matéria - seria abandonado em prol da intelectualização dos “fazer”. Ou seja, a ciência e a técnica substituiriam o trabalho produtivo, no sentido de Marx.

Não precisamos nos deter em análises mais prolongadas para concluir que a tese da sociedade pós-industrial questiona a dinâmica social como fruto da contradição entre duas classes, posto que a classe operária está em questão. Para Bell, os profissionais da ciência e da técnica, dedicados ao tratamento da informação, substituiriam a classe operária da revolução industrial<sup>32</sup>. Tal mudança não mais resultaria em uma classe dominante e outra dominada, a informação seria o eixo da riqueza e do poder.

Contudo, Mandel vê a expansão do setor de serviços, como resultante da própria expansão capitalista, que é em si mesma contraditória. Ele diz:

---

<sup>30</sup>Não faremos uma discussão envolvendo dados estatísticos, nem tampouco nos aprofundaremos em uma teoria sobre o setor de serviços. A breve discussão que pretendemos fazer diz respeito a uma melhor caracterização de nosso objeto.

<sup>31</sup> Para essa discussão, consultar BELL, Daniel, *Vers la société postindustrielle*, Paris: Laffont, 1976.

<sup>32</sup> LOJKINE, Jean - *A revolução informacional* - Pg/239, São Paulo: Cortez, 1995.

*“A expansão do setor de serviços capitalistas que caracteriza o capitalismo tardio resume portanto, à sua própria maneira, todas as principais contradições do modo de produção capitalista. Reflete a enorme expansão das forças produtivas sócio-técnicas e científicas e o crescimento correspondente das necessidades culturais e civilizadoras dos produtores, exatamente como reflete a forma antagônica em que essa expansão se realiza sob o capitalismo: pois ela se faz acompanhar de uma supercapitalização crescente (dificuldades de valorização do capital), de dificuldades crescentes de realização, de desperdício crescente de valores materiais e de alienação e deformação crescentes dos trabalhadores em sua atividade produtiva e em seu âmbito de consumo.”*<sup>33</sup>

Assim, não poderíamos, para Mandel, tornar absoluta a tendência ao aumento do emprego no setor de serviços, como se isto fosse uma ameaça ao capitalismo. Pelo contrário, nota-se o espraiamento do domínio do capital, generalizando as relações mercantis e incorporando, por meio do assalariamento, todos os setores tradicionais. Quanto mais expande o capitalismo, mais centraliza-se o capital e mais atividades produtivas que antes eram unificadas são separadas, aumentando as funções intermediárias. Nosso autor afirma, assim:

*“Enquanto o capital era relativamente escasso, concentrava-se, normalmente, na produção direta de mais-valia, nos domínios tradicionais da produção de mercadorias. Mas se o capital, gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores, e uma parcela considerável do capital social já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido que não criam mais-valia, onde tomarão o lugar do trabalho privado e da pequena empresa de maneira tão inexorável quanto na produção industrial de 100 ou 200 anos antes.”*<sup>34</sup>

Desta feita, o setor de serviços ao contrário de indicar uma sociedade pós-industrial indica a generalização da industrialização, qual seja, a indústria penetrando todos os setores da vida social, inclusive na esfera da reprodução.<sup>35</sup>

<sup>33</sup>MANDEL, Ernest - *O capitalismo tardio*. Pag/282, São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.

<sup>34</sup>MANDEL, Ernest - op.cit, Pag/272, 1982.

<sup>35</sup>Consultar MANDEL, Ernest, op,cit, Pag/271-272, 1982

De imediato, podemos pensar numa brusca redução na produção de mais-valia. Mas, devemos atentar para que um grande volume de capital ocioso que, ativado pela insatisfação com as taxas de juros, podendo ameaçar a “estabilidade” dos monopólios, se dirige ao setor de serviços, gerando uma diminuição da rotatividade do capital, ampliando os limites da produção de mercadorias, reduzindo os custos indiretos da produção.<sup>36</sup>

Destacando a redução dos custos indiretos da produção como gerador de um aumento na massa de mais-valia, podemos entender o investimento no setor de telecomunicações como fundamental, na geração da mais-valia global. Se, o setor de telecomunicações proporciona a utilização de tecnologias que permitam a elevação dos índices de produtividade e apropriação de sobre trabalho na indústria em volumes inéditos é óbvio que, a médio prazo, reduzindo os custos com infra-estrutura, proporcione o aumento da massa mais-valia.

Ainda podemos dizer que o desenvolvimento do setor no Brasil gerou o aumento de importações de bens e serviços e logo após, o aparecimento da indústria eletrônica nacional e o incremento da indústria de bens duráveis. Também indústrias transnacionais de montagem de equipamentos e aparelhos domésticos vieram para o Brasil.<sup>37</sup>

Note-se bem, que na maioria dos países as telecomunicações foram constituídas a partir de investimentos do Estado. Ou seja, o capital privado não despendeu recursos na constituição do setor, embora a infra-estrutura de telecomunicações tenha se tornado imprescindível para a lucratividade em alguns setores produtivos.

No Brasil, especificamente, como veremos a seguir, empresas privadas e estrangeiras foram substituídas pelo monopólio nacional estatal. Se era evidente que o

---

<sup>36</sup> Consultar MANDEL, Ernest, op.cit., Pag 272, 1982. *“O capital monopolista não se opõe, portanto, de forma alguma, à penetração de capital no chamado setor de serviços, mesmo que isso incontestavelmente reduza a taxa média de lucros, porque uma massa maior de mais-valia deve somar-se à massa de capital social investido, que aumentou ainda mais do que a quantidade de mais-valia”.*

<sup>37</sup>DANTAS, Marcos - *A lógica do capital-informação*- Pag/108, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

desenvolvimento do setor só poderia se dar através de um sistema único e integrado, a razão do investimento ter sido estatal e não privado diz respeito a questões políticas e peculiares ao capitalismo no Brasil. À primeira mão podemos dizer que tratava-se de delegar ao Estado o custeio de tão altos investimentos.

Mandel nos oferece, também, alguns pontos para reflexão. Ele nos diz que “*a socialização objetiva dos serviços é particularmente evidente onde a infra-estrutura exige o mais alto grau de racionalização em função dos altos custos fixos e das despesas de construção.*”<sup>38</sup> Portanto, a constituição monopólica deriva-se da impossibilidade de prestar serviços de forma fragmentária.<sup>39</sup>

Já, Lojkine, também, questiona, por uma série de fatores, a dimensão absoluta atribuída por Bell à substituição do “saber-fazer” pela “inteligência” desenvolvida pelos processos de inovação tecnológica. Primeiro, porque para ele “*os processos de inovação com êxito supõem relações de reciprocidade entre pesquisa científica, desenvolvimento, métodos, fabricação e marketing, e não uma ruptura entre saber abstrato e a experiência concreta dos usuários das novas tecnologias*”. Segundo, porque o “*declínio das atividades industriais provoca o declínio das atividades de serviço*”<sup>40</sup>. Ao que diz nosso autor:

*“A parte crescente de atividades informacionais nas atividades de produção e no circuito dos produtos é, tão somente, uma face do processo de interpenetração entre serviços e produção material. E ela não deve ocultar a outra face do processo, que é a parte crescente do recurso aos suportes materiais do tratamento da informação (micro-informática, base de dados, mas também materiais de experimentação tão pesados como, por exemplo, os aceleradores de partículas) nas atividades de pesquisa, ensino e saúde (scanners, lasers, etc).”*<sup>41</sup>

<sup>38</sup>MANDEL, op.cit, Pag/271, 1982.

<sup>39</sup>Como, por exemplo, se cada morador de um prédio comprar uma caixa d’água para seu apartamento de um fornecedor diferente, ao invés de um sistema único de distribuição.

<sup>40</sup>LOJKINE, Jean - op.cit, Pag/242, 1995.

<sup>41</sup>LOJKINE, Jean, Idem, Ibidem.

Na verdade, a “interpenetração” apontada por Lojkin pode ser observada nos novos ramos da produção, onde imbricam-se funções produtivas e improdutivoas. Desta feita, para o autor, o desenvolvimento capitalista colocaria em questão as antigas clivagens entre produtivos e improdutivoos.

De fato, entre a definição de trabalho produtivo - aquele que produz mais-valia - e trabalho improdutivo -aquele que não produz mais-valia- se interpõe muitas questões, posto que tais definições exigem o conhecimento do processo de produção de determinada “mercadoria”.<sup>42</sup> O próprio Marx exemplifica:

*“Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutivoa. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz, diretamente, capital.”*<sup>43</sup>

Não nos cabe aqui entrar na discussão das inúmeras interpretações deste debate, mas, apenas apontar alguns elementos, para análise de nosso setor. Ou seja, a informação é uma mercadoria? Podemos considerar todas as funções que se desenvolvem dentro do setor de telecomunicações, mais precisamente na EMBRATEL, como improdutivoas?

As teses sobre a sociedade pós-industrial apontam para o divórcio entre pesquisa e produção, posto que uma substituiria a outra. Para Lojkin, as inovações devem ser concebidas e desenvolvidas no interior do processo de produção, assim, todos os trabalhadores estariam envolvidos, diretamente, com a inovação. No entanto, ele mesmo reconhece que isso implicaria em romper fronteiras impostas pela organização do trabalho no capitalismo, e mais, significaria a socialização das informações estratégicas, derrubando as barreiras da informação “particular”, dirigida a segmentos. Ao mesmo tempo, redundaria

<sup>42</sup>MARX, Karl - Capítulo VI Inédito de O Capital, Pag/119, São Paulo: Editora Moraes, 1969.

<sup>43</sup>MARX, Karl, op.cit, Pag/115, 1969.

numa completa horizontalização da organização do trabalho. Portanto, podemos falar de tais elementos somente como potencialidades das tecnologias da informação,<sup>44</sup> visto que na realidade, elas seguem a lógica da substituição dos homens por máquinas, já que em si condensam processos políticos advindos de contradições classistas.

O que estamos querendo dizer é que, numa sociedade capitalista não se pode referir à informação como algo fora do espectro das mercadorias, a não ser em casos particulares. Também precisamos considerar as peculiaridades da “mercadoria-informação”. Se considerarmos a informação apenas o *conteúdo*<sup>45</sup> de livros e disquetes, etc, estaremos nos abstraindo das condições objetivas em que foi produzida, posto que ela não se objetivaria de outra forma e assim não poderia ser socialmente conhecida, sequer considerada produtiva ou improdutiva. Contudo, não podemos tomar toda informação como resultado de um processo produtivo, porque o conhecimento pode ser destinado somente a produzir valor-de-uso visando só a satisfação de quem o produziu<sup>46</sup>.

Além do mais, podemos considerar os serviços, pelo menos parte deles, como mercadorias peculiares, cujo consumo se dá simultaneamente com a sua produção. Aqui não está em questão a sua materialidade, posto que a exigência desta é uma mistificação das relações sociais de produção no capitalismo. Não é o fato de conhecermos o valor de uso de um “bem” (sua materialidade) que o faz mercadoria ou não, ainda que seu valor de uso, embora seja pelo dominado na sociedade capitalista, tenha relevância. O que determina a

---

<sup>44</sup>O conceito de revolução informacional caracteriza o potencial revolucionador das tecnologias da informação desenvolvidas após a chamada segunda revolução tecnológica. Para Lojkine, elas são um embrião da interação possível entre experiência e o “saber abstrato”, entre pensar e executar, quebrando, por fim, a divisão do trabalho, tal como ela é no capitalismo. Nós atribuímos a esse conceito um certo grau de “voluntarismo”, visto que esse potencial só poderia ser desenvolvido a partir de um processo político de ruptura com o capital.

<sup>45</sup>Para essa compreensão consultar VON FOERSTER, Heinz - “Epistemology of communication” in WOODWARD, Kathleen - The myths of information: technology and post-industrial culture, Londres: Routledge & Kegan Paul, 1980.

<sup>46</sup>Se alguém trabalha como empregado numa empresa de elaboração de banco de dados para outras empresas, certamente seu trabalho de “formatar bytes em dados” será produtivo, mas se este mesmo alguém cria um programa (jogo) para seu filho se divertir, esse não é um trabalho produtivo.

existência da mercadoria é o fato de “algo” ter sido concebido para o mercado e, no capitalismo, a partir de relações sociais de produção. Nesse sentido, o serviço de viabilizar a transmissão e recepção de informação é o que nós podemos chamar de uma *mercadoria-serviço*.

Mas, também, não é por produzir mercadoria que um setor pode ser considerado ou não produtivo. Como podemos considerar, então, o trabalho daqueles que viabilizam a transmissão e recepção da informação?

Os trabalhadores da EMBRATEL no Espírito Santo estão divididos em três cidades, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus e Colatina, e a capital do Estado, Vitória, onde está 75,6% da força de trabalho. Subdividem-se em cinco setores **administração e finanças**, onde trabalham os funcionários ligados aos recursos humanos, área administrativa e financeira; **engenharia**, que abriga a transmissão, telefonia e infraestrutura; **serviços**, que compreende engenharia de serviços e área de implantação; **informática e mercado**, com gerenciamento de clientes e comercialização. O número maior de trabalhadores concentra-se no setor de engenharia.

Como já dissemos, no nosso local de estudo, os trabalhadores atingem o número de 179, com idade média de 40 anos. A forma de operar, a organização do trabalho e a hierarquia funcional são similares por todo Brasil.

Estes 179 trabalhadores prestam serviços de telecomunicações de acordo com a tecnologia de ponta do momento. Cada setor tem suas funções específicas. O setor de mercado estabelece contatos comerciais, informando preços, oferecendo serviços e produtos e buscando novos clientes; ou seja, realizando as vendas. Já, o setor de serviços elabora projetos conforme as necessidades dos clientes, de acordo com a demanda do setor de mercado, e providencia a instalação física entre o cliente e a EMBRATEL para

prestação de determinado serviço. Para isso, utiliza a força de trabalho dos assistentes técnicos que ajustam e testam equipamentos, realizando a interligação (viabilizam a conexão). O setor de engenharia é encarregado da supervisão - feita por engenheiros de áreas; e da operação e manutenção - feita por técnicos. Ainda, o setor de administração e finanças providencia reparos às instalações da empresa, digita e redige contratos e realiza balanços contábeis, etc.

O setor de engenharia trabalha em três áreas: equipamentos de telefonia, de transmissão de dados e equipamentos de meios de transmissão (rádio-digital, satélite, fibra óptica, etc). Para cada uma dessas áreas há um supervisor-engenheiro, que coordena o projeto para o cliente, e técnicos responsáveis pela operação e manutenção dos equipamentos, seleção dos meios, eliminação de avarias, etc.

Cada uma dessas funções tem suas peculiaridades. Se formos considerar, por exemplo, os trabalhadores envolvidos com o atendimento a clientes e vendas dos serviços de transmissão, podemos concluir que seu trabalho, embora necessário, não acrescenta valor à mercadoria, mas resulta da mais-valia produzida pelos trabalhadores produtivos.<sup>47</sup>

Marx, nos diz assim:

*“As dimensões que a conversão de mercadorias assume nas mãos dos capitalistas não podem, naturalmente, transformar esse trabalho que não cria valor, mas que apenas intermedeia a troca de forma do valor, em trabalho que cria valor...Para o capitalista, que faz outros trabalharem para ele, compra e venda tornam-se uma função primordial. Como ele se apropria do produto de muitos numa escala social maior, também tem de vendê-lo nessa escala e mais tarde retransformá-lo de dinheiro em elementos de produção...”*<sup>48</sup>

Também o trabalho daqueles vinculados ao setor de administração e finanças não pode ser considerado produtivo. Carcanholo comenta, a partir de Marx:

<sup>47</sup> Consultar CARCANHOLO, Reinaldo A. - “ A Dialética da Mercadoria: guia de leitura” in Cadernos ANGE, Nº 4, 1993.

<sup>48</sup> MARX, Karl - O Capital, Pag/96, Livro Segundo, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

*“ No que se refere aos gastos de trabalho com as atividades de contabilidade, Marx mostra que ocorre o mesmo que com os de compra e venda. Sustenta também que os meios de trabalho gastos nessa atividade não transferem seu valor ao produto, mas constituem deduções da mais-valia criada nas atividades produtivas. ”*<sup>49</sup>

Contudo, se considerarmos o trabalho dos técnicos, especialmente os de instalação, manutenção e conservação dos equipamentos, podemos dizer não só que eles acrescentam valor à mercadoria, como que eles não são pagos pela riqueza que produzem. Marx diz:

*“ Custos de circulação que derivam da mera mudança de forma do valor, da circulação considerada idealmente, não entram no valor das mercadorias. As partes do capital neles gastas constituem meras deduções do capital gasto produtivamente, no que concerne ao capitalista. De outra natureza são os custos de circulação que ora consideramos (custos de conservação). Podem originar-se de processos de produção que só são levados avante na circulação, cujo caráter produtivo portanto é apenas ocultado pela forma de circulação. Por outro lado, considerados socialmente, podem ser meros custos, dispêndio improdutivo de trabalho seja vivo, seja objetivado, mas exatamente por isso podem atuar como formadores de valor para o capitalista individual, constituindo um acréscimo ao preço de venda de sua mercadoria. ”*<sup>50</sup>

Como considerar, então, o setor de telecomunicações? É produtivo ou improdutivo?

Mesmo quando a mercadoria produzida não é um serviço nada nos garante que todas as atividades de tal setor sejam produtivas. Nem tampouco que um trabalhador seja o tempo todo produtivo, principalmente se levarmos em conta a interpenetração entre o “saber-abstrato” e a “experiência - o saber-fazer”. Lojkin assim se refere aos técnicos:

*“ Técnicos e engenheiros, mesmo quando não estão em funções de direção e vigilância, sendo simplesmente encarregados de implementar condições gerais da produção ao nível da empresa (departamento de projetos, de métodos, de lançamentos) - mesmo assim, suas funções continuam híbridas, simultaneamente improdutivas e produtivas. Efetivamente, pode-se levantar a hipótese de que tenham se tornado produtivos pela informatização, que os coloca em contato direto com a fabricação; mas, por isto, o conjunto de experimentos, estudos, orçamentos também se tornou produtivo? Aqui, poder-se-ia tornar o exemplo das evoluções complexas da contabilidade fabril, na sua*

<sup>49</sup> CARCANHOLO, Reinaldo A. - op.cit Pag/55, 1993.

<sup>50</sup> MARX, Karl - op.cit, Pag/100, Livro Segundo, 1985.

*definição da mão-de-obra direta e indireta, produtiva e improdutiva”.*<sup>51</sup>

Portanto, se o setor de telecomunicações tem como atividade básica a viabilização da transmissão e recepção de informações e isso se faz, principalmente, a partir das funções exercidas pelos técnicos, do ponto de vista dessa atividade o setor é produtivo, mesmo que muitos dos seus trabalhadores sejam improdutivos. Assim o é porque o conjunto de trabalhadores opera, cada qual em sua função para exercer, coletivamente, uma atividade produtiva.

A partir da divisão do trabalho, que é imediatamente fragmentação das tarefas, o trabalho não pode ser considerado senão socialmente. Mesmo a reorganização espacial moderna das empresas não descarta produtos cada vez mais socialmente determinados. Pelo contrário, apesar da fragmentação, por meio dos processos de terceirização e flexibilização, o produto continua a percorrer a cadeia produtiva, ainda que espacialmente desconcentrada. É certo que tais características resultam na necessidade de maiores mediações ao considerarmos o trabalhador coletivo, mas, ao contrário de destruí-lo, a subsunção do trabalho ao capital apenas reforça a socialização quase absoluta do processo de trabalho sob a lógica do capital.

Se levarmos em conta que a interpenetração entre atividades produtivas e improdutivas sempre existiu e que hoje ela apenas se apresenta mais mistificadamente devido as novas formas de organização do trabalho, não poderemos abandonar o conceito de trabalhador coletivo, nem mesmo colocá-lo em risco.

*“ O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho, amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo*

---

<sup>51</sup> LOJKINE, Jean, op.cit. Pag/278-279, 1995.

*e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar, produtivamente, já não é necessário, agora, pôr, pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente.”<sup>52</sup>*

Os trabalhadores da EMBRATEL tomados, coletivamente, são produtivos, contudo, isoladamente sua caracterização depende da sua atividade específica. Mas, só mediadamente, podemos considerar o trabalhador isolado, visto que o capitalismo submeteu à sua lógica todo processo de trabalho.

#### **4 - A reestruturação como parte necessária da racionalidade capitalista**

Passemos a examinar como a racionalidade capitalista assume matizes diferenciadas no setor de serviços, especialmente, nas telecomunicações, a partir da reestruturação e como se altera a organização nesta etapa de acumulação capitalista.

Podemos considerar a reestruturação do setor de telecomunicações como uma forma de providenciar um rearranjo setorial (combinado à pactuação e/ou imposição de todos os acordos políticos e econômicos mais gerais) que origine novas metas institucionais, novas formas de gestar a força de trabalho, novas estratégias empresariais, etc.<sup>53</sup>

No Brasil, as forças políticas de oposição<sup>54</sup> conseguiram, por um grande período, impedir reestruturações radicais, como a quebra do monopólio estatal, que implicava,

<sup>52</sup> MARX, Karl - op.cit, Pag/105, Livro Primeiro, 1985.

<sup>53</sup> Considere-se que tudo isso (metas institucionais, estratégias empresariais, etc) advém de um estágio específico da luta de classes em que novas configurações resvalam o capitalismo de uma queda brusca na taxa de lucro.

<sup>54</sup> Em 1992, havia no Brasil um movimento nacional “Em Defesa do Sistema Telebrás” que reunia representações dos movimentos democráticos-populares como a Federação Interestadual dos Trabalhadores de Telecomunicações (FITTEL), partidos políticos (PDT, PT, PPS (maioria), PSB, PV, setores do PMDB ),

diretamente na desregulamentação do mercado e por isso, na viabilização de espaços de acumulação dantes não explorados desta forma. Contudo, desde o início da década de 80, algumas mudanças como digitalização de algumas redes regionais, diversificação de produtos dirigindo-se ao mercado empresarial, etc, já acontecem e essas vêm assumir características nacionais no final desta década.

Muito antes, em outros países, mudanças significativas já haviam ocorrido, com diferenças entre si, de acordo com as peculiaridades do movimento político-social em cada região. Convém destacar que tanto no Brasil, recentemente, como nos Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Reino Unido e França, anteriormente, as mudanças integram um momento único de internacionalização do capital, cujo processo não é contínuo e homogêneo. Mas, torna-se primordial, em qualquer país, romper monopólios públicos.<sup>55</sup>

Em países como o Brasil, que não conseguiu sequer universalizar a rede de atendimento básica - ainda há 10,8 telefones para cada 100 pessoas, enquanto nos Estados Unidos a relação é de 50/100 e na Suécia, com o maior percentual é de 63/100 - o monopólio privado ou a quebra deste resulta, no mínimo, em carências regulatórias por parte do Estado. Em todos os países do mundo, a infra-estrutura de telecomunicações foi construída sobre coordenação monopólica do Estado, cujo objetivo era universalizar códigos de comunicação, rompendo com as fronteiras territoriais.<sup>56</sup>

No Brasil, especificamente, as telecomunicações se desenvolveram no sentido de, por meio das redes, configurarem uma nação, garantindo o sucesso do pacto federativo e a

---

Associação dos Engenheiros da Petrobrás, OAB, CUT, Associação Brasileira de Imprensa, etc. Hoje esse fórum encontra-se desarticulado.

<sup>55</sup> Portanto, a quebra do monopólio, como reformulação dos marcos institucionais e jurídicos, de modo a permitir a convivência de múltiplas formas de concorrência intra e inter nações, agrega esse momento de internacionalização e tentativa de livre fluência do capital. Podemos dizer que, a volatilidade do capital e sua mais completa abstração já vista na história do capitalismo, tem na privatização seu momento de materialização, de forma a converter capital em ativos reais reforçando a confiabilidade do mercado (essa é uma idéia desenvolvida pelo Prof. Dr. Reinaldo Carcanholo- Mestrado em Economia-UFES).

<sup>56</sup> Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Empresas de Telecomunicações. Leia e fique sabendo: o monopólio do cidadão, Brasília, Out/1993.

integração de grandes projetos nacionais como a Transamazônica.<sup>57</sup> Além do mais, a meta de integração nacional a que os serviços de telecomunicações também se prestavam, constava nos “Objetivos Nacionais Permanentes”, perseguidos pelos militares.<sup>58</sup>

Desta feita, as telecomunicações brasileira que constituíam serviços prestados por muitas empresas de capital estrangeiro, mesmo com participação de capital nacional,<sup>59</sup> foram incluídas sob a gestão de um Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962, instituído pelo Congresso Nacional, qual seja, foram nacionalizadas.<sup>60</sup> Até esta data o meio de comunicação mais confiável no Brasil era o telégrafo, existia somente uma rede de televisão - a TV Tupi, que fazia suas programações através da emissão de fitas gravadas no Rio de Janeiro às outras regiões, e a telefonia interurbana era extremamente precária.<sup>61</sup>

Junto ao Código Brasileiro de Telecomunicações foi criado, também, o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) que deveria regulamentar e fiscalizar o setor, e

<sup>57</sup> Embora desde 1930 a configuração do discurso político nacional se baseie na necessidade de apresentar o Brasil como Nação, ou seja, como um país capaz de abrigar as diferenças de raça e a diversidade regional, isso se faz através da tentativa de homogeneização do povo em instituições de caráter autoritário que legitimavam a sobreposição de uns em detrimento de outros - senhores da terra e trabalhadores rurais, por exemplo. Para tanto, os códigos e símbolos, agregavam elementos na “invenção” de um país com uma identidade mais homogênea. Esse era o caráter das telecomunicações - unificar o país e criar uma imagem brasileira. A Telebrás e conseqüentemente, a Embratel sempre foram intimamente ligadas a esse projeto nacionalista, com caráter corporativo e autoritário.

<sup>58</sup> Os governos militares eram patronos de um projeto de caráter autocrático, com matizes nacionalistas. Por isso mesmo constituíam sobre seu poder qualquer instrumento que pudesse violar a implantação de seu projeto. A exploração de serviços de telecomunicações por empresas estrangeiras, poderia, a qualquer momento, contrariar os princípios básicos da “Doutrina de Segurança Nacional”, especialmente num momento quando a tensão política rondava a Europa, posto que um projeto diferenciado se contrapunha ao desenvolvimento capitalista.

<sup>59</sup> Em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória a exploração dos serviços de telecomunicações era realizada pela Companhia Telefônica Brasileira - CTB, majoritariamente controlada pela empresa canadense Brazilian Traction. No Rio Grande do Sul, Paraná e alguns estados do Nordeste a empresa majoritária era a International Telegraph an Telephone - IT & T, norte-americana. Os serviços interestaduais também eram controlados por empresas estrangeiras. A primeira a ser estatizada foi a Cia Riograndense de Telecomunicações - CRT, em 1962, pelo então governador Leonel Brizola. Ver em VIANNA, Gaspar. - Privatização das Telecomunicações, Pag 42-46, Rio de Janeiro: Notrya, 1993. “Existiam cerca de 900 companhias telefônicas espalhadas por todo Brasil e apenas um telefone para cada 100 habitantes.” Ver DANTAS, Marcos - A lógica do capital-informação, Pag/ 104, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

<sup>60</sup> Nos países centrais códigos como esse já existiam desde 1920 em alguns, 1930 em outros.

<sup>61</sup> DANTAS, Marcos - op.cit, - pag/103, 1996.

o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT), que era uma sobretaxa cobrada nas contas telefônicas, destinada aos investimentos no setor.<sup>62</sup>

Mais tarde, em 1972, o Poder Executivo criou, o Sistema de Telecomunicações Brasileiro S.A. Ou seja, as telecomunicações tornaram-se um elemento importante para o discurso político do regime ditatorial da época dos governos militares, e anteriormente serviu à legenda que apregoava a “soberania nacional”: os desenvolvimentistas latino-americanos da década de 50. Somente mais tarde, os movimentos populares e sindicais, do leque democrático popular, buscaram discutir as telecomunicações como um direito de todos, e defender a incrementação dos serviços prestados à população periférica e de baixa renda. Esse leque de alianças é o mesmo que se fez presente na defesa do monopólio estatal do Sistema Telebrás como uma forma de controle público sobre as opções de investimento e direcionamento das políticas desenvolvidas pelo setor.

A TELEBRÁS foi fundada em 1972, como uma *holding*, uma empresa controladora que realizava o planejamento geral e coordenava a gestão das empresas a quem ela concede direito de prestar serviços. No início, a empresa absorveu todas as pequenas companhias estaduais e municipais e, através dos planos de expansão, conquistou acionistas que, além de um lote de ações teriam num prazo determinado, um aparelho telefônico. Isso proporcionou a possibilidade de financiar seus investimentos, melhorando a tão precária telefonia urbana.

Hoje, a TELEBRÁS é composta de cerca de cinco milhões de acionistas, mas o Estado é, até hoje, o acionista majoritário. Apesar de, em agosto de 1995, o Congresso Nacional ter aprovado a quebra do monopólio estatal, por meio da Emenda Constitucional N º8, e, em 96 a Lei 9295/96 ter aberto os serviços de telefonia celular e comunicação de dados via satélite à iniciativa privada, ainda não foi regulamentada a forma de participação

---

<sup>62</sup>DANTAS, Marcos - op.cit, Pag/104, 1996.

privada. O Senado aprovou dia 10 de julho deste ano, após a Câmara Federal, o Projeto de Lei 26/48 que autoriza o Executivo a dar os encaminhamentos que quiser à regulamentação das concessões no setor.<sup>63</sup> Os setores democrático-populares, liderados pela FITTEL foram derrotados, no Congresso Nacional, na proposta de criação de uma empresa pública e única, embora a votação na Câmara Federal tenha expresso a adesão de alguns setores governistas ( 111 votos a favor e 202 contrários).<sup>64</sup>

As lideranças sindicais pretendem, no Congresso dos Trabalhadores Telefônicos, a ser realizado em Brasília, de 07 a 10 de agosto de 1997, desencadear uma campanha contra a desnacionalização do Sistema Telebrás. Eles acreditam que o interesse imediato dos investidores será a EMBRATEL, já que a empresa embora seja uma S.A. e tenha acionistas, quase 98% do capital pertence a TELEBRÁS tornando os trâmites de venda mais rápido que o das Teles.<sup>65</sup>

Somente uma das empresas da TELEBRÁS opera em todo Brasil, a EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S. A., criada em 1965, para prestar serviços de telex e transmissão de dados, interligando os Estados e realizando conexões internacionais.<sup>66</sup> Entre 1965 e 1972, a EMBRATEL construiu uma rede nacional de troncos de microondas, interligou todo Brasil por meio da Discagem Direta à Distância (DDD) e viabilizou as redes de televisão.<sup>67</sup>

Todo sistema é auto-financeável, graças a tarifação paga pelos usuários, lançando mão de dotação orçamentária da União somente quando da constituição da TELEBRÁS e EMBRATEL. Para atingir todo território nacional praticava-se o subsídio cruzado - forma

---

<sup>63</sup> Embora a Câmara tenha passado cerca de seis meses discutindo o assunto o Senado aprovou em 216 artigos da Lei em apenas 12 dias, sem qualquer emenda, portanto, a lei já foi sancionada em 16 de julho.

<sup>64</sup> Não é nosso objetivo discutir profundamente a privatização, mas apenas enquanto elemento que indica as exigências de novas formas de prestar os serviços.

<sup>65</sup> Informações concedidas por dirigente da FITTEL

<sup>66</sup> VIANNA, Gaspar., op.cit, Pag/57, 1993.

<sup>67</sup> EMBRATEL. Embratel, 18 anos, Rio de Janeiro, 1993.

de transferência de recursos das regiões mais desenvolvidas àquelas carentes de infraestrutura.

A TELEBRÁS possui hoje, 20 milhões de terminais convencionais, 3,5 milhões de terminais celulares, três satélites de última geração<sup>68</sup>, sendo que o quarto será lançado ainda este ano e ainda, o quinto maior Centro de Pesquisas Padre Landell de Moura, o CpQd, situado em Campinas, interior de São Paulo.<sup>69</sup>

Contudo, podemos notar, a partir de 1979, uma retração no crescimento da empresa, no que diz respeito à incrementação da telefonia. De um crescimento de 32% em 1976 sobre o ano anterior, há um crescimento de apenas 10% em 79 em relação a 78.<sup>70</sup> A partir daí o Brasil nunca superou o atraso relativo de número de terminais telefônicos em relação aos outros países. Para Dantas, as telecomunicações devem ser vistas como integrantes de *“um conjunto de questões que dizem respeito à melhoria do padrão de vida material e cultural do povo”*<sup>71</sup>. Portanto, ele trabalha com a hipótese de que a televisão, por exemplo, era muito mais utilitária para o regime do que suprir os habitantes de terminais telefônicos, já que, por meio dela, toda ideologia da sociedade de consumo, que instiga desejos e gostos e além disso, uniformiza posições políticas, pode ser veiculada.

No que diz respeito à produção científica e tecnológica, em grande parte desenvolvida pelo CPqD desde 1975, data de sua fundação, novos rumos foram traçados, a partir de 1996. Foi fechado o Departamento de Tecnologias Básicas, onde eram desenvolvidas tecnologias nas áreas de micro-eletrônica e opto-eletrônica fornecidas à indústria nacional. As prioridades passaram a ser o desenvolvimento de sistemas de operação e otimização das redes (produzindo softwares) e também tornar-se um órgão de

---

<sup>68</sup> Na América Latina, somente o México tem dois satélites, sendo que os outros países não possuem satélite.

<sup>69</sup> Dados obtidos em entrevistas a dirigentes da FITTEL.

<sup>70</sup> Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações- Leia e fique sabendo: o monopólio do cidadão. Out., Brasília, 1993.

<sup>71</sup> DANTAS, Marcos- op, cit, Pag/107, 1996.

especificação, conformidade e validação de produtos desenvolvidos no exterior ou pela iniciativa privada, ao invés de produzir tecnologia.<sup>72</sup> Desta forma, o CPqD que, através das pesquisas, antecipava-se às necessidades dos clientes, gerando soluções para possíveis carências tecnológicas, não poderá mais fazê-lo.

O mais grave com relação a postura governamental diante do CPqD, trata-se dos novos rumos que tomam as inovações tecnológicas no setor de telecomunicações brasileiro. Se o CPqD poderia projetar centrais digitais, chamadas de “Trópico” e ter um mercado reservado para uso da TELEBRÁS que não mais estaria à mercê de corporações estrangeiras, a política adotada para gestão do Centro, não indicou isso. O programa do CPqD sofreu toda sorte de boicotes, sendo o maior deles a nacionalização das empresas Ericsson, Siemens e NEC, através da associação com capitais nacionais, que mesmo ocupando a margem de 17 a 30% do capital total, passaram a ter 51% do capital votante. Conseqüentemente, de 1981 a 1991, a Telebrás foi reduzindo o percentual de reserva à tecnologia desenvolvida pelo CPqD, até inviabilizar as pesquisas, pela concorrência com as transnacionais. Tornou-se, pois, inviável as possibilidade de desenvolvimento tecnológico autônomo.<sup>73</sup>

Diante deste quadro é normal que a TELEBRÁS acompanhe, sem nenhum poder de decisão, as estratégias desenvolvidas em nível internacional: a multiplicação de redes corporativas e o privilégio a grandes clientes. Essas pressupõe a quebra das estruturas monopolistas do sistema de telecomunicações na maioria dos países, que, um a um, vêm se tornando um fato.

Na atual fase de desregulamentação há carências de coordenação na distribuição dos benefícios sociais tornados possíveis pelo desenvolvimento do setor. Ora, se há uma vasta

---

<sup>72</sup>Interativa, Mudanças põem em risco o CPqD, nº 5, Jun, Jul, Ago/1996.

<sup>73</sup>DANTAS, Marcos, op.cit, Pag/110, 1996.

heterogeneidade interna que determina diferenças cruciais na evolução do setor nos diversos países, podemos dizer que tal evolução já é multideterminada por fatores como opção política de direção do investimento no sistema. Ao potencializar a capacidade de concorrência das empresas, por meio de novos serviços de valor adicionado, interface de redes, provisão de meios de transporte de informação mais ágil, o fará em privilégio à prestação de serviços de cunho de atendimento social como telefonia básica e rural, serviços públicos em postos ou incremento de serviços prestados ao público (saúde, educação, etc), denotando que a propriedade da tecnologia, determina seu desenvolvimento e seu uso de uma só vez, descartando as possibilidades de autonomia de uso.

Trata-se de combinar novas estratégias concorrenciais, redefinir o quadro jurídico institucional que regulamentava as atividades, gerar e difundir novas tecnologias de comunicação que capitalizem as mudanças organizativas no processo produtivo.

Para que a velocidade fosse estimulada e a confiabilidade na geração de dados fosse uma constante, o capitalismo optou por acelerar o ritmo de trabalho, aumentar a precisão especificação/realização, condensar espaço físico, eliminar as relações indiretas entre os recursos humanos e direção (que resultam em perda de tempo), criar processos de coação modernos e eficientes que evitassem as contestações da força de trabalho com as possíveis insatisfações, etc. Todos esses elementos ajudam na descrição do processo de trabalho, a partir da década de 70, nos países centrais e de 80, nos mais periféricos.

Como forma de apropriação de índices de produtividade mais altos, a tecnologia instalada nos períodos e locais acima citados baseia-se na digitalização das redes de telecomunicações.<sup>74</sup> Até então, toda tecnologia era eletromecânica e as principais funções

---

<sup>74</sup> A digitalização das redes possibilita a unidade e a convergência tecnológica do sistema, devido a sua potencialidade que define: uma maior largura de faixa, indicando o aumento na capacidade de recepção, processamento e distribuição de informações; a nova modularidade permite a atualização das redes, através da agregação de blocos semi-independentes; o potencial "inteligente" aponta para o alargamento da capacidade de flexibilidade, programação, adaptabilidade e interatividade; uma maior mobilidade, já que a

das telecomunicações - transmissão: transporte de informações de um ponto a outro, e comutação: seleção e encaminhamentos da ligação por meio de rota específica, com controle e tarifação da ligação - aconteciam por meio de sinais analógicos. Nesta época, a especificidade tecnológica delineava a homogeneização e simplificação dos serviços oferecidos aos usuários, essencialmente eram aqueles baseados em transmissão de voz.

Acompanhando a época analógica, o conceito de processamento era centralizado, administrado por aqueles que detinham o então monopólico conhecimento sobre informática dentro das empresas. O processamento acontecia em enormes processadores.

Paralelamente a isso, justifica-se o uso de maior espaço físico e de um número maior de especialistas entre a força de trabalho, já que as funções eram mais numerosas. Toda manutenção e ajuste do equipamento era feito por um maior número de trabalhadores técnicos, altamente qualificados.

Com os avanços da microeletrônica, a partir da década de 70, possibilidades se abrem para o surgimento dos computadores pessoais que impulsionam uma capacidade de processamento muito maior, disseminando o poder de manipulação das informações. São várias as alternativas de reorganização da força de trabalho a partir das pequenas máquinas, com altíssimo poder de processamento, capacidade de memória e baixos custos. Torna-se possível a agilização dos processos da produção e serviços. Tudo isso, porque a digitalização das redes une trajetórias tecnológicas da transmissão e comutação<sup>75</sup>, abrindo o leque de variações no oferecimento de serviços e capacidades tecnológicas combinatórias. Podemos dizer que a opção por ampliação do setor de mercado da empresa, está

---

tecnologia digital torna possível a miniaturização dos terminais, aumentando a capacidade móvel dos processadores sem fio, etc. (WOHLERS, Márcio. - Reestruturação, internacionalização e mudanças institucionais das telecomunicações: lições das experiências internacionais para o caso brasileiro. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia -UNICAMP, 1994).

<sup>75</sup> Até então, era preciso que houvesse a conversão de sinais digitais para analógicos para compatibilizar a transmissão (digital) e comutação (analógica). Ainda, no Brasil, assistimos a convivência das duas redes, com momentos de conversão que aumentam os custos, reduzem a potência e alteram padrões de qualidade, segundo os parâmetros internacionais.

intimamente ligada a elaboração de novos produtos tornados possíveis pelas modificações na organização do trabalho.

Os novos produtos como os serviços de valor adicionado (constituídos de maior elaboração e processamento de informações) contrapõem-se àqueles tradicionais estendendo-se à consultas on-line, Internet, transações financeiras, serviços on-demand (acesso a vídeo por programação prévia, através de veículos como fibra ótica, rádio-celular ou satélite, etc). Estes tornam-se possíveis pela capacidade de convergência entre telecomunicações, informática e setor audiovisual originando as tecnologias da informação<sup>76</sup>.

A capacidade de interface entre redes possibilita a condensação de redes corporativas e/ou especializadas, prestando-se à troca de dados intra e inter-firmas: setor financeiro, telemercado, etc. Surge, ainda, a rede “inteligente”, alternativa ao controle em cada unidade: é, pois, possível centralizar o controle de redes, permitindo a flexibilidade no fornecimento de muitos serviços - linha 800, cartão de crédito, etc - e o deslocamento do controle do processo de trabalho para uma só seção central e sofisticada.<sup>77</sup>

Na verdade, estas alterações indicadas são sentidas no dia-a-dia de trabalho na empresa e percebidas como algo que sobrepõe aos trabalhadores e não guarda com eles nenhuma relação. É como se a tecnologia, as novas definições administrativas não fossem resultados de um patamar específico da luta de classes em que o capital autonomiza-se e substantiva-se impondo suas configurações por toda a sociedade. Vejamos como são as mudanças no processo de trabalho e o que os trabalhadores pensam disso.

---

<sup>76</sup> Na definição de Wohlers... *“conjunto de tecnologias utilizadas na coleta, armazenamento, processamento e transmissão da informação, incluindo voz, dados, imagens e redes de comunicação - teleinformática (telemática)”*.

<sup>77</sup> Isto se faz porque a operação passa a ser baseada na renovação de softwares instalados em hardwares digitais, ao contrário da fase analógica, quando a “inteligência” do sistema estava aderida ao equipamento eletromecânico.

## **5 - As modificações no processo de trabalho na EMBRATEL, em tempos de reestruturação**

Para que possamos identificar as alterações no processo de trabalho, nos últimos anos (1989/1997), precisamos nos deter mais um pouco nas características desta empresa onde trabalham os trabalhadores telefônicos. Já apontamos algumas das modificações, mas necessitamos mostrar de que modo novas formas de organização do trabalho rompem ou representam um *continuum* de formas anteriores.

O argumento a ser desenvolvido é que novas configurações surgem para reestruturar a racionalidade capitalista e garantir a lucratividade em mais altos patamares. Para isso será mobilizada uma gama muito maior de artifícios e instrumentos mais eficientes no sentido de forjar um aparente consenso e fragmentar o entendimento da totalidade do momento presente.

Como já dissemos, a EMBRATEL é uma empresa do Sistema TELEBRÁS, ou seja, uma S.A., com capital vinculado a essa *holding*, mas que opera em nível nacional. Sua função é possibilitar o tráfego seguro das informações. Para isso instalou meios de comunicação, através de microondas por topodifusão, microondas por visibilidade, cabos coaxiais e fibra ótica.

Hoje, a rede básica terrestre de microondas por visibilidade conta com mais de 24 mil quilômetros de extensão, cobre todas as regiões do país e está 96% digitalizada, apesar do atraso em relação aos países centrais (em 1992 foi lançada a Multi Rede Digital que permite a integração de rede de voz, dados, textos, fac-símile e videoconferência). Além disso, no ano de 1993, foi implantado no país o sistema terrestre de fibra ótica, colocado em operação em 1996 (Fortaleza a Florianópolis), interligando as principais cidades

brasileiras.<sup>78</sup> O lucro líquido da empresa em 1996, foi de R\$ 406 milhões, o maior já alcançado nos 32 anos da empresa.

O setor de mercado vem ampliando o número de seus trabalhadores devido a estratégia ofensiva de mercado, adotada pela empresa. A estratégia é lançar-se à venda à varejo, principalmente no que tange aos produtos de comunicação de dados. A ampliação deste setor vem se dando por meio de permutas internas e triangulações (um é removido para um setor que envia outro para o setor comercial).

Juntamente ao setor de mercado, o setor de serviços passou a incorporar, este ano, (1997) a assistência técnica, antes vinculada à engenharia, agilizando o processo de instalação, testes e ajustes ao equipamento do cliente e à sua interligação com a EMBRATEL.

A tecnologia digital possibilita o aumento da quantidade de serviços prestados, pela maior capacidade de tráfego de informações e incidência mínima de defeitos. Em contrapartida, por tornar os equipamentos auto-programáveis, torna possível a dispensa de técnicos de manutenção e operação. Isso faz com que durante os últimos cinco anos tenha havido uma diminuição radical no número de técnicos, que têm sido transferidos para outros setores. Na telefonia, por exemplo, até 1991, haviam quatorze trabalhadores, hoje a empresa realiza um número maior de operações com apenas quatro<sup>79</sup> e há uma enorme tendência à diminuição do quadro. Isto porque os serviços começam a ser executados pela unidade da EMBRATEL em Belo Horizonte, que é uma Central de Supervisão, Operação e

---

<sup>78</sup> A fibra ótica comporta um número de informações muito maior que os meios tradicionais. Através de sinais luminosos por laser, que são transcodificados em sinais elétricos e depois em informações, melhorando a qualidade da transmissão de voz, dados, textos e imagens.

<sup>79</sup> Os quatorze trabalhadores operavam em seis mil troncos instalados (dos quais cinco mil estavam ativados), hoje os quatro trabalhadores operam dezesseis mil troncos instalados (dos quais nove mil estão ativados).

Manutenção com maior capacidade de otimização desses serviços.<sup>80</sup> Ou seja, pela lógica o Espírito Santo deve transformar-se numa Central Local, com um reduzidíssimo quadro de pessoal.

Os trabalhadores da Embratel organizam-se junto aos outros telefônicos em duas federações nacionais - Federação Nacional de Trabalhadores Telefônicos (FENATTEL) e Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL). No Espírito Santo, eles estão vinculados à FITTEL, federação filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A FITTEL é quem realiza negociações nacionais e assina Acordos Coletivos. Por diversas vezes a EMBRATEL não aceitou como legítima a mediação (negociação com) da FITTEL, preferindo assinar acordos regionais, e somente formalmente aceita a assinatura da FITTEL em nível nacional.

No Espírito Santo, os trabalhadores da EMBRATEL organizam-se no Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações - SINTTEL (filiado a CUT e a FITTEL), ao qual 83% da força de trabalho é filiada, e o Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Espírito Santo - SINTEC (filiado a CUT).

As diferenciações do trabalho nas Teles e Embratels têm causado inúmeros questionamentos sobre o encaminhamento das reivindicações feitas pelos telefônicos, através dos sindicatos. Parece-me ser esse o motivo pelo qual os trabalhadores da EMBRATEL, quando técnicos, em sua maioria, têm dupla filiação - SINTTEL e SINTEC: ao não encontrarem encaminhamento devido às suas questões específicas no SINTTEL, agregam-se também ao SINTEC, causando ambigüidade às respostas coletivas dadas ao processo de reestruturação do capital.

---

<sup>80</sup> Da mesma forma a Central de Supervisão, Operação e Manutenção de Fortaleza deve executar serviços do Norte e Nordeste; São Paulo, os serviços do Sul; e o Rio de Janeiro, como Central Nacional, serviços do Sudeste.

Tanto é verdade tal análise que o último Congresso Nacional dos Telefônicos (22 a 25 de agosto de 1996) discutiu, amplamente, inclusive como ponto de pauta, as questões específicas dos trabalhadores da EMBRATEL e sua organização, resultando na efetivação de uma comissão específica, de caráter nacional, organicamente ligada à estrutura da FITTEL, sujeita a essa, com objetivo de elaborar políticas e resoluções sobre as questões específicas dos trabalhadores da EMBRATEL. Visto que alternativas como Sindicato de Trabalhadores da EMBRATEL e Comissão Autônoma estavam em voga, a saída encontrada mantém a organicidade e a estruturação única e coletiva dos trabalhadores telefônicos.

Neste Congresso, como resposta por um lado, à divisão dos trabalhadores e por outro à organização capitalista das funções ligadas a informática, processamento de dados e telecomunicação em uma mesma empresa, também foi dado início ao processo de constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Telemática, unindo trabalhadores telefônicos com os de processamento de dados. O objetivo é realizar campanhas conjuntas, ações e até a possível organização dos sindicatos estaduais em uma só estrutura .

Apesar dos passos dados em direção a uma estruturação mais centralizada, com ações desenvolvidas e disseminadas pelos estados, as respostas ao processo de reestruturação, dadas tanto pelo SINTEC, quanto pelo SINTTEL, não generalizam perspectivas, nem interrompem o processo.

A empresa adotou a postura de desconcentrar hierarquia, de modo que as decisões que eram tomadas no Rio de Janeiro, movam-se para mais perto do cliente, abrindo o campo de ação das unidades. Isto foi operacionalizado através de um corte nas hierarquias,

com extinção das antigas superintendências que mediavam o acesso da Chefia da Unidade com a Direção Nacional da empresa.

A relação das direções de unidade é integrada por metas, com indicadores pactuados entre as Direções de Unidades/Direção Nacional, através das quais as Unidades são julgadas e, também, suas direções correspondentes. Define-se assim, por exemplo, a fatura de responsabilidade de cada unidade, conforme a potencialidade do mercado.

A intenção das direções em cada unidade é que os setores tenham autonomia e acesso direto a ela, quebrando, de vez, a rigidez hierárquica. Mas, reconhecem nisso um processo demorado e quebra de alguns velhos conceitos que norteavam a administração nos antigos padrões operacionais.

### **5.1 - Qualidade Total como “ferramenta” do capital**

Para a empresa a principal ferramenta de integração direção-trabalhadores em torno das novas metas é o Programa de Qualidade Total, iniciado em 1994 (agregando Produtividade na nomenclatura e depois retirado) e adaptado em 1996. O objetivo é atingir os pré-requisitos da Fundação Prêmio Nacional de Qualidade, gestando uma concepção nacional de qualidade, implementada por todas as unidades. Essa concepção reforma os antigos processos de gestão, voltando-os para critérios de velocidade e satisfação do cliente. Faz isso integrando funções, em detrimento das perspectivas individuais, requerendo assim, segundo a empresa, mudança no perfil/mentalidade e cultura interna.<sup>81</sup>

Como forma de envolvimento dos trabalhadores, o programa é administrado por um gerente de qualidade e são escolhidos “guardiões”, que são trabalhadores treinados para serem os multiplicadores (divulgadores) dos conceitos empregados no processo.

---

<sup>81</sup> Entrevistamos a direção de unidade e sub-diretores para obtenção de informações e auferir sua visão em relação a empresa.

Contudo, os trabalhadores não se mostram envolvidos com o discurso da qualidade, visto que a relacionam com a qualidade de vida esperada e não alcançada. Desta feita, o programa desvia-se dos seus objetivos, pelo menos parcialmente.

Alguns, inclusive percebem o caráter de padronização e subsunção da criatividade que, contrariamente ao que apregoam, têm esses programas. Comenta um trabalhador da informática:

*“Já participei. A qualidade total é uma doutrinadora dos trabalhadores para a submissão, levando as pessoas a perderem sua dignidade. Não há um caráter social, não se discute qualidade de vida. O cliente é o rei.”*

Outras afirmações feitas pela a maioria dos entrevistados referem-se à inadaptabilidade do programa ao meio em que vivem e à ineficiência deste no que diz respeito ao desenvolvimento de formas mais “racionalizadas” de trabalhar. É o que dizem quatro trabalhadores que não informaram seu setor:

*“É mais uma ferramenta que se coloca à disposição da empresa, como toda ferramenta, seus resultados bons ou ruins dependerá do uso que se fizer dele. No momento atual, em minha empresa, estes resultados ainda não tornaram-se visíveis.”*

*“Não participei do Programa, mas pelo que conheço acho que são por demais abstratos, sem tratar a questão da tecnologia da informação como deve ser - uma ferramenta que explica e desenvolve os mecanismos para inferir e interferir na realidade (...).”*

*“Já participei e devo voltar a utilizar estes programas. Acho que algum tipo de critério para racionalizar o trabalho deve ser feito. O que não concordo é como está sendo feito, aplicando técnicas sem um mínimo de adequação à realidade em que vivenciamos”.*

*“Não participo. O plano é redundante e mal elaborado. Falta demais o requisito da iniciativa de ação. Tem excesso de planejamento, sem execução. Depois de mais de três anos falta até mesmo a caixa de sugestão. Está tudo na mão de gente despreparada”.*



Ainda há um posicionamento que se mostra reticente ao programa, mas o pressupõe como única forma de engajar-se aos objetivos da empresa de modo que num momento de reestruturação não seja demitido. Ou seja, percebe que a participação no programa é inevitável para atender a forma que a empresa selecionará seus quadros daqui para frente. Três trabalhadores, o primeiro não identifica seu setor, o segundo do setor de administração e finanças e o terceiro do setor de engenharia dizem:

*“São muito capengas (os programas). Começam, não terminam. Mas é uma mudança muito profunda nos nossos costumes. É uma revolução cultural. Vai levar tempo, mas é inevitável se quisermos sobreviver”.*

*“Participo, por acaso tem outro jeito?”*

*“Bom para o sistema capitalista, as empresas estão adorando”.*

Aqueles trabalhadores nomeados “guardiões” parecem convencidos da necessidade de adaptar a empresa e o trabalho aos tempos de crise. Adotam a postura de realizar o trabalho de forma que o usuário orgulhe-se dele e a empresa tenha sucesso e lucro. Fala um “guardião”:

*“A empresa precisa adaptar-se sob o risco de não alcançar seu concorrentes e nós somos responsáveis, em grande medida, pelo sucesso da empresa. O sucesso da EMBRATEL é nosso também. Quanto melhor formos mais melhorias, benefícios e satisfação teremos. Empenho-me nisso, estou convencido que é necessário ser o melhor”.*

Mas, falemos então da concepção de qualidade adotada pela empresa e aplicada aos trabalhadores através de um esquema fechado de treinamento, que aos poucos vai tornando-se obrigatório.

A empresa parte do pressuposto da adaptabilidade às novas regras do mercado internacional e julga que essas demandam mudanças administrativas radicais.<sup>82</sup> Portanto, podemos afirmar que o Programa de Qualidade Total é uma forma de adaptabilidade da administração empresarial ao mercado, credenciando-se então como uma “ferramenta” baseada em uma série de conceitos que gerarão essa adaptação. Assim, é preciso que o programa vise a integração dos trabalhadores e mais, os responsabilize pelo desafio de construção de uma nova ordem empresarial. O que está posto é uma ferramenta gerada no interior do movimento do capital como forma de possibilitar a desmobilização dos fatores contrários ao aumento da taxa de lucro.

O material<sup>83</sup> usado pela empresa, versa sobre o necessário controle dos objetivos secundários - qualidade, custo e atendimento, como forma de alcançar aqueles primordiais - a plena satisfação do consumidor (em primeiro lugar, por meio do preenchimento dos requisitos secundários), do empregado (bons rendimentos, segurança, etc), do acionista (lucratividade) e dos vizinhos (controle ambiental).

Para atingir o esperado padrão de qualidade a empresa trabalhará com a combinação de elementos que descrevem um programa bem articulado que se apropria da ausência de um projeto alternativo ao capitalismo em nível mundial. Para isso, o programa segue o seguinte roteiro:

---

<sup>82</sup> Conforme a Fundação Christiano Ottoni, que elabora o material de aplicação dos cursos de qualidade total as características do mercado hoje são: “*a - diminuição do tempo entre o desenvolvimento científico e o desenvolvimento do projeto; b - diminuição do tempo de vida comercial de um produto, que é logo substituído por outro mais moderno. Isto traz para a empresa a seguinte demanda: a - rapidez no desenvolvimento de novos produtos; b - acerto na satisfação total do consumidor (tradução perfeita da necessidades do consumidor) ; c - garantia de acerto do projeto e do produto, já que não há muito tempo para alterações do projeto, a partir de informações do mercado (utilizar o consumidor como cobaia...)*”. Ver em CAMPOS, Vicente Falconi - Gerência de qualidade total: estratégia para aumentar a competitividade da empresa brasileira, Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, Escola de Engenharia da UFMG, Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1990.

<sup>83</sup> Estaremos nos referindo ao material citado na nota 49.

1 - disseminação de conceitos por toda empresa - existem os responsáveis pela difusão deles;

2 - prática de análise de processos na busca das principais causas das perturbações e prevenção da repetição dos problemas;

3 - gerenciamento metódico e padronizado, descentralizando as ações;

4 - descentralização da prática da qualidade e desenvolvimento de novos produtos;

5 - administração das melhorias na empresa;

6 - gerenciamento do crescimento do ser humano.

Todos os procedimentos baseiam-se em conceitos tidos como básicos para o sucesso do programa. Sugiro que a percepção ou não da unilateralidade destes conceitos é que pode garantir ou não o sucesso do programa. Esse arsenal de conceitos está eivado do sentido de co-responsabilidade por parte dos trabalhadores pela atual crise do capital. Se os trabalhadores os percebem enquanto intencionalmente forjadores dessa co-responsabilidade, que gera um consenso aparente (sobre o qual já nos referimos) poderão criar formas de resistência ao programa, ou pelo menos rejeitá-lo, embora não desenvolvam nenhuma ação coletiva referente a isso. Isso foi o que aconteceu na EMBRATEL, cujos trabalhadores remontam as falhas na abrangência e eficiência do programa, mas não agiram, coletivamente, no sentido de questioná-lo. Contudo, a resistência no local de trabalho também é capaz de esboçar reações que, apesar de não se generalizarem, momentaneamente, demonstram o descontentamento com a política adotada pela empresa e atrasam a implementação do programa. Ou seja, na medida que o local de trabalho é espaço para o desenvolvimento de múltiplas formas de luta e essas mesmas têm o caráter de “recusa”<sup>84</sup>, podem agregar estratégias mais bem elaboradas de enfrentamento ao capital.

---

<sup>84</sup> MARONI, Amnélis - A Estratégia da Recusa, São Paulo: Brasiliense, 1982.

Além disso, as pequenas “resistências”, usualmente não consideradas pela teoria social, sustentam a idéia de contradição presente e permanente. Se as formas de organizar o trabalho buscam esvaziar as possibilidades de desenvolvimento de ações coletivas, não são capazes, do mesmo modo, de desarticular as pequenas lutas desencadeadas temporariamente, que desafiam a racionalidade capitalista. Nesse aspecto, afirma-se como Fausto que, enquanto o ser humano é um pressuposto, está presente.<sup>85</sup>

Os conceitos desenvolvidos estão “impregnados” em todos os procedimentos adotados. Podemos percebê-los nos discursos dos trabalhadores e verificar como, gradualmente, eles vão agregar o conjunto de idéias sobre o processo de trabalho.

O primeiro conceito é o de rompimento, que desafia a todos no local de trabalho a abandonar as práticas gerenciais ( e por conseqüência, as práticas sociais ) vigentes e partir para um patamar superior de relação com a empresa e seu trabalho. O objetivo é que a empresa sobreviva e para isso novos métodos serão usados. Depois, o conceito de qualidade que assume uma perspectiva defensiva quando instiga a eliminação de fatores que podem vir a desagradar o consumidor e ofensiva quando antecipa as necessidades do consumidor, incorporando fatores ao serviço.

Além desses dois, segue o manual os demais conceitos necessários à implementação do Programa: controle, processo, controle de processo, complexidade, controle de qualidade, garantia de qualidade, controle empresarial, organização e marketing. Todos seguem a ordem da execução de padronizações estabelecidas após a verificação, resultando numa rotina que deve inserir melhorias de modo que essas apontem para níveis de

---

<sup>85</sup> Consultar FAUSTO, Rui - Marx - Lógica e Política, Tomo I, São Paulo: Brasiliense, 1983 . Para Fausto, o sujeito capital, concreto e universal tem como suporte o ser e o nega enquanto sujeito. Segundo ele, ao negar o ser humano , a unidade contraditória conserva-o na expressão. A humanidade humana não pode revelar-se sob o auspício do capitalismo. O humanismo torna-se anti-humanismo, visto que as realizações humanas não têm concretude e seriam expressões contraditórias aos entes existentes. O sujeito humano, impedido de revelar-se está pressuposto, mas não pode “ser um ser” até que sejam destruídas as objetivações que caracterizam o capitalismo. Por manter o sujeito como pressuposto na unidade homem-capital, em que esse último é sujeito, mantém-se na unidade a sua contradição intrínseca.

desempenho não alcançados antes. Dentro disso, qualquer movimento externo à empresa estará sobre controle total da administração, já que os trabalhadores pactuaram procedimentos junto à gerência. Ou seja, os próprios trabalhadores vão, ao longo do tempo, construindo as condições para sua permanência na empresa, de modo que tornam-se os seus próprios algozes .

Queremos chamar atenção para o conceito de organização que diz respeito ao “gerenciamento do ser humano” de modo que para integrar-se este precisa mudar sua maneira de pensar. O teórico que embasa este conceito para Campos<sup>86</sup> é Taylor, com quem ele diz concordar em muitas idéias sobre gerência.

Para Taylor, com o qual concorda Campos, o problema de desempenho de toda empresa está ligado a eficiência ou não de sua administração. Mas, Campos ressalta que, enquanto Taylor concebe o planejamento das tarefas pela gerência e sua execução pelo operário, a nova concepção de Controle de Qualidade por Toda Empresa (CQTE) percebe a todos como “planejadores”, através do método por ele chamado de PDCA ( Plan, Do, Check and Action). Este consiste em planejar estabelecendo metas, executar tudo como previsto neste plano, verificar comparando a meta realizada com a planejada e atuar corretivamente, quando necessário. Assim, tornam-se todos partícipes do processo de produção, como se o tivessem idealizado. Ao que diz Campos:

*“Se não houver mudança de postura do próprio administrador, será impossível fazer realizar o que o homem tem de melhor. O caminho é fazer com que todos pensem e raciocinem. O fato de o operário não ter uma formação escolar, mais profunda, não o priva de pensar e raciocinar. No CQTE, o giro do Ciclo do PDCA, com a participação de todos em cada pequeno processo, aliado aos grupos CCQ (Círculo de Controle de Qualidade) para solução de problemas do local de trabalho, criam as condições para evitar esta divisão da empresa de duas classes distintas.”<sup>87</sup>*

<sup>86</sup> CAMPOS, Vicente Falconi, *op.cit*, pag /113, 1990.

<sup>87</sup> CAMPOS, Vicente Falconi - *op.cit*, Pag/116, 1990.

Desta feita, mesmo que o Programa de Qualidade Total se sobreponha aos trabalhadores e os desagrade, ao não estabelecer contra ele nenhum tipo de enfrentamento organizado, atuam em um espaço em que a lógica do capital consegue subsumir às diferenças de classe em prol de uma teoria de harmonização das relações. O que convém ressaltar é que esse é um pensamento demonstrável somente em nível da aparência e/ou da percepção imediata dos atores sociais. Ao buscarmos os nexos que se desdobram na essência partimos desta concretude e expomos o entrelaçar de objetividades e subjetividades que a origina; veremos então um terreno mais fértil de análise em que relações sociais contraditórias assumem determinadas configurações. Percebemos assim a coerção interna a uma lógica que ao mesmo tempo que institui como rotina a colaboração de classes, continua baseada na apropriação de excedente de trabalho, de modo que aderir a ela mostra-se como condição *sine qua non* para sobreviver.

Esse argumento foi de alguma forma desenvolvido por Gounet<sup>88</sup> sobre a idéia de círculo virtuoso de Coriat<sup>89</sup> ou de democracia salarial de Lipietz. Para Coriat, à semelhança de Lipietz, o ohnismo permite vultosos ganhos de produtividade que tendem a ser partilhados como forma de obter o “engajamento” dos trabalhadores ao processo de produção. Desta feita, a polivalência, a participação são contrapostas por recompensas, tanto a nível de incorporação salarial, quanto pelas garantias de trabalho. Para isso os trabalhadores tem completa anuência do sindicato (que no Japão negociam por empresa). Assim, o modo japonês de produzir tenderia a ser um modo de regulação. Lipietz confirma que se as lutas operárias forem orientadas no sentido de impor um novo pacto de democracia salarial, constituintes de um leque de reformas será possível arrancar contrapartidas do capital.

---

<sup>88</sup> Consultar GOUNET, Thomas- Pensar ao avesso do capitalismo (mimeo)

<sup>89</sup> Consultar CORIAT, Benjamim- Pensar pelo avesso, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/REVAN, 1994.

Gounet, contesta afirmando que os dois autores pensam a crise inerente ao capitalismo como uma crise do modelo de desenvolvimento. Com efeito, deixam de observar que os índices de produtividade estão intrinsecamente ligados ao aumento da exploração da força de trabalho, e mesmo que índices fossem repassados ao trabalhador seria ínfimo quando comparados à taxa de exploração. Para ele, essa relação jamais será democrática. Ou seja, ao passo que Coriat e Lipietz pensam em soluções dentro do espectro das relações capitalistas de produção, Gounet extrapola esse leque e identifica a nova organização do trabalho como forma de ajuste da economia capitalista e obtenção de índices de produtividade que não podem ser democratizados ou não será mais capitalismo. Assim, Gounet diz que os trabalhadores não se engajariam em uma organização do trabalho que aumenta a exploração sobre eles.

Além disso, é necessário refletir de que forma, mesmo no Japão as relações se dão com essas características. Essa forma de gestar o trabalho teve como pilar a destruição do sindicalismo japonês, com sucessivas demissões em massa e, inclusive, a realização de um *lockout*. O emprego vitalício e as promoções meritórias ocorrem somente em 25% das empresas e a incidência de inúmeras ocorrências - alto índice de suicídio infantil (resultantes da pressão pelo sucesso escolar), longas jornadas de trabalho resultando em *karoshi* (morte súbita por efeito de excesso de trabalho), pressão das mulheres pela entrada no mercado de trabalho, cujo índice de participação é baixíssimo - denotam que o trabalhador japonês tem sido submetido a meios de coerção bastante sofisticados.

Campos também rompe com o conceito de especialização tal como desenvolvido por Taylor e apropria-se da tão propalada polivalência.

*“No CQTE onde a especialização e profissionalismo são evitados, todos na empresa são responsáveis pela qualidade, todos praticam o desenvolvimento tecnológico (via análise de processo e análise de qualidade), todo são responsáveis pelas suas próprias equipes, todos*

*são responsáveis pela organização e racionalização do seu trabalho”.*<sup>90</sup>

Combinado às exigências de mercado, o Programa de Qualidade destrói as especializações e estabelece a necessidade do trabalhador multifuncional, intercambiável por muitos outros, como dissemos no item 2. Este terá a visão geral do processo de produção, mas não apreenderá sua totalidade, ao contrário do que mostra Campos. O movimento de “desespecialização” nem sempre está combinado à requalificação. O conceito de qualificação neste caso está ligado à adaptabilidade ao processo muito mais que conhecimento do processo.

Obviamente, a busca por essa multifuncionalidade deveria estar ligada a algum tipo de treinamento. Embora a direção da EMBRATEL alegue que todos os trabalhadores foram treinados para as novas funções eles contestam essa afirmação.<sup>91</sup>

A empresa mostra que os trabalhadores recebem tanto períodos específicos de treinamento quanto planos formais visando reduzir o impacto de implantação de novas tecnologias. Consideram-se planos formais aqueles treinamentos feitos:

- 1 - por instrutores internos;
- 2 - por contratação de entidades como SENAI, universidade, Escola Técnica, etc;
- 3 - externamente à empresa e com reprodução interna a um público de trabalhadores, como os praticados no Centro de Treinamento da EMBRATEL-RJ;
- 4 - em outros países, sendo que os trabalhadores escolhidos o são em função de seus postos de trabalho, habilitação, de julgamento exclusivo das chefias da empresa;

---

<sup>90</sup> CAMPOS, Vicente Falconi- *opc.cit.*, Pag/116, 1990.

<sup>91</sup> Consultar ofício enviado a EMBRATEL a partir do SINTTEL-ES 02/08/96.

5 - através de pós-graduações (em 1985, cinco trabalhadores estavam em pós-graduação).

A organização sindical contesta a falta de clareza sobre os critérios e períodos dos treinamentos oferecidos, em virtude da velocidade das mudanças e da necessidade de constante aperfeiçoamento.

De qualquer forma, o Programa de Qualidade Total integra um conjunto de procedimentos organizacionais desencadeados a partir de mudanças no mundo do trabalho que apresentam-se e são percebidas pelos trabalhadores como fracionadas.

Contudo, como ferramenta o CQTE postula a reestruturação da racionalidade capitalista no local de trabalho, de modo que sejam expurgados os contrários à livre fluência do capital. Assim o faz instaurando estratégias que incitam o ser humano a desafiar a si mesmo sem perceber que o faz eliminando as diferenças e os “diferentes”<sup>92</sup>. É assim que se torna cada vez mais difícil para as organizações dos trabalhadores reabilitar o local de trabalho como *locus* da produção da estrutura social e reprodução de relações sociais desiguais.

## **6 - A subsunção da materialidade: o reino do trabalho abstrato**

A evolução do capitalismo e a complexificação de suas relações vai gerar uma certa dificuldade para análise científica, especialmente no que tange a centralidade do trabalho enquanto fator de socialização. Não queremos entrar ainda neste debate, mas alguns elementos precisam ser acrescentados para que possamos entender a relação do indivíduo com seu trabalho.

---

<sup>92</sup> Como forma de sobreviver é preciso ser o melhor, buscar desafiar-se e competir. O trabalho em equipe é exatamente aquele que serve ao capital - seu objetivo é aprofundar a cooperação para a extração de altos índices de produtividade.

Para Marx todo trabalho é dispêndio de força humana, no sentido fisiológico e nesse sentido produz coisas úteis, mas também o é dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, e assim se define a sua dimensão abstrata. Na sociedade capitalista a dimensão abstrata subsume a dimensão concreta, posto que essa é uma sociedade em que o valor assume características substantivas e automáticas. As formas de trabalho concreto, qualitativamente diferentes, reduzem-se a uma única espécie de trabalho, o abstrato.<sup>93</sup>

Desta feita, podemos dizer que a dimensão abstrata do trabalho se sobressai à sua dimensão útil, sendo este dispêndio de energia humana, socialmente determinada. O que está em questão é a relação do trabalhador com este trabalho, visto que ele, por vezes, é desprovido de materialidade .

Durante o período em que o trabalho era exercido a partir da tecnologia analógica, os trabalhadores percebiam mais positivamente a sua relação com o trabalho, posto que a partir de certo período sua relação com a matéria tornou-se cada vez mais abstrata. A percepção mais direta é a eliminação de postos de trabalho. Um trabalhador, que não identificou seu setor, comenta quando questionado sobre as mudanças:

*“O trabalho pouco requer a presença do homem. Antes éramos uma equipe de vinte pessoas na era analógica, hoje, na digital, podemos ter duas pessoas. Para empresa foi ótimo”.*

Outro trabalhador do setor de engenharia afirma:

*“Basicamente, as alterações foram pequenas, sendo digno de nota o maior grau de informatização, que permite uma grande expansão da planta instalada, sem que fosse necessário o correspondente aumento do quadro de pessoal envolvido.”*

---

<sup>93</sup> MARX, Karl - O capital, Vol I, Livro I, São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

Fundamentalmente, a tecnologia analógica requeria maior vigilância e um quadro técnico maior, responsável pela manutenção do sistema. Observe o que diz outro trabalhador do setor de engenharia:

*“É indiscutível a vantagem dos novos equipamentos quanto a ocupação de espaço e benefício, respostas mais rápidas, mais velocidade nas operações. Quanto a equipe, praticamente não existe, devido ao número reduzido de mão-de-obra que esse equipamento requer para sua manutenção. Grande lucro para empresa.”*

Ou seja, as mudanças abstraem, ainda mais, a materialidade do trabalho, ao mesmo tempo em que elimina postos de trabalho, fazendo com que o trabalhador perceba que a empresa não tem como objetivo o bem-estar de seus funcionários. Como já dissemos, este é um elemento importante ( a imagem que o trabalhador tem da empresa ) no sucesso das ferramentas usadas pela reestruturação.

As novas tecnologias potencializam mudanças que aceleram o ritmo, centralizam o controle do processo de trabalho, ao passo que exigem a requalificação do pessoal.

Segundo Murray:

*“Enquanto o microchip tende a diminuir o controle dos trabalhadores sobre as máquinas, ele também muda a natureza dessas máquinas. De forma geral, tem ocorrido uma tendência à troca de partes eletromecânicas por componentes micro-eletrônicos, e do controle do trabalhador sobre a máquina que leva a uma mudança na fabricação do produto e no processo de trabalho associado (...) A produção da gerência assistida por computador é uma arma potencialmente valiosa para o capital porque permite aumentar o controle da gerência sobre todos os aspectos da produção, principalmente através de uma expropriação adicional do conhecimento dos trabalhadores, em segundo lugar, através de uma objetivação do controle sobre o trabalho que assegura a saturação máxima e a coordenação do tempo de trabalho”<sup>94</sup>.*

<sup>94</sup> MURRAY, Fergus - “Descentralização da produção - o declínio do trabalhador coletivo de massa?” in Capital & Class, London, 1993

Além de centralizar o controle de forma singular, possibilitam a substituição da força de trabalho por robôs e autômatos programáveis.<sup>95</sup> Continua Murray:

*“As máquinas e robôs podem ser vinculados a postos e funcionar por um computador central como está começando a acontecer nas completamente automatizadas fábricas flexíveis de manufatura (...) A informação computadorizada permite a descentralização das decisões diárias da gerência, enquanto centraliza o controle estratégico nas mãos de um pouco numeroso conselho de diretores”.*<sup>96</sup>

Assim, segundo nosso autor, sedimentam-se as decisões mais importantes da empresa nas mãos daqueles que, na verdade, sempre decidiram, seguindo a contramão das postulações participativas desenvolvidas pelas ferramentas de apoio.

Em contrapartida, as características típicas do fordismo e traduzidas para esse setor através de uma rotinização mais rígida, limitação e homogeneidade no produto oferecido, múltiplas especializações, estrutura física maior e monopólio de certas informações sobre o produto são substituídas por aquelas típicas do toyotismo como a flexibilidade na rotina (que, apesar disso, não foge a padrões previamente estabelecidos), diversificação do produto, alçando e visando mercados mais heterogêneos e de certo modo ampliando, ao mesmo tempo que modifica o escopo de atuação da empresa (agora os produtos são destinados aos grandes clientes, aumentando a possibilidade de lucro ainda mais), estrutura física bem menor e disseminação da informação sobre o produto.

Na EMBRATEL, substituição tecnológica resultou na desativação de muitos serviços:

1 - desativação da central Vitória A (telefonia) em 1995;

<sup>95</sup> Ver CORIAT, Benjamin - “Autômatos, robôs e a classe operária” in Novos Estudos CEBRAP, Vol I, N<sup>o</sup> 2, Julho/1993. Embora aqui, diferente de Murray, Coriat use o argumento para justificar a abolição da dependência do trabalho.

<sup>96</sup> MURRAY, Fergus - op,cit, 1993.

2 - desativação da central Vitória B (telefonia), prevista para este ano (ambas serão substituídas pela Central Vitória C, totalmente digitalizada);

3 - desativação da Estação Costeira, cujos serviços passaram a ser telecomandados no Rio de Janeiro. Esta estação tinha o objetivo de guiar embarcações perdidas ou não, fornecer informações a barcos pesqueiros, orientar navios, etc. Foi desativada em 1993, e embora a direção da empresa justifique as ações pelo alto custo que sua existência, não coaduna com as estratégias de mercado e além disso, neguem a existência de problemas no momento da desativação, podemos observar a opinião contrária por parte dos trabalhadores e sua preocupação com as realocações;

4 - desativação do Telex NEDAX em 1995;

5 - desativação da CETEX em 1996.

Em todas essas desativações os trabalhadores foram realocados, graças à uma cláusula inserida no Acordo Coletivo 90/91 que determina a necessária realocação de trabalhadores quando esses tornarem-se excessivos em qualquer área, em virtude do processo de introdução de novas tecnologias.

Mas, mesmo estabelecendo uma relação de distância em relação as novas tecnologias os trabalhadores não conseguem identificá-las nem como prejudiciais, nem como integrantes de um processo que resulta da luta de classes. Ou seja, é muito comum a frase “as tecnologias podem ser boas ou más, dependendo do uso que se faz delas”. Há em afirmações como essas uma tensão resultante da percepção apenas parcial e/ ou a nível da aparência de todo processo de reestruturação.

Primeiro, podemos dizer que os trabalhadores realizam um julgamento baseado em padrões morais a respeito da tecnologia. Para eles, ela diferencia-se do seu uso. Ou seja, está aí embutido um julgamento da neutralidade da ciência e do desenvolvimento científico.

Se existe uso bom ou mal da tecnologia isso dependerá da “bondade ou maldade” de quem a usa e esse torna-se um julgamento no âmbito da moral. Contudo, no modo capitalista de produção a ciência e os inventos são concebidos a partir de uma finalidade específica voltada para a lucratividade do capital. Não há mais espaço para invenções realizadas a partir do desenvolvimento das potencialidades humanas. Nem há sequer financiamento para intenções meramente especulativas. A tecnologia é a apropriação do conhecimento humano na produção ou não e desenvolvida em forma de instrumentos que tornam ainda mais apropriável esse conhecimento.

Em segundo lugar, identificar todas as mudanças como provenientes de avanços tecnológicos autonomiza o desenvolvimento técnico de tal forma que, como já nos referimos, os atores sociais e suas relações permanecem superpostas. Quando o trabalhador não percebe que as tecnologias são configurações capitalistas, imediatamente não se percebe enquanto sujeito social capaz de alterar essas objetividades. Desta feita, o mundo do trabalho passa a ser controlado por uma razão instrumental inapta a desenvolver-se, por meio dos sujeitos, em ação coletiva emancipadora.

Podemos dizer que, conclusões como essas a que chega grande número de trabalhadores residem no obscurecimento da totalidade, enquanto terreno de análise e na autonomização da singularidade, enquanto única verdade possível. Se, é fato que a percepção imediata também é real, também é certo afirmar que a outra forma de conhecer a realidade: usando os procedimentos científicos para desvendar os nexos que lhe deram origem. Partamos para esse desafio.

## CAPÍTULO II

### A REALIDADE VISTA PELOS TRABALHADORES: AS FORMAS DE PERCEPÇÃO (IMEDIATA E MEDIADA) ESTRUTURANDO A CONSCIÊNCIA DE CLASSE - PROBLEMAS E DESAFIOS

#### **1 - As dimensões da realidade originando dimensões da consciência: as formas de compreensão do real**

Nosso ponto de partida para captar como as objetividades contemporâneas são percebidas pelo ser social, e de que forma isso influencia na determinação de características típicas que forjarão uma nova identidade de classe é o modo como os trabalhadores vivenciam as mudanças. Mas, ao contrário de aceitarmos somente a compreensão imediata, buscaremos versar sobre as mediações necessárias que nos reportem à totalidade social que nos mostra outras formas de compreender as ações, atentando-nos para o desenvolvimento histórico da singularidade. Com efeito, tentaremos identificar as diferenças entre a apreensão de parcialidade e totalidade da realidade e como isso pode influenciar o processo de configuração da consciência de classe.

A consciência de classe (desenvolvida a partir da percepção dos sujeitos sociais) ao mesmo tempo que orienta as ações coletivas, lhe dá os contornos possíveis e aponta aqueles necessários para percepção do presente (das objetividades contemporâneas a que nos referimos). Ou seja, entre uma objetividade e outra interpõe-se a consciência que percebe e, previamente idealiza, o momento seguinte. Com a objetivação da idéia a consciência que a projetou deixa de ser considerada um epifenômeno para tornar-se momento abstrato real de confronto entre passado, presente e possibilidades futuras, qual seja, relaciona os espaços e as

possibilidades e determina objetividades, outra vez, necessariamente, mediadas pela práxis social.

Portanto, queremos contribuir, modestamente, para discussão sobre a consciência na teoria social, especialmente, dentre aqueles estudiosos do marxismo. Se, muitas vezes, questionou-se o papel subordinado assumido pela consciência nas mais diversas interpretações marxistas, cumpre-nos demonstrar como a correlação mecanicamente estabelecida pode ser questionada, principalmente com base nas elaborações do filósofo húngaro Georg Lukács e István Mészáros.

Mas, se não é um epifenômeno, unicamente derivada da estrutura social, como relacionam-se consciência e apreensão da realidade? E, mais, como os atores sociais percebem as alterações no mundo do trabalho: essas determinam ou são determinadas pela consciência?

Primeiro discutamos a pergunta inicial. Apontemos discussões contrárias a uma resolução que culmina no entendimento de uma relação mecanicista entre consciência e estrutura. Ao contrário das interpretações que se derivam de um suposto determinismo econômico, é possível e coerente analisar a perspectiva marxiana a partir de *“determinantes complexos de uma ontologia social.”*<sup>1</sup> Do próprio Marx<sup>2</sup> podemos reter o papel mediador da consciência (entre as estruturas do mundo concreto apreendidas pelo pensamento), portanto, sua leitura não pode ater-se ao mecanicismo simplório, sob pena de que a consciência perca seu potencial de estruturar ações capazes de questionar as sedimentações do presente e configurar ações capazes de demovê-las. Em Marx, já dissemos, a consciência não é um epifenômeno, mas é originada por condições materiais e reais de existência, ao mesmo tempo que percebe as concreções da vida real, e se objetiva, movimentando-as. Os

---

<sup>1</sup> MÉSZÁROS, Istvan- “Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente” in Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação, Pag/76, São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

<sup>2</sup> Consultar MARX, Karl - O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

fundamentos econômicos são assim, particularidades de um construto universal, qual seja, não podem ser reais fora do complexo historicamente mutável de mediações específicas.<sup>3</sup>

Segundo Mészáros só podemos entender a metodologia dialética de Marx se nos abstrairmos de uma separação rígida entre “determinado” e seus “determinantes”, próprio das interpretações mecanicistas. Ao que diz:

*“Nos termos dessa metodologia (dialética), embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os “determinantes fundamentais” do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, “determinantes determinados”. Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua idéia de “interações complexas”, nos mais variados campos da atividade humana.”*<sup>4</sup>

A dinâmica da história (onde a política pode ocupar papel de revolucionadora das estruturas da totalidade, por meio da ação delineada pela práxis social) interrelaciona ideologia e economia de modo que a compreensão de uma está intrinsecamente ligada à compreensão da outra. Queremos dizer que não se pode entender nenhum aspecto teórico em Marx se estabelecermos qualquer relação de independência entre as dimensões da realidade: esta é para Marx um todo complexo, multideterminado.

Para atribuir à consciência um papel secundário e mecânico, não encontraremos respaldo na teoria marxiana, na medida em que a consciência é portadora da estruturação de ações que podem apontar os limites da universalização das oportunidades no capitalismo. Por certo, a cada evolução e revolução interna da matéria no capitalismo, qual seja, a cada recomposição superior das relações sociais de produção, novas formas de desenvolvimento interno serão exigidas da própria consciência e, por vezes, a percepção consciente de classe caminhará em oposição à construção genética da matéria. Mas, será, contudo, a resposta

<sup>3</sup> MÉSZÁROS, Istvan - op.cit, Pag/78, 1993.

<sup>4</sup> MÉSZÁROS, Istvan - op.cit, Pag/77, 1993.

possível, fruto das limitações da consciência que, aguarda profundas mediações com compreensão total do momento histórico.<sup>5</sup>

Nada disso significa que a classe emergente deste antagonismo estrutural seja incapaz ou capaz de dar respostas socialmente válidas, qual seja, de compreender a realidade. Isso dependerá da instauração de um espaço mediativo e permanente da práxis política, onde o acúmulo de experiências interpretativas exporá contradições aptas a recondicionarem em outro patamar, a escolha dos sujeitos. Ou seja, o espaço de mediações entre a consciência contingente ou empírica e a consciência emancipada ou totalizante é aquele do movimento político do ser na apreensão da realidade.

A própria manifestação de duas dimensões da consciência representa o antagonismo estrutural do capitalismo. Elas estão objetivamente ligadas à idéia de um *ser* e um *existir* do proletariado como tendência objetiva do desenvolvimento histórico.<sup>6</sup> Ao que diz Mészáros:

*“O reconhecimento da contradição entre o ser e a existência do proletariado traz consigo a tarefa de superar a lacuna entre a consciência de grupo e a consciência de classe, ou, mais exatamente, a tarefa de transcender os limites da consciência de grupo, dos grupos determinados de trabalhadores em direção à uma consciência global de seu ser social. Segundo Marx, essa tarefa é realista porque ela está de acordo com uma tendência objetiva do desenvolvimento histórico. Entretanto, esse fato não faz com que seu caráter de tarefa seja transformado em uma inevitabilidade histórica e mecânica. O desenvolvimento da consciência de classe é um processo dialético: é uma inevitabilidade histórica precisamente na medida em que a tarefa é realizada através da mediação necessária de uma atuação humana autoconsciente. Isto requer, inevitavelmente, algum tipo de organização - seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva - estruturada segundo as condições histórico-sociais específicas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social...”*

<sup>5</sup> Em Mészáros há definição de consciência contingente e consciência necessária. A primeira relaciona-se ao momento de compreensão do real em que a imediatidade é percebida como única dimensão e toda ação baseia-se nesta informação da realidade, portanto, carece de mediações com outra dimensão e está ligada ao desenvolvimento espontâneo, limitado à percepção individual ou de grupo. A segunda trata-se daquela capaz de perceber as objetividades como relações sociais, trazendo o sujeito político-social para o centro da ação, potencialmente condicionada a destruir objetividades que efetivam-se como barreira ao desenvolvimento humano pleno e está ligada ao conhecimento global de si enquanto ser social.

<sup>6</sup> MÉSZÁROS, Istvan - op.cit, Pag/96, Nota 3, 1993.

Para o autor, o desenvolvimento político do ser, pode e deve traduzir-se em mediações necessárias para compreensão do desenvolvimento global. Ainda assim, esse caráter de “tarefa” não deve ser interpretado como uma inevitabilidade e para isso precisamos entender a categoria *classe* em Marx.

A classe operária em Marx não é uma idéia exterior,<sup>7</sup> é antes uma mediação parcial, uma síntese complexa de seres humanos, que define-se não pelo processo de trabalho, mas pelo processo de produzir mais-valor e/ou estar integrado a este. É o fato de que ao produzir valor não lhes é pago o seu trabalho, sendo esta mesma a razão da expropriação que define grande parte da sociedade como expropriados (e por isso conseqüentemente dominados, por meios de coerção) e outra pequena parte como expropriadores. A classe é, pois, uma mediação parcial porque ao apresentar-se nega a emancipação do ser social: revela que grande parcela da sociedade está submetida, por condições criadas a partir das relações sociais, à dominação de outra parcela.

No ser de classe, apto a se libertar está a realização da humanidade enquanto humanidade. Qual seja, sem que essa mediação parcial seja destruída não será possível universalizar condições de vida: esta é a contradição que movimenta a história do capitalismo.

Contudo, o caráter de “tarefa” (no sentido que estamos empregando) da classe não lhe impõe nenhuma homogeneidade.<sup>8</sup> Por abrigar todos aqueles que produzem valor não

---

<sup>7</sup> Para Andre Gorz a classe em Marx é exterior a verdade objetiva, na medida em que, para ele, Marx atribui à classe tarefas impossíveis diante das diferenciações impostas pelo capitalismo. (Ver em GORZ, Andre - Adeus ao proletariado - para além do socialismo, Pag/17, Rio de Janeiro: Forense, 1982).

<sup>8</sup> Dahrendorf afirma que “a classe, no velho sentido, não é a base dominante do conflito”. Ele pauta-se na existência de experiências separatistas, nas subclasses americanas para afirmar que o trabalho não é mais solução para todos os problemas sociais, embora relativize afirmando que parte do problema ainda é de alçada desta categoria. Para ele, contudo, o trabalho não é subjetivamente central o que deriva que a classe trabalhadora não mais aglutina forças sociais centrais na sociedade (Ver em DAHRENDORF, Ralph - “Conflito depois da classe” in Conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade, São Paulo: Jorge Zahar editor/EDUSP, 1992). Para Eder, também, as diferenças no interior da classe provocam descontinuidade entre trabalho e cultura originando níveis diferentes de status e interesses dos autores. Ou

pode ser homogênea e pode, por isso, mediar-se, através da práxis, até os excluídos de forma geral, fruto da vigência imperativa de uma racionalidade dominante. Mészáros nos aponta essa conclusão:

*“...a consciência da classe proletária não tem nada a ver com a ficção de uma consciência de classe homogênea que nunca existiu, nem poderia jamais existir (...) A autoconsciência da classe em si e para si não pode ser diferente da consciência de sua tarefa histórica (grifos do autor) de constituição de uma alternativa histórica real à ordem vigente na sociedade: uma tarefa enraizada nas contradições irreconciliáveis do seu próprio ser histórico-social.”<sup>9</sup>*

Se a consciência está alerta às determinações contraditórias e irreconciliáveis será impossível integrar e submeter completamente o ser social à racionalidade capitalista, de modo que não será possível eliminar o sujeito que está pressuposto pelo ser de classe, submetido à dominação do capital.

Se não é possível eliminar a contradição, tampouco é coerente predizer de que forma o ser social se libertará de seu momento repressor, ou seja, como se dará o trabalho de interação da consciência com a própria história. Examinando mais atentamente, podemos apenas dizer que as duas dimensões da realidade - aparência e essência - relacionam-se com as duas dimensões da consciência - contingente e emancipada - e que entre os dois pares instauram-se as mediações que ligam umas às outras numa unidade contraditória.

Parece, por um momento, que as questões nos deixam num círculo vicioso se com elas não estabelecermos uma relação entre duas dimensões na configuração da unidade: a

---

seja, a cultura do trabalho da classe trabalhadora perde a capacidade de determinar como a sociedade agirá consigo mesma - como direcionará o crescimento econômico e suas conseqüências (ver em EDER, Klaus - “Culture and crisis” in *Theory of culture*, Munch, R. and Smelser, N.J. (Editors) , Berkely: University of California Press, 1992.) . Tanto Eder, quanto Dahrendorf pensam a classe e a consciência como homogênea e exterior ao ser social.

<sup>9</sup> MÉSZÁROS, Istvan - op.cit, Pag/107, Nota 57 , 1993.

percepção imediata e a mediada. Essa relação é que pode nos mostrar como a consciência apreende a realidade.

Então, abandonemos, por um momento, a primeira e partamos para nossa segunda questão: como se dá a percepção dos atores sobre as alterações no mundo do trabalho: são determinantes ou determinadas? Ou seja, novamente está reposto o debate entre Marx e os hegelianos: a existência determina a consciência ou a consciência determina a existência ?

Para isso precisamos estabelecer uma leitura coerente da teoria marxiana. Quando Marx falava de *existência* referia-se a relações sociais- materiais, que, por certo, eram permeadas de subjetividade. Mas, para ele, o ser humano era puramente social. Esta era a diferença de seu desenvolvimento teórico em relação a toda tradição filosófica alemã anterior. Ao demonstrar que tudo era produzido pelo ser, sendo resultado da atividade humana, (inclusive a riqueza era fruto de sobretrabalho apropriado) ele oferece uma nova perspectiva racional ao ser humano: de abandonar o campo da abstração e tornar-se senhor de sua própria história.

Essa era a base de todos os seus debates com os jovens hegelianos, dentre outros: a materialidade da realidade. Este último, embora ressaltasse a importância da matéria, não lhe dá o sentido que ela tem em Marx<sup>10</sup>. Para Marx, os sentimentos, as idéias, os objetos, enfim, a produção histórica (a própria história!) eram matéria porque eram concebidas a partir de relações humanas (atividades humanas sensíveis!), que são sociais. Estava superada a época filosófica em que a essência humana era apenas uma abstração. A importância disso está em que a vida passa a ter como centralidade o ser humano e as

---

<sup>10</sup> Para esse debate ler MARX, Karl & ENGELS, Friedrich - A ideologia alemã e Teses contra Feurbach , São Paulo: Martins Fontes, 1989. "Até agora, o principal defeito de todo materialismo (inclusive o de Feurbach) , é que o objeto, a realidade, o mundo sensível, só são apreendidos sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, enquanto práxis, de maneira não subjetiva" em MARX, Karl & ENGELS, Friedrich -op.cit, Pag/93 , São Paulo, 1989.

ações, dantes vistas como elaborações intelectuais, assumem uma característica prático-material.

Ora, conceber as ações como processos mentais “*baseia-se na escamoteação da ação enquanto processo prático de produção material.*”<sup>11</sup> Desta feita, esse preceito escamoteia também o conteúdo material do capital: a apropriação de sobretabalho e o resultado conseqüente disso: uma classe expropriada e outra que expropria.

Portanto, a existência para Marx era determinante de ações, pensamentos e sentimentos, a partir do momento em que esses, dialeticamente, também determinam a existência, posto que não são meras abstrações, mas possuem conteúdo material.

Podemos entender, então, tanto o sentido das “determinações determinadas” a que se refere Mészáros - uma relação dialética entre determinidades, como podemos compreender a afirmação lukácsiana que o ser é subjetividade objetivada<sup>12</sup>, ou seja, o momento de ideação é constituído a partir da relação com a matéria e o ser é um entrelaçar de características objetivas e subjetivas.<sup>13</sup>

Ianni também nos auxilia nessa discussão apontando que o reconhecimento de si - a autoconsciência é expressa a partir das relações sociais, ou seja, se determinam mutuamente. Nesse processo, o ser elabora sua identidade e é capaz de reconhecer a si e ao outro. Assim, construirá representações de si mesmo que serão elementos cognitivos que postulam sua inserção no mundo:

*“A consciência social ao mesmo tempo exprime e constitui as relações sociais. A análise das relações capitalistas exige que a interpretação apanhe sempre a maneira pela qual os homens pensam-se a si mesmos*

<sup>11</sup> BERNARDO, João- op.cit, Pag/ 51, 1991.

<sup>12</sup> LUKÄCS, Georg - A ontologia do ser social, Vol II, Pg 26-28, APUD in LESSA, Sérgio - A Ontologia de Lukács, Pag/26, Nota 7, Macció: EDUFAL, 1996

<sup>13</sup> O que não se objetiva, embora nem tudo possa ser objetivado, assume o campo da abstração. Contudo, mesmo as questões não objetivadas perpassam as objetividades, desta feita não podem ser consideradas abstratas.

*e uns aos outros. A auto-consciência somente é possível no espelho do outro.”<sup>14</sup>*

Nosso autor continua, estabelecendo o auto-reconhecimento como um processo de afirmação da existência e negação dela pela existência do contraditório. E essas definições se expressam na consciência social, conforme a percepção de cada ator social:

*“(...) A condição de operário e de capitalista somente se revela nas relações que um e outro estabelecem entre si. Mas essas relações não se realizam a não ser que um e outro se pensem no processo de compra e venda de força de trabalho, de produção de mercadoria, de intercâmbio entre trabalho necessário (pago) e excedente (não pago). Não se completa a compreensão da existência do operário e do capitalista a não ser quando a análise passa pela forma pela qual um e outro se compreendem a si próprios e reciprocamente. Para reconhecer-se como operário, é indispensável que o operário reconheça o capitalista como tal; e vice-versa. Esse reconhecimento é, ao mesmo tempo, uma condição fundamental da existência e negação recíprocas.”<sup>15</sup>*

É, então, no cotidiano que o ser expressa como se relaciona com a existência, ao mesmo tempo em que a reelabora, por meio dos impulsos conscientes. O encontro de si e do outro que se opõe a ele é a própria expressão das relações sociais de produção capitalistas.

Chegamos, agora, ao ponto final de nossas duas questões iniciais: demonstramos que a consciência estrutura-se a partir de relações sociais de existência e essas são, ao mesmo tempo, resultado de atos conscientes e que os sujeitos sociais percebem a realidade a partir de duas dimensões: a imediata e a mediada. Resta-nos demonstrar como, (de que forma) ao não estabelecer a relação entre a dimensão mediada e imediata, a realidade pode se apresentar como unilateralmente determinada e informar a ação social de aspectos subjetivos insuficientes para agir sobre as objetividades.

<sup>14</sup> IANNI, Octavio - Dialética e capitalismo: Ensaio sobre o pensamento de Marx, Pag /41, Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

<sup>15</sup> IANNI, Octavio, op.cit, Pag/41-42, 1985.

## 2 - A restauração do momento consciente recolocando os sujeitos sociais

Averiguar as percepções dos sujeitos sociais nos remete ao exame da concretude da aparência e a forma como essa dimensão da percepção apreende as alterações presentes.

De início já podemos dizer que, a percepção da imediaticidade, ainda que sabido - seja carente de mediações - traduz-se em uma dimensão concreta da realidade, o que lhe retira o caráter de falsidade e lhe outorga àquele referente à provisoriedade. Queremos dizer que a apreensão imediata pode traduzir-se como possível compreensão (ou compreensão provisória) da realidade se levarmos em conta os elementos de análise presentes na aparência.<sup>16</sup>

A partir da aparência, o ser social seleciona entre teleologias alternativas tornando cada vez mais racional e humano o mundo a sua volta. Assim, desconsiderá-la seria reconstruir um universo ideal sem limitações sociais à racionalidade por um lado, e por outro retomar o conceito hegeliano<sup>17</sup> de alienação do Espírito, em que sujeito e objeto apresentam entre si momento de identidade<sup>18</sup>.

Mas, como o ser social compreende a realidade, visto que predomina a percepção imediata em detrimento de outra mais rica em mediações?

A partir do momento que as relações sociais complexificam-se a ponto de mostrarem-se autônomas e “naturais”, não conservando mediações com sua gênese, as respostas dadas pelo ser social assumem um conteúdo limitado e um caráter provisório, procurando dar sentido ao suprimento das carências socialmente postas. Essas respostas são

---

<sup>16</sup> A aparência é a dimensão concreta e imediatamente demonstrável da realidade, resultado que emerge das relações sociais. Ao mesmo tempo que é determinada por esses nexos causais das relações sociais (a essência) os determina, posto que é a partir dela que os seres agem, na maioria das vezes. É, contudo, apenas uma dimensão e a análise da dinâmica social não pode ser atribuída somente a ela.

<sup>17</sup> Para Hegel as objetividades são alienações do próprio Espírito e, por isso, com ele coincide.

<sup>18</sup> Ao alienar-se o ser dá forma a um objeto, mas nem por isso os dois perfazem o mesmo percurso ontológico. Diferem-se, ainda que apresentem traços de identidade, já que toda ideiação não pode ser externada sem limitações.

constituídas a partir de uma visão fictícia da realidade, ou seja, baseadas em concepções ontologicamente fictícias da realidade.

Ainda assim, a construção de ontologias fictícias apresenta a realidade compreensível e apreendida no momento, visto que, sociologicamente, o ser organiza respostas às suas carências.

As ontologias fictícias podem fazer emergir momentos verdadeiros de carências, contudo, as respostas serão limitadas, devido a ficção do momento fragmentário que não guarda, geneticamente, nenhuma relação com o cosmos.<sup>19</sup> Essa apreensão parcial circunscreve-se no nível da aparência, guardando com a essência ligações obscurecidas pela complexificação da realidade. O pensamento passa, pois, por um processo de antropomorfização, em que a particularidade assume a centralidade na consciência do ser social, como se fosse concreção inevitável.<sup>20</sup>

Ao ceder lugar central à particularidade, as respostas serão dadas a partir dessas concreções factuais e não pela reconstituição do percurso temporal passado-presente-futuro, qual seja, teleologias moverão outras, agora não mais com a finalidade de imprimir ao real um sentido pleno supridor de carências, modificador de sua ordenação - mas, com fins de influenciar e condicionar as subjetividades.

Essa forma de compreender a realidade origina concreções ideológicas que tendem a dar respostas momentâneas que permeiem a busca por uma vida de sentido pleno. Contudo, essas são insuficientes para modificar as relações sociais do tempo presente. Os indivíduos respondem a fragmentos da realidade e não ao processo de produção desta realidade porque a percepção imediata é incapaz de fazer mediações com a totalidade social.

---

<sup>19</sup> Ver LESSA, Sergio - *A ontologia de Lukács*, Pags 40-47, Maceió: EDUFAL, 1996.

<sup>20</sup> Esse impulso ontológico de compreensão do real, a partir de um conhecimento antropomorfizado, Lukács denomina de intento oblíqua.

### 3 - Os trabalhadores da EMBRATEL e suas manifestações

A maioria dos trabalhadores da Embratel vêm e vivenciam as mudanças, mas sentem-se impotentes diante das alterações, mostrando-nos que não as compreendem como resultantes do processo de reestruturação do capital em crise, ou pelo menos não entendem, de imediato, que articulam-se novas formas de organização e novos artificios disciplinares que reestruturam uma nova subordinação ao capital.

O que se verifica é que eles apreendem fragmentos e lhes dá lugar central em sua percepção, sem, contudo, realizar as mediações até uma visão mais totalizante. Será baseada nesta apreensão fictícia da realidade que os telefônicos responderão às suas questões emergentes sobre a vida.

Assim, quando perguntados sobre os impactos que as mudanças tiveram, subjetivamente, para eles, mostram toda a sensação de impotência, descartando que eles são os atores que podem ou não mudar essa relação:

*“Gera muita desconfiança, insegurança e frustração. A perda da função, a desqualificação profissional desestimula e abate. O trabalhador fica desorientado e sem ter a quem recorrer. O sindicalismo é impotente e despreparado”. (trabalhador do setor de engenharia)*

*“O ser humano descartável é a peça menos importante na relação capital-trabalho”. (trabalhador do setor de engenharia)*

*“Embora os efeitos cheguem até meu setor mais tardiamente, sinto-me como um dominó à espera de cair. De um dia para outro vão me dizer que não precisam mais do meu serviço e me colocarão de lado como um traste. Ninguém pode fazer nada, assim deve ser a vida”.*

*(trabalhadora do setor de administração e finanças)*

*“Sinto um sentimento de cansaço por ter que aprender tudo de novo”.*

*(trabalhador que não identificou seu setor)*

*“Perda da tecnologia profissional. Deixamos de ser importantes para a empresa e passamos a ser descartáveis”. (trabalhador que não identificou seu setor)*

O sentimento geral é de perda de um certo *status* profissional devido as novas normas e padrões operacionais que devem ser incorporadas a partir da substituição da tecnologia e das formas de gestar a força de trabalho. Com isso, o trabalhador sente-se perdido em um universo de novos procedimentos que descartam a sua experiência e minimizam o seu “saber”. Veja:

*“Eu tentei correr atrás, segui todos os conselhos do TCQ e aprendi muito. Apenas me sinto desvalorizada. E a desunião do grupo é bastante gritante”. (trabalhadora do setor de administração e finanças)*

*“Menor carga de trabalho, mais pressão com relação à garantia de emprego (devido a pequena visão social da empresa), maior indefinição de possíveis alocamentos em outras áreas da empresa. (trabalhador do setor de serviços)*

*“Ninguém quer saber o que eu acho, se eu conheço formas de fazer com que a empresa seja mais produtiva; o que eu penso da mudança abrupta de tecnologia privilegiando os grandes clientes e abandonando aqueles de médio e pequeno porte. Não servimos para mais nada, não vejo a hora de me aposentar.” (trabalhador do setor de informática)*

*“Tanto faz se eu gostar ou não, subjetivamente me sinto mal. Se eu morrer será melhor para a empresa que não precisará me demitir”. (trabalhador do setor de serviços)*

Para esta trabalhadora abaixo, as mudanças tiveram significados subjetivamente positivos, especialmente, porque agilizaram o serviço e o tornou mais eficiente, segundo ela, sob o ponto de vista coletivo :

*“As mudanças ocorridas, no meu caso, refletiram satisfatoriamente, pois agilizaram minhas atividades e possibilitaram a melhoria da qualidade.” (trabalhadora do setor de serviços).*

Ela continua, quando perguntada sobre as alterações, justificando o sentimento afirmativo referido acima:

*“A mudança tecnológica no meu trabalho possibilitou a agilização no processo de implantação dos serviços da EMBRATEL, pois desde o cadastro de contratos até a ativação de circuitos a tramitação de papel diminuiu sensivelmente. No último ano, houve um retrocesso no processo acima, pois os sistemas da empresa não conseguiram acompanhar o lançamento de novos serviços da empresa no mercado, acarretando a tramitação de documentos para execução da implantação”.*

Os trabalhadores do setor de administração e finanças também apontam a agilização de seus serviços, mas todos os entrevistados inscrevem-se entre os “inseguros” quanto ao futuro da empresa.

Podemos dizer que a maioria dos trabalhadores constroem um universo fictício com valores mais trágicos, carregados de fatalismo, visto que aderem ao discurso da inevitabilidade e daí deriva-se diretamente a adaptação ou o sentimento de fracasso. Ainda que os focos de resistência existam, chocam-se com o sentimento geral construído a partir da lógica do capital que serve à incorporação das reações como “ruídos e perturbações” ao bom andamento do funcionamento da empresa.

Se os trabalhadores não se auto-imaginam enquanto atores no processo de reestruturação esse lhes sobrepõe como algo “soberano”. A qualidade de ser sujeito fica delegada ao capital que autonomizando-se, subjuga todas as relações sociais e comanda o processo.

Ora, como podem os trabalhadores se recolocarem enquanto sujeitos sociais? Estabelecendo a relação dialética entre as duas dimensões da realidade e com isso, construindo as mediações necessárias à outra dimensão da consciência de classe mais totalizante. Tais mediações só podem ter como conteúdo a recuperação entre o momento

originário do ser social, ou seja, o momento em que se faz sujeito social e o momento atual. O que significa dizer: é preciso restabelecer o encontro com o momento formativo do ser social.

Pela capacidade de pensar e agir, conscientemente, o ser social diferencia-se do *ser-da-natureza não societário*, embora toda história humana seja permeada por estes, sendo fundamentais junto aos seres inorgânicos, para a reprodução social. Estes, por possuírem percursos ontológicos distintos daquele do ser social, não realizam nada além de reproduzir-se a si, inconscientemente, a partir de sua composição genética, reordenada, por vezes, pela “racionalidade” específica do processo evolutivo.

O ser social pode, através de atos teleológicos, organizar a matéria, ordená-la, dando-lhe, por meio da combinação ideação-teleologia, um sentido cada vez mais social.

Confirma Marx:

*“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o metabolismo com a natureza (...) Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio”.*<sup>21</sup>

É justamente por “idear-previamente” e depois “objetivar-se” na matéria, como dois momentos ontológicos distintos, que o ser social distingue-se do ser da natureza. Qual seja: é por sua capacidade de generalizar-se, construindo um mundo cada vez mais social que o ser torna-se humano, credenciando-se como sujeito social. Assim, no seu trabalho, ele percebe-se construindo um mundo diverso e declara-se autor da história.

O ser social assim o faz porque sua consciência, mediadora da matéria ao pensamento é capaz de, a partir de objetividades novas que guardam com o passado e o

---

<sup>21</sup> MARX, Karl - O capital, Livro Primeiro, Vol I , Pag/149, Nota 24.

presente uma relação de cumplicidade e continuidade remetê-lo para construção do futuro. E assim, ordenando a matéria por métodos sintéticos, descobre relações entre causalidades e as ordena em unidades que são, ao mesmo tempo, negação de outras e negação de si mesmas.<sup>22</sup> É assim que o trabalho humano, em nossa época heterodeterminado, é capaz de produzir tecnologias que, ao mesmo tempo que permitem apropriação de trabalho, são potencialmente capazes de liberar o ser humano do trabalho.<sup>23</sup>

O trabalho, portanto, desencadeia um processo de generalização do ser social, já que define-se enquanto experiência concreta de alterar a realidade: transformar a matéria impondo-lhe finalidades.

Devemos, entretanto, nos precaver de qualquer derivação que sugira uma teleologia da história a partir de nossa análise. Nem toda “irracionalidade” ou “racionalidade própria” da natureza pode ser organizada por princípios racionais: nem toda causalidade pode ser apreendida pela natureza. O conhecimento humano não é capaz de deter todas as determinações e submetê-las à finalidade. Ainda que se identifique que a particularidade representa momento de identidade e não-identidade com o universo (que é o momento uno de um múltiplo unitário), não é possível apreender toda a causalidade do universo. Exatamente por conservar momentos de causalidade, a matéria não pode ser ordenada a ponto de ser possível conferir teleologia à própria história. Ao que diz Lukács:

*“Decisivo aqui é compreender que se está em face de uma duplicidade: numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe a totalidade em movimento é certamente de origem teleológica, mas a sua existência real - e não importa se permaneceu isolada ou se foi inserida num contexto - é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico.”*<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Sobre isso consultar CAMPANARIO, Paulo - *Dialectica y Empirismo*, Pag/37, San José: EDUCA, 1983.

<sup>23</sup> Para isso, teriam de ser concebidas em outra lógica diferente desta que rege o capitalismo.

<sup>24</sup> LUKÁCS, Georg - “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”, Pag/06 in *Temas de Ciências Humanas*, nº 4, São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978

Se, ao objetivar-se o ser social dá sentido à matéria, o trabalho constitui-se, pois, como momento de desencadeamento de atos conscientes, separando, definitivamente, o ser humano dos seres pré-humanos e vegetais, ao mesmo tempo que o torna um ser, eminentemente, social. O trabalho é, então, o momento formativo do ser social. Pelo trabalho e pelas relações que ele desencadeia o ser humano se identifica e identifica o outro, seu parceiro.

Acontece que estamos versando dentro do contexto de uma sociedade capitalista, onde a matéria modificada - a mercadoria - superpõe-se ao ser e fundamenta relações sociais baseadas na troca. O ser humano, cuja força de trabalho torna-se mercadoria, encontra-se com o outro, seu semelhante, no mercado, e este passa a ser proprietário de sua força de trabalho. Esse mesmo mercado orienta as trocas, a não ser que regulações sociais lhe sejam entrepostas a cada período histórico.

A relação entre os seres assume o aspecto de relação entre coisas, e o ser humano vê no seu parceiro de trabalho um concorrente em potencial. À medida que as relações tornam-se mais complexas, nem mesmo a materialidade de seu trabalho apresenta-se a ele. A matéria transformada o sobrepõe, adquirindo sentido próprio, que é o sentido de *ser da sociedade capitalista*. Nessa sociedade produtora de mercadorias não importa nada além de *ser mercadoria*.

O que estamos querendo dizer é que quando tal objetividade, a mercadoria, enquanto particularidade, autonomiza-se e torna-se a razão de ser da sociedade, assume a centralidade das relações e, conseqüentemente, do pensamento social. Daí, dificuldades reais estão colocadas à consciência na percepção de seu momento originário.

#### 4 - As barreiras à mediação entre a percepção imediata e mediada e os desafios à consciência de classe.

Quando a sociedade complexifica-se, o trabalho por sua vez, passa por metamorfoses, que num sentido imediato, lhe tira a materialidade, e torna-se mais difícil ao ser percebê-lo (o seu trabalho) como seu ponto de partida, como referência da existência, criatividade e auto-formação. A aparência apresenta-se como verdade absoluta, portanto, a percepção imediata será a referência para os atos humanos.

O ser social, complexificado, precisa reencontrar seu momento originário que, certamente, desvendará nexos desconhecidos de sua própria ontologia. E este (o momento originário) só pode coincidir com aquele que o diferencia, ontologicamente, de outros seres do cosmos: o momento laborativo de atos finais.<sup>25</sup>

É verdade que as novas formas sociais do trabalho alteram a forma de ser da classe trabalhadora, impondo desafios à configuração de uma identidade em comum a partir de uma consciência coletiva de caráter classista.<sup>26</sup> (Mas, as diferenciações internas não obstam, definitivamente, a percepção coletiva, na medida em que a consciência de classe não é, nunca foi e nem pode ser homogênea.<sup>27</sup>) . A heterogeneidade, combinada a um processo de fragmentação e complexificação da classe, acentua-se no processo de reestruturação do capital em que diversificação contratual, mobilidade ocupacional e nível de emprego, além da incorporação de novos atores - as mulheres em maior quantidade, por exemplo, e a exclusão massiva de outros- jovens e velhos, são características principais. Antunes, bem caracteriza o processo:

*“O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o*

<sup>25</sup> Aqui podemos nos referir à conhecida passagem de Marx ... “mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera...” MARX, Karl - O capital, Livro Primeiro, Pag/149., São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

<sup>26</sup> Consciência coletiva, em nenhuma medida quer dizer homogênea.

<sup>27</sup> Já refletimos sobre isso no item anterior.

*mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.” (grifos do autor)<sup>28</sup>*

A partir dessa caracterização que é realidade não só nos países centrais, mas nos atinge, com conseqüências ainda mais desastrosas, como a imposição de flexibilização de direitos dos trabalhadores que resultam em índices de precarização no trabalho e da qualidade de vida, podemos imaginar as dificuldades do ser social em restaurar, coletivamente, o local de trabalho enquanto locus de formação e identidade, sendo este sobreposto pela negatividade atinente à sua forma social no capitalismo.

As metamorfoses pelas quais passa o trabalho tornam ainda mais difícil para o ser a constituição da mediação que liga a aparência à essência. Ao metamorfosear-se, o trabalho torna-se cada vez mais abstrato, desligado de sua função de resposta às necessidades socialmente postas. A substancialidade da mercadoria, o valor, autonomiza-se como ente vivo, substantivo, capaz de rearticular a sociabilidade sob novos parâmetros. Marx mostra como acontece:

*“...Ele (o valor- ACG), passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático (...). Se na circulação simples o valor adquire, no máximo, em confronto com seu valor de uso, a forma autônoma de dinheiro, aqui ele se apresenta subitamente como uma substância em processo e semovente, para qual mercadoria e dinheiro são ambas meras formas. Mas, ainda mais. Ao invés de representar relações mercantis, ele entra agora, por assim dizer, numa relação privada consigo mesmo. Ele se distingue, como valor original, de si mesmo como mais-valia, assim como Deus pai se distingue de si mesmo como Deus Filho, e ambos são da mesma idade e constituem, de fato, uma só pessoa.”<sup>29</sup>*

<sup>28</sup> ANTUNES, Ricardo - Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo o trabalho, Pag/41, São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

<sup>29</sup> MARX, Karl - op.cit, Livro Primeiro, Vol I, Pag 130-131, 1985-1986.

De qualidade social da mercadoria, o valor metamorfoseia-se em substantivo, obnubilando exatamente o seu caráter social - ser produzido por trabalho humano. O valor e sua capacidade de submeter as subjetividades é a essência da sociedade capitalista, negação da própria essência do ser humano enquanto gênero.

Neste estágio, o valor adquire concretude própria e assume características de barreira social, impeditiva ao desenvolvimento humano, posto que não se mostra como trabalho humano apropriado. Então, o ser humano continua a construir um mundo, cada vez mais indiferente a si mesmo enquanto seu “construtor”, porque seu trabalho é *estranhado*.

Chamaremos de estranhamento (*entfremdung*) o fenômeno que opõe as alienações humanas ao próprio ser como algo que o enfrenta. É, pois, uma barreira à realização do ser enquanto gênero e sua concretização enquanto indivíduo que não guarda, aparentemente, nenhuma relação com o ser social.<sup>30</sup> Todo trabalho realizado num contexto capitalista é, assim trabalho estranhado, posto que impede o livre desenvolvimento das potencialidades humanas e estabelece relações “coisificadas” entre os seres. Em outras palavras, o trabalho no capitalismo é momento formativo na medida em que as ações coletivas podem mostrar a gênese das formas sociais por ele assumidas. Ou seja, enquanto for *estranhado*, apresentando-se ao ser como uma determinação que obstrui sua capacidade de criar, reproduzir-se livremente e realizar-se enquanto ser humano-social, o trabalho só mediadamente pode ser reconhecido como momento originário.

O ser social não percebe, de imediato, que esse mundo estranhado acaba por constituir-se em um óbice para que ele alcance as múltiplas determinidades, compostas de

---

<sup>30</sup> Completamente diferente do momento de alienação (*entausserung*) que, em Lukács tem um sentido positivo de objetivar-se em algo (que será ontologicamente distinto do sujeito) sendo, por isso, a forma que o ser mostra-se ao mundo e o constrói. Para melhor compreensão da categoria estranhamento ler ANTUNES, R - “Trabalho e estranhamento” in Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo: Editora Cortez, SP, 1995.

nexos que são desdobramentos da própria essência complexificada. A intensificação do domínio da concretude da mercadoria exerce um efeito anti-dialético sobre o pensamento, posto que a sociedade apresenta-se como um amontoado de coisas mortas, em lugar de nele refletir-se como é, ou seja, como reprodução ininterrupta e incessantemente cambiante de relações humanas.<sup>31</sup> Instala-se uma barreira entre a percepção do mundo aparente e o desvendar de nexos que lhe deram origem: o mundo mediado fica cada vez mais distante.

No setor de serviços, o trabalho torna-se também racionalizável pelas gerências, apresentando apenas matizes diferenciais daquele exercido pelo operário. Mills já ressaltava que “nenhuma das características do trabalho artesanal prevalece no escritório ou na loja e, além disso, certos aspectos do trabalho dos colarinhos brancos (como ele chamava os que não usavam o *macacão* e perfaziam o setor de serviços), como o mercado da personalidade, são muito mais alienantes do que as condições do operariado”.<sup>32</sup> Ou seja, a ausência do contato com a produção em si, obscurece o entendimento da desigualdade e exploração que subjaz o processo de trabalho. Desta feita, a aparência, captável pela percepção imediata, obnubila a essência, tornando ainda complexo o desenvolvimento do sentimento de pertencimento à classe trabalhadora: a consciência é, mais uma vez, desafiada.

Os trabalhadores telefônicos da EMBRATEL, diretamente ligados ao processo de difusão e viabilização de novas tecnologias e ao processo de veiculação da informação, não identificam-se, de imediato, como atores do processo de expansão do capitalismo - artífices subordinados da reestruturação do capital. Vivenciam, é claro, especificidades e formas particulares de estranhamento no seu local de trabalho e a partir da forma como apreendem a realidade esboçam ações e reações que informam a ação coletiva.

---

<sup>31</sup> LUKÁCS, Georg - Existencialismo ou marxismo?, São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1979.

<sup>32</sup> Consultar MILLS, Wright - A nova classe média - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Fica, pois, obscurecida, a constituição do capitalismo enquanto uma gênese, assim como realmente é:

*“Vimos que o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto processo de produção das condições materiais de existência da vida humana, quanto processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de produção específicas, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com isso, os portadores deste processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma sócio econômica determinada”.*<sup>33</sup>

Mas, ao não se reconhecerem enquanto produtores, submissos, por condições histórico-sociais específicas, também não reconhecem o trabalho enquanto protoforma do ser social - momento formativo e fundante, qual seja, continuam imersos na aparência enquanto único locus de análise e de vida . Isso altera, significativamente o sentido do trabalho para eles, originando formas heterogêneas de compreender a vida e o trabalho. Quando perguntados quanto ao significado do trabalho para eles os trabalhadores da EMBRATEL responderam, resgatando elementos diversos como a dignidade, a religião, a transformação, a oportunidade, etc:

*“Não sou mais eu que trabalho, é a máquina. Sinto-me um ser desprezível”. (trabalhador que não identificou o setor)*

*“O trabalho dignifica o homem. É a forma de obter o seu sustento material da vida. É a maneira prática de participar da realidade social e econômica nacional”. (trabalhador do setor de engenharia)*

*“Significa a realização de um sonho que não tornou realidade de ajudar na transformação da sociedade”.(trabalhador que não identificou o setor)*

*“Significa muita coisa, mas ultimamente tem ficado um pouco sem sentido. Me dá uma tristeza ver que eu podia fazer muito mais e não me deixam. O trabalho deforma a vida”. (trabalhador do setor de finanças e administração)*

---

<sup>33</sup> MARX, Karl, op.cit, Livro Terceiro, Pag/272, 1985-1986.

*“Meu sustento e oportunidade de convivência com outras pessoas, me possibilitando ajudá-las e evangelizá-las.” (trabalhador do setor de serviços)*

*“Oportunidade de crescimento pessoal, uma vez que tenho que me empenhar e avançar nos meus limites para atender as demandas, como também importante meio ou fonte de sobrevivência” . (trabalhador que não identificou seu setor)*

*“Nada”. (trabalhador do setor de informática)*

*“ Estão tirando de mim aquilo que eu mais gostava: trabalhar...Não gosto de submeter todos os meus passos”.*  
*(trabalhador que não identificou seu setor)*

Alguns conseguem alcançar a positividade de seu trabalho somente quando o desvincula da situação real vivida hoje na empresa, ligando-se ao passado ou às condições ideais de vida:<sup>34</sup>

*“Trabalhar é bom e importante. Aqui na empresa é que o bicho tá pegando: ameaçam a gente a toda hora”. (trabalhador que não identificou seu setor)*

*“Trabalhar realiza o homem, o faz gente. Ultimamente é que as coisas pioraram e é difícil gostar de trabalhar”(trabalhador do setor de mercado).*

Não percebendo que a historicidade do trabalho na sociedade capitalista está permeada por heterodeterminações que obstruem um processo criativo e autônomo, os trabalhadores telefônicos não identificam que essas formas sociais podem ser alteradas. Por outro lado, sentem-se impotentes e apáticos, isolando a potencialidade do ser social em demover barreiras que impedem o seu desenvolvimento.

---

<sup>34</sup> A maioria dos entrevistados mostrou a contraposição da importância do trabalho para eles e a situação real da empresa hoje, desvinculando o significado do contexto sócio-temporal. De certa forma, analiso como uma incapacidade de compreender que a história é, também, o momento presente.

Embora os reflexos das alterações produzam efeitos diversos, tendo um impacto muito maior para aqueles que tiveram a sua rotina alterada - como os trabalhadores do setor de engenharia e informática, cujas funções mudaram de características- e menor para aqueles cujos serviços, embora tenham sofrido alterações, tornaram-se mais ágeis - como o dos trabalhadores dos setores de administração e finanças, serviço e mercado, há um efeito em comum: a insegurança com relação a sua situação profissional e ao emprego. Efeitos como esses atingem de cheio a consciência de classe, desmobilizando as ações conjuntas e esvaziando as manifestações contrárias no local de trabalho, dando-lhes um caráter de isolamento.

Ora, o ser social embora cada vez mais complexo, internamente contraditório, é também cada vez mais unitário, cuja articulação interna torna possível a liberação de individualidades, cada vez mais diferenciadas e heterogêneas. Assim, apesar das heterogeneidades podemos dizer que estamos diante de trabalhadores telefônicos mais aptos a se articular com o restante da sociedade, exatamente por compreenderem a diversidade de processos pelos quais passam os seres humanos neste estágio do capitalismo.

Tais individualidades respondem a formas de viver e sentir cada vez mais complexificadas. Desta feita, a complexificação é condição necessária para o surgimento de indivíduos mais autônomos e capazes de construir um mundo cada vez mais socializado. A cada necessidade socialmente posta correspondem níveis de evolução social capazes de respondê-la - é o que afirma Marx:

*"(...) com o seu desenvolvimento (o da sociedade, ACG), amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem"...*<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> MARX, Karl . op. cit, Livro Terceiro: Pag/273, Nota 24, 1985-1986.

Se é real que multiplicam-se os interesses, “os conhecimentos”, as especialidades, as formas de manifestar-se e viver, também é verdade que tais heterogeneidades resultam-se de um ser mais complexo e mais capaz, por isso, de articular tantas diversidades,

Esta posto o desafio à consciência de classe: religar um ser social tão heterogêneo em torno de argumentos coletivos que o unifique enquanto classe pronta a responder a cada contradição interna. A partir daí, formulamos a nossa última pergunta: o que estabelece a mediação entre a consciência contingente e a consciência emancipada, se enumeramos uma quantidade de particularidades que se colocam enquanto barreiras ao desenvolvimento humano? Ou, ainda, como os trabalhadores da Embratel poderão lançar mão de uma percepção mais mediada que oferecerá elementos diversos para compreensão do presente? Desenvolveremos nossa solução no terceiro e último capítulo.

## CAPÍTULO III

### AS NOVAS OBJETIVIDADES DESAFIANDO A CONFIGURAÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE DE CLASSE: OS ASPECTOS SUBJETIVOS QUE INFORMAM À PRAXIS SOCIAL

#### 1 - Os novos atores e a reconstrução da identidade

Já justificamos, insistentemente, que os trabalhadores são sujeitos integrantes embora, subordinados, do movimento de internacionalização do capital, em que este reestrutura-se para superar a crise cíclica, que tem como principal eixo a queda da taxa de lucro. Neste movimento, o capital submete de novas formas a força de trabalho aumentando e qualificando a exploração, resultando processualmente, na elevação dos índices de produtividade que, ao mesmo tempo, barateia o custo da força de trabalho e sugere a criação de movimentos de resistência, que, imediatamente, revelam-se como rejeição ou incompreensão da tecnificação. É como se o movimento ludista fosse recriado em outro patamar, visto que não se trata mais de destruir as máquinas,<sup>1</sup> mas de repensar mecanismos de controle, que parecem cada vez mais distantes.

Neste contínuo movimento de aprofundamento das formas de controle do capitalismo sobre a força de trabalho, as objetividades são percebidas como particularidades de desenvolvimento autônomo, ou seja, a totalidade, enquanto mediadora entre as conexões

---

<sup>1</sup> Com isso não estamos dizendo que o ludismo deixa de se destacar, positivamente, como manifestação operária reativa à precariedade de vida, advinda da queima de postos de trabalho trazida pela introdução das máquinas e péssimas condições salariais na Inglaterra do século XIX, desencadeando um processo reativo contra a generalização da industrialização que trazia consigo as formas de controle do capital. Apenas, ressaltamos que, hoje, com a centralização da “inteligência” da máquina, o controle do processo produtivo pelos trabalhadores é algo ainda distante que prescinde de estratégias de controle bem definidas.

internas da objetividade e destas com outras, fica pressuposta como categoria prático-analítica presente na dimensão mediada de compreensão do real.

Por um lado, a inserção dos atores como sujeitos políticos capazes de alterar as estruturas políticas do real se dá numa perspectiva fragmentária, sugerindo desafios à consciência na configuração da identidade de classe. Por outro, esta perspectiva coloca em risco, e em debate, o momento originário do ser social, ao mesmo tempo em que explicita as dificuldades na criação de eixos comuns para a configuração da práxis.

De fato, as dificuldades são muitas, ainda mais se levarmos em consideração que a maioria das tentativas em reconstituir o debate não levam em conta as duas dimensões de percepção do real e partem para construção de suas análises, exatamente, do momento particular sem, contudo, investigar em que contexto ele está imerso.

Assim, muitos autores, dentre eles, Gorz e Habermas constróem suas análises rejeitando o modelo totalizante de Marx, alegando que esse não mais explica, hoje, as diferenciações do ser social. Argumentam que o trabalho não mais socializa, porque inseriu-se na esfera da economia e nem é mais o fundamento da riqueza<sup>2</sup>, o que faz com que sua apropriação deixe de ser a razão de existência da sociedade capitalista. Partem, então, em busca de um outro modelo que aponte atores formados a partir de uma outra lógica capaz

---

<sup>2</sup> Habermas e Gorz apontam a insuficiência da teoria marxiana na explicação da produção de riquezas. Para eles, a mudança do arcabouço institucional do capitalismo impõe limitações à teoria marxista do valor - ela não daria conta de explicar a crescente intervenção estatal (na regulação e correção das disfunções do conflito de classes) e o papel da técnica/ciência enquanto força produtiva principal. Gorz mostra a revolução microeletrônica como um marco para o fim do trabalho enquanto produtor primordial de riqueza e como experiência interativa do trabalhador com a matéria (GORZ, Andre- Les chemins du paradis. L'agonie du capital, Pag/73, Paris: Editions Galilée, 1983.)

Para Marx a tecnologia permite que o capitalista se aproprie de maiores volumes de valor, por meio da transferência de valor de um setor ao outro.

de conduzir à satisfação humana. Notemos bem que o que está em questão é a reconstrução de novos personagens que não tenham o trabalho como momento de formação.

Abrindo mão de um modelo em que a totalidade media as estruturas diferenciadas de um mundo complexo, Gorz e Habermas não as reconcilia e constróem modelos que, em suas bases, seccionam vida e trabalho em esferas distintas. Gorz o faz pelo que ele denomina esfera autônoma e esfera heterônoma. Habermas chama suas estruturas de sistemas e mundo da vida.

No diagnóstico de Gorz, o trabalho é no capitalismo uma atividade obrigatória, heterodeterminada. Ele centra sua análise nas dimensões do trabalho no decorrer das modificações organizacionais: com a tecnificação há uma crescente diminuição do trabalho socialmente necessário, devido ao aumento da produtividade e uma acelerada imposição de heterodeterminações. Essas se fariam baseadas em preceitos que descartam valores e propostas irracionais do ponto de vista da economia: a vida se tornaria completamente quantificável. A partir disso, torna-se impossível reconciliar indivíduos, pois há uma clara autonomização da dimensão existencial frente à social, delineando os limites entre trabalhar e viver. No trabalho, o indivíduo obedeceria as regras determinadas, muitas vezes nem compreendidas por ele, integrando-se somente funcionalmente - esta seria a integração possível na esfera heterônoma. Aquela, onde se daria a integração social - espaço de auto-atividades, de vida, de amor, de lazer e de solidariedade - é a esfera autônoma.<sup>3</sup> Para ele, quando parte do ser não é submetida à racionalidade econômica inerente ao trabalho constrói-se uma nova utopia que não tem no trabalho seu fundamento, declarando o fim do

---

<sup>3</sup> Gorz desenvolve seu modelo, primeiramente, em sua obra clássica "Adeus ao proletariado - para além do socialismo", mas a meu ver, é na obra "Critique of a Economic Reason" onde o demonstra por completo. As descrições de seu modelo estão lá. Ver GORZ, Andre - Critique of a Economic Reason, London: Verso, 1988.

que ele chama de utopia marxista. A abolição do trabalho, através de sucessivas diminuições das jornadas, torna-se tarefa para os próximos tempos, já que é impossível alterar a divisão social do trabalho. Trata-se de “salvar” aquela parte da existência que é refratária à racionalidade capitalista.

Ou seja, Gorz aponta a pauta da agenda dos novos atores sociais: abolir o trabalho. Mas qual a identidade destes novos atores? Quem são eles? Como se definem?

O autor já apontou que os novos atores não poderiam se formar através do trabalho, já que estariam então, na esfera da heteronomia e estes teriam que ser atores que se importassem “menos com o trabalho e mais com a vida”. Gorz aponta: os novos atores constituirão uma *não-classe dos não-trabalhadores*, que para ele é assim definida:

*“engloba os indivíduos expulsos da produção e pelo processo de abolição do trabalho, ou subempregados em suas capacidades pela industrialização (ou seja, automatização e informação) do trabalho intelectual (...) É o produto da decomposição da antiga sociedade fundada no trabalho.”<sup>4</sup>*

A não-classe, por viver à margem do sistema, seria um não-produto da racionalidade capitalista, não estando por isso, imbuída de tarefas, anseios organizativos, etc. Mas, logo Gorz titubeia em sua despretensão:

*“o reino da liberdade não resultará jamais de processos materiais: só pode ser instaurado pelo ator fundador da liberdade que, reivindicando-se como subjetividade absoluta, toma-se a si mesma como fim supremo de cada indivíduo. Apenas a não-classe dos não produtores é capaz desse ato fundado, pois ela encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes.”<sup>5</sup>*

<sup>4</sup> GORZ, André, op.cit, Pag/87-88, 1982.

<sup>5</sup> GORZ, André, op.cit, Pag/93, 1982.

Ou seja, mesmo atribuindo a Marx a criação de uma classe que é exterior à verdade objetiva, ele cria uma outra heróica, porém um tanto quanto indefinida e circunscrita na mais pura abstração do cientista.

Habermas, também procura um modelo que aponte atores com características diferentes daquela classe configurada a partir de relações sociais de produção. Ele não vê possibilidades de pensar a sociedade sob uma só perspectiva racional. Para ele, há de se resgatar a esfera que ainda não foi totalmente submetida à racionalidade instrumental de onde emergirão os atores.

O modelo habermasiano baseia-se numa razão obtida na relação entre os sujeitos - uma razão comunicativa - que sobrepõe à razão entre sujeito-objeto, na medida em que permite pensar para além do aspecto cognitivo-instrumental. Tal comunicação pressupõe a prontidão, de pelo menos dois sujeitos, em comunicar-se pela mediação da linguagem, buscando o entendimento mútuo, cada um, com pretensões que seu discurso seja validado, o que é posto à prova, por meio da argumentação discursiva. O que valida o discurso é o consentimento mútuo quanto a ele, ou seja, o atingir a situação lingüística ideal. Os sujeitos pretendem, pois, especificar as condições pragmáticas de transmissão de conteúdos proposicionais.

Esta racionalidade comunicativa, segundo ele, vai se estabelecendo processualmente, cada vez que as proposições são consideradas verdadeiras, através do consenso. No seu modelo, essa racionalidade desenvolve-se no chamado mundo da vida, onde estão as práticas associativas, a cultura, a solidariedade e a personalidade. Em contraposição, após se desintegrar o universo tradicional, formam-se na sociedade moderna, por meio das constantes diferenciações, subsistemas especializados, com uma racionalidade própria,

tipicamente instrumental que no capitalismo moderno apresenta níveis sem precedentes na história da humanidade. Esses subsistemas, a saber, o Estado e a economia, regidos pela lógica do poder e do dinheiro, respectivamente, buscam, através da racionalidade crescente, espalhar seus domínios aos segmentos do *mundo da vida* que vivem, sob a ameaça do embotamento da razão comunicativa e a criação de patologias e anomias sociais. É o que Habermas chama de tentativa de colonização do mundo da vida, que inviabilizaria qualquer outra forma de ação que não a instrumental. A lógica destes subsistemas é, pois, baseada num consenso não normativo de decisões particulares, carentes, subjetivamente, de coordenação.

Portanto, para construir sua teoria da sociedade, ele parte de um modelo que apresenta a comunicação como paradigma social. É com a mediação da linguagem que os homens integram-se e socializam-se. E assim o faz analisando a incapacidade do trabalho, submetido à razão instrumental, em socializar os seres humanos. Para Habermas, o trabalho só abriga uma combinação de seletividade de meios, objetivos e avaliação de eficiência, que nada tem a ver com a construção de regras de entendimento mútuo.

É essa, pois, sua crítica fundamental à análise marxista: não é mais possível pensar o mundo a partir da totalidade diante de tantas diferenciações. Ele imputa a Marx o erro de submeter todos os complexos sociais a uma só racionalidade - a instrumental - sem liberar qualquer espaço para o desenvolvimento das potencialidades humanas.

O autor concebe as formas associativas ligadas ao trabalho como constituintes do subsistema econômico e administrativo (estatal), portanto, não podem ser regidas pela razão comunicativa. O espaço para desenvolvimento do ser humano seria, então o mundo da vida, onde se desenvolveria a solidariedade.

Contudo, em Habermas, as práticas associativas perdem seu caráter de construção política do ser, visto que se revestem de defensividade na tentativa de não serem sobrepostas pelos mecanismos sistêmicos desenvolvidos pelo Estado e economia.

Arato, partindo de Habermas, incluirá o movimento dos trabalhadores no que ele (Arato) nomeia como sociedade econômica<sup>6</sup>, baseada em formas de propriedade e associações econômicas, mas que, por meio de uma nova ética, poderá ser integrante da sociedade civil. Esta transição pressupõe a sobreposição da racionalidade comunicativa à razão instrumental nas ações desenvolvidas pelas formas associativas dos trabalhadores, bem como o alargamento da pauta de reivindicações destas associações.

No modelo de Habermas é a esfera mundo da vida o espaço onde os seres podem fixar normas de intersubjetividade e chegar ao consenso sobre as garantias objetivas do entendimento, institucionalizando, desta feita, os interesses comuns. O mundo intersubjetivo terá uma realidade estrutural básica, comum a todos.

Para resgatar o seu mundo da vida da deformação crescente imposta pelo Estado e pela economia, vislumbra-se a contraposição dos movimentos de caráter emancipatório, como já dissemos. É isso que explica o fato desses subsistemas não poderem impor, de forma definitiva, a racionalização sistêmica ao mundo da vida.

Cohen e Arato partem da análise habermasiana que diferencia sistema e mundo da vida para a construção de uma teoria da sociedade civil. O objetivo é, a partir daí elaborar um projeto autolimitado, que em alguma medida esclarece as possibilidades e os limites da

---

<sup>6</sup> ARATO, Andrew - "Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 27, Ano 10, Fev. 1995.

atuação dos atores sociais.<sup>7</sup> Segundo eles, não é automático que o mundo da vida seja o espaço destinado à sociedade civil, já que este tem diferenciações estruturais internas. Devido à necessidade de reprodução da cultura e da socialização há a emergência de instituições especializadas: esta dimensão melhor corresponde ao conceito de sociedade civil.<sup>8</sup>

Portanto, os autores recriam o espaço da sociedade civil, saindo da defensividade reativa do mundo da vida em relação aos sistemas, avançando na proposta “radicalmente autolimitada” de construir mecanismos de regulação que apontem para o sentido positivo e ativo da democratização radical das democracias formais.

Ora, para estabilizar a reprodução das instituições na sociedade civil será preciso que os movimentos sociais garantam uma série de direitos - que denotem as reivindicações dos grupos nos espaços públicos - e limitem o controle sistêmico do poder e do dinheiro, em outras palavras, um conjunto de direitos que bloqueiem a burocratização e mercantilização das estruturas sociais e ao fazer isso possibilitam o surgimento de novas associações e movimentos.

Mas, que novos movimentos sociais são esses e que espécie de identidades eles forjam? Já se sabe que não se formam a partir do trabalho e que se circunscrevem no limite

---

<sup>7</sup> Consultar ARATO, Adrew & COHEN, Jean - “Sociedade civil e teoria social” in Sociedade Civil e democratização, Avritzer, L. (Org.), Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1994.

<sup>8</sup> Para crítica a esse conceito de sociedade civil ler DIAS, Edmundo F. - “Cidadania e racionalidade de classe” in Universidade e Sociedade, Nº 11 Jun/96. Dias aponta a impossibilidade da cidadania pelo trabalho nas sociedades capitalistas “*A cidadania pode se realizar no campo da política pela construção da aparência dos cidadãos abstratos, mas deve, necessariamente, manter-se ausente no campo da economia*” (pag/130) e continua... “*Pensar a questão da sociedade civil do ponto de vista dos trabalhadores requer sua articulação com os movimentos sociais organizados, o que permitirá mudar o foco de análise, marcar as diferenças e explicitar os projetos. Isso não implica ignorar o plano das instituições, nem política e nem analiticamente. Pelo contrário, ao se colocar o movimento social, com toda sua contraditoriedade, no centro da luta social, perceberemos o alcance real da sociedade civil como forma de articulação social. Desmistificada, ela se revela espaço de luta, e não mais cenário de pactos sociais...*” (pag/138)

da ampliação democrática, no que tange à regulação e não à subversão dos subsistemas existentes. Mas, quais serão os atores?

Cohen sugere que os novos movimentos sociais abandonam os velhos sonhos revolucionários em favor de uma idéia de reforma estrutural, em que a sociedade civil não procura abolir a função do sistema político e econômico, mas as reformula por meio de regulações que estendem os espaços da autonomia social, constituindo o que ela chama de radicalismo autolimitado na construção de uma utopia autolimitada.<sup>9</sup>

A partir do que pressupõe, a autora conclui: não é a classe que determina as identidades, essas são compostas de elementos heterogêneos que não se circunscrevem no que ela chama de classe sócio-econômica. O objetivo é renovar uma cultura política democrática e reintroduzir a dimensão normativa da ação social dentro da vida política. Avritzer, reforça que a criação de formas institucionais que limitem o mercado e o Estado torna o ponto de encontro entre sistema e mundo da vida o espaço de permanente luta política.<sup>10</sup>

Em Habermas é difícil localizar o espaço da luta política real. Ora, a teoria da ação comunicativa pressupõe que os atores interessados possam participar livremente do

---

<sup>9</sup> Consultar COHEN, Jean - "Strategy or Identity: New Theoretical paradigms and contemporary social movements" in Social Research, Winter, 1985. "My presupposition is that the contemporary movements are in some significant respects "new". What I have in mind, above all, is a self-understanding that abandons revolutionary dreams in favor of a idea of structural reform, along with a defense of civil society that does not seek to abolish the autonomous functioning of political and economic systems - in a phrase, self-limiting radicalism. One this, more below. I do not, however, believe that it is possible to justify this claim on the basis of a philosophy of history that links the "true essence" of what the movements "really are" (however heterogeneous their practices and forms of consciousness) to an allegedly new stage of history (postindustrial society). Nor does the theme "society against state", shared by all contemporary movement (including some on the right), in itself imply something new. The questions, rather, is whether this theme has been connected to new identities, form of organization, and scenarios of conflict." Em COHEN, Jean, op.cit. Pag.664-665, 1995.

<sup>10</sup> AVRITZER, Leonardo - "Sociedade civil, além da dicotomia sociedade e mercado" in Sociedade Civil e Democratização, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1994.

discurso, sem coações ou violências. Caso contrário, o discurso fica suspenso até que as normas sejam justificadas e a argumentação provada veraz. A violência estrutural inerente ao Estado e a imposição material da economia não se constituem poder legítimo, visto que não são construtos consensuais. O espaço da luta política fica subsumido à realização da comunicação ideal.

Ainda assim, é possível, através do modelo de Habermas desnudar as condições assimétricas dos atores sociais e desvendar a racionalidade instrumental recôndita nas entrelinhas de um discurso pretendido válido e/ou verdadeiro. Ao mesmo tempo que a ação comunicativa é passível de construir-se como modelo alvo, pode ser considerada como modelo analítico das ações concretas inseridas na realidade social. O modelo habermasiano assume um conteúdo abstrato e metodológico que o limita a detectar fundamentações normativas, construídas a partir das violências estruturais.

A constituição de um padrão normativo universal, baseado no consenso, resultado de uma comunicação livre de coações visaria recolocar os atores concretos/reais como altamente limitados pelas suas condições de vida material, social e psíquica ao entendimento mútuo. A vigência deste modelo como estruturador da sociedade torna-se, cada vez mais, distante diante do antagonismo estrutural inerente ao capitalismo, que prescinde de um volume cada vez maior de ações estratégicas na concorrência por posições vinculadas ao exercício do poder legítimo.

Ao se revestir o Estado de um suposto “poder”, não está automaticamente imbuído de legitimidade. Para Habermas, o poder pressupõe um consenso, denotado em formas de leis universais. O dito poder do Estado fundamenta-se em normas técnicas que priorizam a eficácia, é ilegítimo e dele emana dominação política sobre os segmentos do mundo da vida.

Essa condição de violência estrutural faz com que a ação estratégica apresente-se como condição à continuidade à ação comunicativa. Habermas valoriza a ação estratégica pois, só ela pode, por vezes, alterar o poder imposto. Aqui se circunscreve o ambíguo conceito de poder em Habermas, em que, apesar de conceber a ação estratégica como parte de seu modelo, e espaço de gestação do poder, aposta num acordo final com o alcance do entendimento comunicativo. Ao mesmo tempo que critica Arendt, que vê no agir comunicativo a única categoria política, eliminando o conteúdo prático do processo político<sup>11</sup>, Habermas só concebe o poder legítimo à medida que as estruturas expressem uma comunicação livre de deformações. Para ele, a práxis deve ser regulada por instituições, que por sua vez, constituídas livres do modelo teleológico da ação, assegurariam a interlocução. Esvazia o conteúdo da práxis política limitando-o à correção de instituições.

A fragilidade de um modelo que tenha como fim em si mesmo a estruturação de um acordo, está em que por um lado, toda ideologia é sempre um óbice à tematização dos fundamentos de poder, ou seja, o conflito torna-se o mal da sociedade e por outro, que ele mesmo ao mostrar as assimetrias entre os atores, declara sua impossibilidade.

Os modelos de Habermas e Gorz dirigem-se a uma nova sociologia eminentemente abstrata, posto que eliminam, por meio de seus modelos, a negatividade intrínseca à matéria. Para eles, negativo e positivo estão circunscritos, cada um em cada pólo do modelo. As unidades são, pois, absolutas, e como tudo que é absoluto são abstratas. Não captam o “ser-realmente-assim-existente” que se estende por todo o cosmos em desdobramentos contraditórios.

---

<sup>11</sup> HABERMAS, J. - “O conceito de poder em Hanna Arendt” in Habermas, Freitag (org). São Paulo: Editora Ática, SP, 1993.

Ainda assim, não respondemos nossa pergunta sobre os novos atores, ou seja, mesmo que tenhamos apontado a complexificação, a heterogeneização e a fragmentação como elementos que definem a classe trabalhadora neste estágio do capitalismo, devemos precisar como os seres realizam o processo de auto-reconhecimento, em suas contradições, que diz respeito a própria identidade e serve-lhe de base para práxis política.

No capitalismo contemporâneo as individualidades autonomizam-se ao gênero. A vida da humanidade desliga-se, aparentemente, de seu percurso histórico e o mundo parece produto do acaso. Neste estágio, o capitalismo apropria-se das individualidades desenvolvidas e lhes dá status de “auto-criadoras de si”, independentes da interação com outras individualidades, obscurecendo o reconhecimento de si e do outro. Qual seja, é recriado pela filosofia o ser humano abstrato, que não possui desenvolvimento histórico concreto, não é capaz de agir sobre o real, mas que será a base da recriação de uma práxis que conserva inerte a matéria, posto que este ser não tem autonomia de consciência.

O pensamento passa a conceber o ser - a consciência assume o primado ontológico - passa a preceder a matéria. O ser assim concebido assume tantas formas quantas lhes forem requisitadas, é capaz das mutações mil, livres de historicidades quaisquer: não há conflitos materiais. Contudo, a multiplicação de momentos de conflito está na raiz das formações desenvolvidas e é essencial para elevação do gênero enquanto sujeito da história.

O abismo instaurado entre indivíduo-gênero, ser-sociedade, particularidade-totalidade, somente podem ser religados pela práxis política que evidencia as contradições e ao evidenciá-las redescobre a dinâmica social. À práxis cabe, por um lado, explicitar conflitos e por outro, criar mediações que tornem possíveis a vivência em sociedade tão complexa. O domínio de qualquer uma dessas atribuições está circunscrita no nível de

compreensão do ser social sobre o momento vivido-vivente. Dependerá do nível de condicionamento da práxis, da escolha, da percepção, a construção de possibilidades objetivas que desvelem a identidade como momento de uma realidade constituída como gênese de um ser multideterminado.

Portanto, a medida que os seres desenvolvem ações - constróem sua práxis - iniciam o processo de auto-reconhecimento, que está limitado à sua capacidade de percepção, por um lado, e à capacidade coletiva de mediar a percepção imediata à outra mais mediada, por outro. Podemos apontar, então, que os seres constróem sua identidade na vivência coletiva cotidiana e que quanto mais compreendem que formam um universo heterogêneo e uno, em si mesmo, maior capacidade terá a práxis política de revelá-los a si mesmos.

## **1.2 - Os atores diante do espelho**

O processo de reconhecer-se a si está, como a dinâmica social, em permanente mutação, posto que é delineado a partir da vivência coletiva. Ao estruturar novas relações, a práxis estrutura, ao mesmo tempo, novos sujeitos aptos a responderem às questões colocadas no presente. Podemos dizer, então, que o ser social está em construção durante toda a sua trajetória e que como a história, esse processo é infinito. Ou seja, a identidade não é um processo de fixação de características, mas só tem sentido se pensada como movimento dinâmico de configuração de um projeto coletivo.

É racional dizer que, diante de cada processo de reestruturação do capital os sujeitos políticos mobilizam-se para responder aos desafios impostos e com isso alteram sua própria identidade que está profundamente ligada à forma como agem, ou seja, à práxis que

desenvolvem. Identidade e ação política formam assim, um par que se determina mutuamente no processo histórico.

Os seres, como já dissemos, agem de acordo com a idéia que têm de si mesmos. Se não se conhecem, objetivamente os seres humanos tomam decisões futuras limitadas e por isso mesmo, incapazes de dar um sentido pleno à sua vida.

O processo de auto-reconhecimento é, então, a medida da própria ação, enquanto essa é a medida do auto-reconhecimento.

Os trabalhadores da EMBRATEL, em seu processo de conhecimento coletivo (e, conjuntamente, auto-reconhecimento) encontram-se na defensiva diante das transformações no mundo do trabalho, como se estas fossem exógenas à luta de classes.<sup>12</sup> Os fragmentos de seus discursos demonstram e marcam a “insegurança” que, por sua vez, está intimamente ligada à desmobilização coletiva (falaremos disso no próximo item).

Quando questionados sobre as diferenças entre o trabalhador de hoje e àquele do passado eles reafirmam a “insegurança” como fator diferencial:

*“A máquina morta está ocupando o espaço da máquina viva e essa insegurança o coloca na beira do abismo” (trabalhador que não identificou o setor)*

*“A falta de empregos significativa no mercado gera preocupação e insatisfação no trabalhador, atrapalhando o bom desenvolvimento das atividades. O salário que está cada vez mais achatado acarreta a falta de incentivo para o trabalhador”. (trabalhadora do setor de serviços)*

*“O trabalhador mudou para pior no seu poder aquisitivo, reivindicatório, segurança quanto à empresa, relacionamento entre colegas e gerências, satisfação pessoal”. (trabalhador que não identificou seu setor)*

---

<sup>12</sup> É preciso levar em conta o momento de refluxo vivido pelo movimento dos trabalhadores como um todo, para, nesse espectro, entender como agem os telefônicos.

*“Mudou em vários aspectos; no político está mais apático e vulnerável devido à insegurança no emprego. Por outro lado está tendo que, forçosamente, diversificar abrindo novos horizontes, muito embora com grandes riscos de insucesso”. (trabalhador que não identificou seu setor)*

Um outro fator levado em conta pelos trabalhadores é que, para eles, as exigências profissionais levam à alterações no conhecimento profissional, fazendo com que eles tenham que reaprender noções básicas a partir de treinamentos não sistemáticos. Ou seja, altera-lhes a vivência em equipe no local de trabalho, construindo, por isso novas referências profissionais que têm poucos traços em comum:

*“A diferença está no conhecimento que se requeria antes e no que se requer hoje. Hoje, o dinamismo é muito maior.”(trabalhador que não identificou o setor)*

*“O conhecimento exigido é diferente do que temos e os cursos não são tão sistemáticos como são velozes as mudanças. Nosso trabalho diversifica-se, alterando a composição das equipes”. (trabalhador do setor de engenharia)*

*“Hoje o trabalhador tem que ser multifunção e não mais um especialista, com isto ele teve que buscar conhecimento extracurricular para sua sobrevivência”. (trabalhador do setor de engenharia)*

Imediatamente, as exigências profissionais apontam para características novas que vão interferir na socialização e na relação do trabalhador com a sociedade. “O novo perfil” não diz respeito somente a auto-imagem, mas também à imagem que a sociedade faz desse trabalhador. Na sociedade de mercado, ele é visto na medida da qualidade de seu produto e, essa qualidade na medida de sua capacidade de apreender as novas noções de organização e procedimentos de trabalho.

A EMBRATEL sugere que há uma estreita ligação entre o trabalhador e o cliente (consumidor), responsabilizando-o pela competência da empresa, reforçando assim seu papel de “participante” das estratégias empresariais:

*“Hoje, somos todos responsáveis pela ampliação do mercado e pela qualidade do produto, isso é o que damos à sociedade, deve ter qualidade”. (trabalhador do setor de mercado)*

Alguns trabalhadores compreendem as mudanças como “evoluções” necessárias, analisando a adaptabilidade ao mercado e às suas condições como algo “natural”.

*“O trabalhador não mudou, apenas uns pararam no tempo, não estão vendo que precisam melhorar. Queiramos ou não a modernização está aí. Temos que nos adaptar, por bem ou por mal”. (trabalhadora do setor de administração e finanças)*

Em suma, os trabalhadores se vêem extremamente debilitados diante da conjuntura, reforçando traços em comum que em nenhuma medida podem ser considerados, de imediato, como coesionadores de uma ação positiva e afirmativa. Isso nos deixa a questões: a imagem diante do espelho é a única possível? Ou seja, a consciência de si a partir de contingências é a única que pode agregar o processo de auto-reconhecimento?

Imediatamente, os trabalhadores da EMBRATEL podem se ver como “reféns” de uma série de alterações no mundo do trabalho, contudo, para além do espelho há condições capazes de coesioná-los que só podem ser alcançadas pela consciência emancipada. O que estamos querendo dizer é que a práxis, a política vivida cotidianamente no local de trabalho, enquanto espaço de movimento político do ser pode criar mediações que desvele condições de desigualdade, criadas a partir das relações sociais assimétricas como origem das modificações impostas aos trabalhadores. Em outras palavras: os trabalhadores podem, por

meio de ações coletivas reativas ou ativas, encontrarem o eixo fundamental que os coesiona: a exploração de seu trabalho.

Somente com o desenvolvimento político, o ser social complexo, fragmentado e heterogêneo percebe que o que complexifica, fragmenta e heterogeneiza é a interação com as novas formas sociais do trabalho, comuns à nossa época histórica, que é capitalista. Daí, perceberá que as mediações capazes de refazer o percurso e apresentar-lhe enquanto objeto concreto na totalidade histórica, o refaz enquanto sujeito ativo do mundo em mutação.

Reconstruir a identidade é então, retornar ao eixo central da exploração, que é na sociedade capitalista, o eixo central da formação: o trabalho.

## **2 - As limitações da práxis na construção da nova identidade**

O desafio está colocado: reconstruir a identidade a partir do momento originário do ser, compreendendo os inúmeros matizes heterogêneos que precisam ser levados em conta para abrigar as complexas subjetividades que são intrínsecas ao ser social.

Para os trabalhadores da EMBRATEL isso é ainda mais difícil, como já dissemos, “produtivos-improdutivos” e “improdutivos-produtivos” encontram-se no local de trabalho, tornando ainda mais difícil a percepção de como de dá a articulação do capital e tornando complexa a definição do trabalho para os atores. Rearticular-se em torno de um eixo comum significaria redefinir o trabalho, mesmo submetido a inúmeras complexificações, como ponto de conexão entre eles. Como isso se daria?

Por ser momento primário, o trabalho é originário do ser social: do ser humano enquanto ser coletivo. Daí se originarão, através das suas características generalizadoras, inúmeros outros momentos.<sup>13</sup>

Desta feita, o trabalho também é modelo originário da práxis - a partir dele ela ligará cada ato de trabalho ao ser desdobrado em complexos. Ela o faz por escolhas conscientes do ser social, sobre a melhor forma de apreender o mundo.

A complexificação do ser não é só uma evidência, mas uma necessidade:

*“Sem este processo de diferenciação, a heterogeneidade das tarefas postas pelas novas necessidades surgidas no desenvolvimento da sociedade não poderia ser enfrentada com sucesso”.*<sup>14</sup>

Lessa continua seu argumento dizendo que, por meio do fluxo da práxis social, o *devir-humano dos homens* exigiu diferenciação das tarefas, das individualidades e dos complexos sociais parciais. Ou seja, o que está em jogo é a reprodução da vida humana cada vez mais socializada.

Como já dissemos, tais individualidades diferenciadas agem na construção de um gênero humano mais rico em capacidade de agir sobre o real, respondendo às questões colocadas a cada momento histórico. Ora, na medida em que se diversificam as individualidades, diferenciam-se os interesses, os gostos, os desejos, as necessidades que só podem ser atendidas e entendidas pela diversidade de atos humanos, e originam-se de um gênero mais complexo e completo.

---

<sup>13</sup> As características generalizadoras do trabalho gerarão inúmeros outros complexos parciais (arte, direito, música, etc.) que são desdobramentos do próprio ser social complexificado. Estes complexos originam-se a partir do trabalho, mas só mediadamente relacionam-se com ele (não são idênticos).

<sup>14</sup> LESSA, Sérgio - A ontologia de Lukács - Pag/69, Maceió: EDUFAL, 1996.

Os complexos parciais, resultantes da diferenciação desdobrada do ser, encontram-se também mais aptos a, por meio de mediações desenvolvidas pela práxis social, responder aos interesses do ser. Para isso, articulam-se na totalidade, na construção de uma vida cheia de sentido.

Se fosse pelas condições pressupostas, a vida, neste patamar a que chegaram as relações sociais, estaria em plena construção de um sentido pleno, embora complexo. Dificuldades atinentes à homogeneidade de interesses e condições estariam eliminadas. Contudo, embora mais articulada em suas várias facetas, a vida no capitalismo é estranhada. O que significa dizer que os seres não reconhecem sua capacidade de se autoproduzirem e, portanto, não estão aptos a encarar a vida, que nada mais é que atividade humana sensível e concreta.

Diante das barreiras sociais, originadas a partir do desconhecimento da gênese da mercadoria (posto que esta sobrepõe os seres), a construção de uma identidade apta a dar repostas fica comprometida, junto à ação política cujo fluxo não produz as mediações necessárias entre o trabalho e os complexos parciais. O resultado imediato são inúmeros interesses insatisfeitos, elevação das carências a um patamar altíssimo e a impossibilidade momentânea do ser, de compreender-se como força central da sociedade e de entender o mundo como ação prático-material coletiva.

Ora, se o ser não se vê como sujeito como a práxis daí derivada pode ser libertadora deste momento repressor? Em outras palavras, se o ser social se perdeu na heterogeneidade de opções como se reconstituirá como o autor do mundo?

Ao mesmo tempo que é necessária uma práxis rica em mediações - que revele a consciência imediata do mundo como uma dimensão da uma unidade em que coexiste uma consciência mais mediada - a identidade desenvolvida é débil em dar respostas. Parece que mergulhamos em um paradoxo: se práxis e identidade se determinam mutuamente como podem, sob a atual conjuntura, sair de um patamar subordinado às condições estruturais para outro livre de coações?

Até agora, desconsideramos, embora tenhamos inúmeras vezes dito, que a heterogeneidade do ser compreende uma multiplicidade de experiências individuais que são em menor ou maior medida diversas e diferentes, mesmo tendo sido vivenciadas a partir de uma estrutura social determinada. Nem mesmo consideramos que essa estrutura social também não interage homogeneamente com todos os segmentos da classe trabalhadora.

Se a classe não é homogênea, então a práxis desenvolvida a partir dela não é uniforme em seu conteúdo, nem tampouco coletiviza somente percepções pobres em mediações. Cada vivência, fruto da experiência concreta, reergue contradições que em maior grau desvelam o conteúdo eminentemente social do capitalismo.

A experiência do outro generaliza-se neste gênero humano rico e contraditório revelando o conteúdo prático-material da consciência e negando de uma vez por todas sua função de reflexão. A consciência, individual ou coletiva só pode ser considerada como multideterminada, na medida que, concretamente, idealiza e organiza a partir da matéria, a finalidade do ato seguinte. Contudo, esse não é um papel de processos mentais, mas uma série de atitudes prático-materiais.

A partir de cada experiência individual coletivizada a práxis universaliza condições estruturais desiguais que revelam a identidade coletiva fundada no trabalho estranhado. Portanto, o desenvolvimento de ações políticas que tenham por base a explicitação do conflito e não a administração das desigualdades, através da restauração de direitos particulares, prepara o terreno da transformação social ao mesmo tempo que, apesar dos limites da práxis, aponta para necessidade da universalização das condições. Está implícito que da garantia de direitos políticos não deriva, automaticamente, a emancipação humana.

Se, *“a comunidade política tem sua matriz ontológica na forma capitalista de trabalho, ela é incapaz, por sua própria natureza, de permitir a plena realização de todos os homens”*.<sup>15</sup> Ou seja, o que Tonet aponta à luz de Marx são os limites da política, entendendo aqui essa como campo de ampliação da cidadania. O que equivale a dizer, a política tomada em seu sentido restrito. Ele diz:

*“O equívoco metodológico consiste, pois, em tornar a esfera política, que é parte, memento da totalidade social, como princípio, como fundamento da inteligibilidade dos fenômenos sociais. Ora, agir deste modo é pressupor que o ser social não é uma totalidade, não é um complexo de complexos cuja matiz é a economia. Deste modo, o sujeito pode, arbitrariamente, eleger qualquer parte do todo social como princípio de inteligibilidade como se este - o ser social - não tivesse uma lógica própria a ser respeitada.”*<sup>16</sup>

Nem Marx, nem Tonet se equivocam ao apontar os limites da ação política como princípio incapaz de gerar a emancipação humana. Contudo, a política pensada como espaço de correlação de forças e de explicitação de identidade do ser amplia o sentido e o alcance de possíveis mudanças. Em outras palavras, não se trata de administrar as mazelas da lógica vigente, mas explicitá-las, por meio da práxis como características inelimináveis do

<sup>15</sup> TONET, Ivo - “Marx e a política: Prefácio ao Glosas críticas...de Marx” in *Práxis*, nº 5, Out-Dez/95.

<sup>16</sup> TONET, Ivo - op.cit, Pag/51, 1995.

capitalismo, irreconciliáveis com a emancipação humana. Só assim o espaço da política poderá se redimensionado como locus do embate de classes em constante disputa.

Portanto, para os trabalhadores da EMBRATEL só há sentido em buscar princípios de identidade, a partir do reconhecimento do trabalho como momento originário, se entenderem as ações deste segmento como constituintes de um projeto mais geral de classe. Em outras palavras, o reconhecimento de si como sujeitos submetidos às objetividades capitalistas, ainda que a racionalidade deste modo de produção neste setor tenha momentos diferenciais, só torna-se relevante a partir do reconhecimento dos outros trabalhadores, como “videntes” desta mesma submissão. Ou seja, é preciso descobrir o sentimento de “pertencimento” à classe, caso contrário nenhum projeto pode caminhar em direção à emancipação.

### **2.1 - As ações políticas dos trabalhadores da EMBRATEL<sup>17</sup>**

Também é verdade que o ser social encontra-se limitado em sua capacidade de desenvolver ações que explicitem o conflito, instaurando, permanentemente, a contradição entre direitos e emancipação humana, ou emancipação política e emancipação humana. Nos termos de Marx, na medida que estes (os direitos) não são tomados, processualmente, como parte de um projeto político de universalização do ser.

---

<sup>17</sup> Todas as informações deste item foram dadas por meio de entrevistas com dirigentes da FITTEL, trabalhadores de base e dirigentes sindicais. Não há quase registro escrito sobre as posturas descritas em documentos do sindicato. Sobre a greve da VICOM há documentação numa revista VEJA da época a qual não tivemos acesso, mesmo consultando a editora.

Assim, podemos analisar as ações desenvolvidas neste período (últimos cinco anos) pelos telefônicos no Espírito Santo, por um lado, desprovidas de um projeto político na contramão do capital e por outro, carentes de direção política.

Embora a FITTEL tenha, em nível nacional, construído um projeto de enfrentamento às tentativas capitalistas de reestruturação do setor, difundido na base e extrapolando, em momentos pontuais, o corporativismo<sup>18</sup> que permeia o sindicalismo brasileiro (fruto de sua própria estruturação) soerguendo um projeto de desenvolvimento oposto à lógica capitalista, não construiu, através dos líderes sindicais capixabas, uma posição majoritária na base que incorporasse o mesmo conteúdo. Podemos assim dizer que, no Espírito Santo, o sindicalismo no setor não conseguiu explicitar os conflitos inerentes à estrutura capitalista.

A FITTEL, nasceu em 1985, como dissidência da FENATTEL, pelos desacordos com o política de colaboração com as empresas exercida por esta última. Mesmo que não tenha tido na base de seu surgimento um número expressivo de trabalhadores da EMBRATEL esses logo se incorporaram à Federação, seja por algumas oposições aos sindicatos que continuaram dirigidos pela FENATTEL, seja pela militância de base. A expressão deste engajamento foi uma greve nacional, realizada em 1987, contra a atitude do então Ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães (Governo Sarney) de disponibilizar, gratuitamente, satélites brasileiros para a Rede Globo e associados. Este movimento foi, nacionalmente conhecido, como greve da VICOM, devido ao nome da sociedade entre Bradesco e Rede Globo - Victory Company - que requisitava a concessão do satélite. O resultado representou uma vitória dos trabalhadores da EMBRATEL

---

<sup>18</sup> Não faremos aqui este debate. Consultar ANTUNES, Ricardo - "Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produtiva: impasses e desafios do novo sindicalismo" in Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo: Editora Cortez, 1995.

articulados à FITTEL, com o imediato rompimento da intenção de contrato por parte do governo.

A partir daí muitos sindicatos tornam-se autores e participantes da política exercida pela FITTEL. Nesta época, o SINTTEL-ES era dirigido por forças conservadoras que não exerciam uma política mais abrangente de alcance das questões nacionais.

Em algumas regiões, como Rio de Janeiro, e Pernambuco, as Associações Estaduais de Trabalhadores da EMBRATEL - AEBT, que existem desde o início da década de 80, extrapolaram suas características de promotoras de eventos recreativos - de lazer e esportivos, tornando-se entidades políticas de muita importância na elaboração de política de telecomunicações. Além disso, muitos sindicatos passaram a constituir, por meio de representações de trabalhadores da EMBRATEL, a Comissão Nacional de Política de Telecomunicações da FITTEL, sendo que hoje, dos 11 integrantes da comissão, cinco são da EMBRATEL.

Os trabalhadores da EMBRATEL, no Espírito Santo, são carentes de uma tradição de embate ao capital que marca a história da CUT e da FITTEL.<sup>19</sup> Por isso mesmo, muitas vezes, estão à deriva dos acontecimentos, quase sempre numa posição reativa.<sup>20</sup> Somente podemos falar, por exemplo, em tentativa de organização por local de trabalho, por volta de 1993, quando trabalhadores reuniam-se no SINTTEL para discutir a entrada das novas tecnologias, na perspectiva de organizar uma comissão de controle do processo de inovação. Um trabalhador do setor de engenharia relembra:

---

<sup>19</sup> Isso evidencia-se nas greves, manifestações, posturas críticas na conjuntura. Contudo, não estamos tratando especificamente disso, apenas é uma forma de caracterização.

<sup>20</sup> Hoje, por exemplo, quando foi aprovada a Lei Geral de Telecomunicações pelo Senado, desde 10 de julho, não há nenhum comunicado ou convocação ao desacordo, por parte do sindicato.

*“Na época do Paulo Moura (presidente do sindicato em 1993) nós ainda conseguimos que olhassem por nós. Pelo menos aquela época, o sindicato tentava compreender os problemas da EMBRATEL. Nos reuníamos regularmente para discutir nossas questões e as gerências amedrontavam-se. Agora vivemos sob pressão e nada é feito.”*

A especificidade gerada pela luta de classes na EMBRATEL faz com que a atuação sindical seja ainda mais complexa nesta empresa, visto que a introdução de novas tecnologias é muito veloz e muda, quase por completo, a organização do trabalho a cada período histórico. Os anseios dos trabalhadores e suas reações no local de trabalho são, quase sempre, caladas pelos métodos de coação desenvolvidos pelo capitalismo. Por outro lado, o Sindicato dos Telefônicos, ao qual 83% da força de trabalho da EMBRATEL é filiada não consegue configurar-se como direção destes trabalhadores, o que resulta em respostas dispersas, sem alcance coletivo. Isso faz com que parcela da força de trabalho, os técnicos (que são 94 em um universo de 179 telefônicos), por exemplo, filiem-se ao Sindicato dos Técnicos, como tentativa de organização de respostas à reestruturação no seu local de trabalho.

O SINTTEL não se constituiu enquanto direção apta a realizar o trabalho organizativo na EMBRATEL, mas isso não é uma especificidade que se desenvolve só no Espírito Santo. Como já dissemos, mesmo os SINTTELS em outras localidades têm deficiências no trato das questões específicas, gerando a possibilidade de emergir das bases o discurso de fundação do Sindicato Nacional de Trabalhadores EMBRATEL, que fragmenta a ação sindical num momento em que as ações coletivas de questionamento à ordem conseguiram romper com a lógica da fragmentação, construindo uma comissão vinculada à Federação para discussão dos assuntos específicos dos trabalhadores da

EMBRATEL, por um lado, e aprovaram a construção da Confederação de Telemática, por outro. O que não significa dizer que os discursos fragmentários foram eliminados na base.

A incipiência do trabalho do SINTTEL-ES deve-se a falta de clareza coletiva sobre a necessidade de um projeto político sindical,<sup>21</sup> tanto por parte da direção como um todo, quanto por parte dos trabalhadores filiados. Isso faz com que a espontaneidade se contraponha à atividade sistemática de comunicação, formação e direção. Embora possamos considerar, à luz de Gramsci, que existem elementos embrionários de direção consciente nas manifestações espontâneas, estes manifestam-se em oposição a movimentos espontâneos no local de trabalho, perdendo a chance de vincular-se à construção de uma oposição consciente ao capital.

Os trabalhadores da EMBRATEL evidenciam, por meio de seus discursos, toda a insatisfação com sua direção<sup>22</sup>, desvinculando-se do projeto proposto por ela. Quando perguntados sobre seu sindicato e sua atuação neste momento da conjuntura respondem:

*“Eles estão muito longe de nossos problemas. O sindicato é uma coisa e o trabalhador é outra. Não há comunhão de sentidos.”(trabalhadora do setor de administração e finanças)*

*“O sindicato sempre foi omissos no fundamental da questão do trabalho, do trabalhador e do patrão. Sua única preocupação está no ganho e na vantagem financeira salarial. Sempre esteve comandado por gente incompetente, despreparada, cega e omissa”(sic). (trabalhador que não identificou o seu setor)*

<sup>21</sup> Podemos justificar essa afirmativa em que, nas últimas eleições sindicais, realizadas em junho deste ano, a chapa vinculada mais fortemente à CUT e à FITTEL perdeu as eleições para uma outra de caráter conservador cujo programa não é claro quanto a continuidade com o vínculo com CUT e FITTEL, e, além disso liga-se a questões corporativas e assistencialistas em alguma medida, prometendo restaurar o diálogo com as empresas. Os trabalhadores justificavam seu voto na igualdade entre as duas chapas, mostrando, claramente, que a chapa “cutista” não explicitava seu projeto e suas diferenças ou o fazia de modo que a base não entendia.

<sup>22</sup> Até o momento das entrevistas não havia acontecido a eleição de junho.

*“Se teve (interferência do sindicato no debate sobre reestruturação produtiva), não participei.” (trabalhadora do setor de administração e finanças)*

*“Faltou envolvimento por parte dos diretores para fazer com que houvesse envolvimento da categoria. Mas, sem o envolvimento da direção, como querer a participação da base?” (trabalhador que não identificou o seu setor)*

Outros trabalhadores consideraram os esforços do sindicato insuficientes para dar respostas claras sobre o momento atual:

*“O sindicato tentou, mas não conseguiu. Os debates foram importantes mais insuficientes para fazer frente à grande empresa movida pela lógica do capital que tratorou tudo.” (trabalhador que não identificou o seu setor)*

*“Conseguiu em parte. Talvez faltou um pouco de criatividade para motivar os empregados, um pouco de organização da área sindical (muita divisão) e grande parte pelo pouco envolvimento dos empregados devido as pressões e medo gerados pelas empresas.” (trabalhador que não identificou o seu setor)*

Há ainda aqueles que acham que o sindicato não entendeu os problemas decorrentes da reestruturação e adotou uma estratégia política equivocada:

*“De uma maneira geral os sindicatos não se preparam nem direcionam suas ações no sentido de aproveitar as mudanças para conseguir maiores ganhos para classe trabalhadora. Os sindicatos arraigaram-se em uma política sectarista e corporativista, distanciada, portanto, do desejo da maioria dos trabalhadores.” (trabalhador que não identificou o seu setor)*

*“Presos à idéia do enfrentamento, os sindicatos perdem o bonde da história e não realizam nem a reforma, nem a revolução.” (trabalhador do setor de informática)*

*“O sindicato não foi ágil o suficiente para canalizar as angústias que ocorreram no novo contexto econômico-político. Já não cabe mais o discurso revolucionário, pelo menos por enquanto, o trabalho é procurar alternativas para se conseguir os melhores resultados em relação às expectativas dos sindicalizados.” (trabalhador que não identificou o seu setor)*

*“Faltou empenho junto as bases sindicais, faltou a verdade, encarar o problema de frente, com respeito, e com dignidade com todos, faltou seminários, discussão com a sociedade, com os meios de comunicação. Ficou somente na palavra e na vontade política, faltou motivação também dos sindicalizados.” (trabalhador que não identificou o seu setor)*

Com efeito, apesar das diferenças quanto ao que os atores atribuem como papel do sindicato é comum, entre eles, percebê-lo como algo externo, mostrando que não participam da construção do projeto sindical. Assim, é claro, que em contrapartida, o projeto não poderá abrigar os interesses diversos.

Um dos dirigentes do sindicato (da diretoria antiga) mostra clareza no que diz respeito a não existência de um projeto coletivo. Diz ele:

*“A direção (pelo menos parte dela) tem clareza de seu vínculo com a CUT e a FITTEL e sabe o que é um projeto de classe, mas ainda não conseguimos partilhar isso com a totalidade da categoria que continua preocupada só com o imediato como um fim em si mesmo.”*

Apesar disso, a crise pela qual passa o Sindicato dos Telefônicos não é um fenômeno isolado. Segundo Antunes, as centrais sindicais precisariam, especificamente a CUT de, além da combatividade anterior, de entender os elementos da crise capitalista, de modo que soubesse se posicionar na conjuntura. Ao que diz:

*“Era necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas, de modo a dotar o novo sindicalismo dos*

*elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto e, de outro, à acomodação social-democrática, que apesar de sua crise no centro, aumentava fortemente seus laços políticos e ideológicos com nosso movimento sindical, procurando apresentar-se cada vez mais como a única alternativa possível para se fazer o combate ao neoliberalismo.”*

É preciso entender que o sindicato, tal como se apresenta, também é constitutivo do momento atual, sendo, inclusive, condição, para que os acontecimentos assumam tal dimensão. Ou seja, a tentativa de subordinar os trabalhadores e construir um consenso aparente só possível para o capital na medida que anule, através de suas estratégias, a importância do sindicato para os trabalhadores, bem como obnubile a existência de um projeto sindical alternativo.

A reestruturação pressupõe assim, sindicatos mais fragmentados, menos atuantes, mais fracos do ponto de vista das taxas de sindicalização e da realização de movimentos que questionem a ordem. Em Braga, encontramos:

*É possível dizer que este conjunto de mudanças conduz as classes trabalhadoras a um duplo movimento de, por um lado, brutal aumento nas taxas de desindicalização quando pensamos nos grandes sindicatos corporativos do período fordista e, por outro, redefinição das formas de inserção e representação sindical (sobretudo quando se pensa no aumento dos sindicatos organizados por empresa, por exemplo). Tal processo apontaria, por assim dizer, para vulnerabilidade coletiva dos trabalhadores (e suas formas de organização, principalmente sindical) à mobilidade nacional e internacional do capital (como já vimos) determinado pela homogeneização de sua base técnica.”<sup>23</sup>*

Apesar de todas as fragilidades já apontadas na atuação do SINTTEL não podemos deixar de inseri-las num momento de refluxo da maioria dos movimentos sociais e sindical

---

<sup>23</sup> BRAGA, Ruy - “Forças produtivas, hegemonia e imperialismo”, Pag/120, in Novas Tecnologias - crítica da atual reestruturação produtiva, São Paulo: Xamã, 1995.

diante da reestruturação do capital. Assim, torna-se possível compreender que a ausência de um projeto sindical ligado a um plano de ação compatível se agrava diante da conjuntura, descredenciando o sindicato junto aos trabalhadores.

O movimento sindical tinha no espaço fabril a sua expressão organizativa. A fábrica, politizada e politizante, agregava-se visões de mundo diferenciadas e definidoras de práxis concorrentes. Com essas modificações, originadas pelo progresso técnico - fruto de relações entre o capital e trabalho - a dispersão da classe trabalhadora e a desarticulação dos movimentos sociais, a aparência é da necessidade da emergência de um novo discurso, mais “flexível e moderno”, que coadune com os novos tempos, de modo que os trabalhadores passam, também a exigir essa postura do seu sindicato.

Na EMBRATEL, como na fábrica, o local de trabalho é redesenhado a partir de novos procedimentos operacionais, implicando na reconstrução de espaços de debate entre os trabalhadores que reponha os argumentos presentes no local de trabalho, seja através de organizações no local de trabalho, seja através do desenvolvimento de espaços alternativos.

Com isso, não queremos dizer que o SINTTEL não desenvolveu nenhuma ação, inclusive junto ao SINTEC, que minimamente questionava a reestruturação produtiva, mas que essas ações, por suas perspectivas fragmentárias, não resultaram em uma estratégia global de enfrentamento.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Em 1993 foi realizado um debate sobre novas tecnologias, seguido de outros dois nos anos subsequentes. Além disso, o SINTTEL encaminhou, durante esses cinco anos, junto ao SINEC, oito ofícios à empresa, denunciando e pedindo providências quanto às pressões e punições exercidas aos trabalhadores que reagiam à entrada de novas tecnologias, conforme entendimento dos sindicatos. A empresa sempre negou tal discriminação, mas, de uma forma ou de outra, abrandava as pressões quando observava a possibilidade destas gerarem uma reação mais generalizada.

Os documentos que examinamos resultantes e proponentes de ações, realizavam um diagnóstico fragmentário, na medida em que versavam sobre as conseqüências do processo de reestruturação - como doenças psíquicas, exclusão dos inábeis (os menos devidamente preparados), extinção de postos sem treinamento dos transferidos para ocupação de outros, a escolha arbitrária (na medida que não designa critérios coletivos e transparentes) de pessoas para cursos no exterior, o ambiente de incertezas fruto das aceleradas mudanças, as retaliações aos que reivindicam seu direito à periculosidade, ameaças, extinção de setores - mas não as reconhecia com condição *sine-qua-non* do próprio processo reestruturador. Qual seja, tangiam os efeitos, mas não lhes apontava as causas. Como conseqüência não foi possível construir um movimento que impedisse as seqüelas, nem politizar o debate em torno da reestruturação junto à base.

Derivam-se deste diagnóstico ações fragmentárias na medida que não irrompem um processo de efetivo questionamento à forma como o capital objetiva-se na contemporaneidade. Desta feita, não são capazes de originar uma práxis que faça mediações eficazes do trabalho com a totalidade social e desenvolva ações políticas que *re-unifique o ser social provisoriamente fragmentado*.

Por outro lado, a manutenção da unificação estrutural dos telefônicos em um só sindicato e federação é um passo para rearticulação da relação particularidade-totalidade, apontando para uma possível práxis de caráter mais global. Por outro, a momentânea incapacidade de auto-reconhecimento está na raiz de práticas individualistas e fragmentárias.

O ser social formado pelo trabalho é hoje muito mais complexo - incorpora subjetividades diferenciadas, mais ou menos conscientes, com mais ou menos poder e capacidades diversas. Portanto, a práxis deve incorporar o elogio à diferença e à

heterogeneidade ao invés da padronização de comportamentos, a uniformização de discursos e a homogeneização dos gostos. Entende-se que é necessário, processualmente, subverter a lógica da compreensão do *indivíduo-padrão* e elevá-la à contraditoriedade intrínseca do ser.

O desenvolvimento das características, tal como apontamos acima, mostra-se como uma exigência na configuração de uma práxis social que queira aglutinar as mais diversas percepções e, como consequência, reconstruir a radicalidade perdida.

Portanto, repensar a práxis significa reconstruir a identidade a partir de uma nova proposta hegemônica que se direcione à outra lógica, com características diversas. Significa projetar o ressurgimento do ser humano e liberá-lo de ser apenas um pressuposto apagado pelo capital. É como anunciar uma explosão de criatividade, sensibilidade e radicalidade capaz de gerar, racionalmente, um novo mundo, para além do capital.

## CONCLUSÃO

Por mais que tenhamos justificado a inserção do trabalhador de telecomunicações numa realidade objetiva na qual os elementos objetivos e subjetivos se entrelaçam na constituição da história do ser social ainda nos restam dúvidas sobre as possibilidades de aglutinação deste segmento a um projeto mais geral, dentro do qual os trabalhadores se autoreconheceriam.

Ou seja, cada dia não se torna mais distante e difícil a percepção um-outro como singularidades de uma universalidade? Não estaríamos nós teorizando no campo do mais puro idealismo, enquanto a vida prático-material coloca em risco nossa análise? Se os próprios trabalhadores da EMBRATEL não se auto-reconhecem como sujeitos e trabalhadores, inseridos na classe não seria pretensão nossa justificar a presença deles num trabalhador coletivo, constituído a partir do capital?

Maar nos diz:

*“A sociedade já não é mais uma “fábrica”. Assim, a reprodução do sistema envolve mecanismos que não podem ser remetidos unicamente ao processo de produção, mas perpassam a totalidade das várias dimensões da sociedade, motivo pelo qual a análise crítica também precisa ir além do âmbito da produção, embora sem perder seu referencial. A própria racionalidade, nos termos científicos, culturais, políticos, refletiria o processo produtivo.”<sup>1</sup>*

Nos parece que nosso autor, corretamente, agrega outros elementos à análise para perceber o momento hegemônico do capital, em que o trabalho é totalmente socializado e

---

<sup>1</sup> MAAR, Wolfgang - Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social? in Liberalismo e Socialismo / vários autores, São Paulo: UNESP, 1995.

generaliza-se como trabalho capitalista, mas nem por isso, é compreendido como tal. Ou seja, quanto mais universaliza-se o modo de produção capitalista, mais se impõe uma racionalidade específica que mistifica o momento histórico como única história possível. Assim, parece conseqüente que o momento formativo seja obnubilado pelo fetiche da sociedade produtora de mercadorias.

Reconhecer-se como sujeito seria compreender a história do capitalismo como “história da dominação do homem”, o que, imediatamente, implicaria em rever o percurso do objeto. Se o fazemos, não podemos nos desvincular de um momento específico, que, por ser específico não, necessariamente há de generalizar-se para sempre.

As teses da sociedade pós-industrial, nesse sentido, surgem com a explícita intenção de obscurecer categorias analíticas, sem, contudo, superá-las. Maar diz:

*“Neste sentido, não há como concordar com a tese do “fim da sociedade do trabalho”. Ela só pode ser compreendida se se considerar a hipótese contrária: a centralidade da concepção do trabalho na dimensão que lhe é conferida no âmbito da análise marxista do capital. Ou seja: a tese do “fim da sociedade do trabalho”, a “utopia do tempo livre”, é a forma atual do fetiche do capital, ideologia da moderna sociedade da industrialização avançada, assim como a “utopia do trabalho” foi o fetiche do capital no início do capitalismo. Tem função ideológica.*

*Na verdade, a tese do “fim” da sociedade do trabalho é a tese da “universalização” da sociedade do trabalho, na forma social que o mesmo trabalho assume no âmbito do processo de valorização do capital. O fim da sociedade do trabalho é um produto da sociedade do trabalho.”<sup>2</sup>*

A superação de categorias como classe e contradição de classes só se daria a partir da destruição das objetividades capitalistas que as encerra, o que significaria libertar o

---

<sup>2</sup> MAAR, Wolfgang, op,cit, Pag/86, 1995.

trabalho, através de seu potencial de modificador da realidade, das imposições capitalistas de organização.

Se hoje os trabalhadores da EMBRATEL não se percebem enquanto integrantes de um modo de produção que se apropria do trabalho e por isso mesmo as alterações que acontecem no setor se destinam senão a proporcionar o aumento de índices de produtividade cada vez maior, isso não significa que, através da coletivização de experiências isso não seja possível.

Nesse sentido, dois desafios, *a priori, estão* colocados aos trabalhadores de telecomunicações: a criação de mediações por intermédio da ação coletiva que leve os trabalhadores à compreensão mediada da realidade, cujo resultado seria a organização de formas de controle, ainda que parcial, do processo de trabalho no setor.

Como vimos, a lógica capitalista pode levar o setor de telecomunicações brasileiro à completa privatização e substituição do trabalho vivo por trabalho morto, eliminando de uma só vez a possibilidade de interação das tecnologias da informação com a experiência, rompendo algumas fronteiras internas de divisão do trabalho e impedindo a capacidade de desenvolvimento tecnológico autônomo.

Não há possibilidades de mudanças da atual situação se a experiência coletiva for neutralizada e a partir dela não nascer “estratégias” que recusem a subordinação e a vida construída a partir do capital. Assim, inclusive os trabalhadores de telecomunicações precisam experimentar a subversão como valor concreto e como estratégia, para além da ordem capitalista, originando uma outra racionalidade, mais cheia de sentido para todos.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. - "Crítica cultural e sociedade" in Theodor Adorno, Cohn, G. (org), São Paulo: Ática, 1994.
- ADORNO, T., HORKHEIMER, M. - "Prefácio e A indústria cultural: o esclarecimento como massificação das massas" in Dialética do Esclarecimento, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.
- AGLIETTA, M. - Régulation et crises du capitalisme, Paris: Calmann Léwy, 1976.
- ALVES, G.- "A vigência do capital: crise capitalista e problemas teórico-metodológicos do pensamento social centrado na categoria do trabalho" in Temáticas, Ano I, N° 1, 2° Semestre, 1993.
- ANTUNES, R. - Adeus ao proletariado? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo: Cortez, 1995.
- ARATO, A. - "Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, N° 27, Ano 10, Fev/1995.
- AVRITZER, L. - Sociedade civil e Democratização, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1994.
- BELL, D. - Vers la société post-industrielle, Paris: Laffont, 1979.
- BERNARDO, J- A economia dos conflitos sociais, São Paulo: Cortez, 1991.
- BIHR, Alain - Du "Grand Soir" a L'Alternative', Paris: Les éditions Ouvrières, 1991.

- BURAWOY, M - El consentimiento en la produccion, Ministerio do Trabajo y Seguridad Social, Madri, 1988.
- BRAGA, R. - Novas Tecnologias- crítica da atual reestruturação produtiva, São Paulo: Xamã, 1995.
- BRAVERMAN, H - Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- CAMPANARIO, P. - Dialética y Empirismo, San José: EDUCA, 1983.
- CARCANHOLO, R. - “A dialética da mercadoria: guia de leitura” in Cadernos Ange- Textos Didáticos, N ° 4, Vitória: ANGE, 1993.
- \_\_\_\_\_ . - “O capital: ciclos, circulação e rotação -roteiro de estudos” in Cadernos Ange - Textos Didáticos, N ° 4, Vitória: ANGE, 1993.
- CHENAIS, F. - A mundialização do capital, São Paulo: Xamã, 1996.
- COHEN, J. - “Strategy or Identity: New theoretical paradigms and contemporary social movements” in Social Research, Winter, 1985.
- CORIAT, B. - “Autômatos, robôs e a classe operária” in Novos Estudos CEBRAP, Vol II, N° 2, Julho, 1993.
- \_\_\_\_\_ - Pensar pelo avesso. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Revan, 1994.
- COUTINHO, C.N. - “ Lukács, a ontologia e a política” in Marxismo e política: A dualidade de poderes e outros ensaios, São Paulo: Cortez, 1994.

DAHRENDORF, R. - “Conflito depois da classe” in O Conflito Social Moderno: um ensaio sobre a política da liberdade, São Paulo: Jorge Zahar Editores/Edusp, 1992.

DANTAS, M - A lógica do capital-informação, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DIAS, E. - “Cidadania e racionalidade de classe” in *Universidade e Sociedade*, Nº 11, Jun/1996.

\_\_\_\_\_ - A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes, Brasília: Sindicato dos Eletricitários, 1996.

EDER, Klaus. - “Culture and crisis” in Theory of culture, Munch, R. and Smelser, N (Editors), Berkely: University of California Press, 1992.

FAUSTO, R. - “Dialética marxista, humanismo e anti-humanismo” in Marx- Lógica e Política, Tomo I , São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FERNANDES, F. (org) - “A libertação da classe oprimida” in Marx e Engels, São Paulo: Ática, 1989.

FERREIRA, C. - “Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro” in Cadernos do CESIT, Campinas: UNICAMP, 1991.

FREITAG, B. - Habermas, São Paulo: Ática, 1993.

GOMES, H . - O capitalismo tardio de Ernest Mandel, Vitória, 1995 (mimeo).

GORZ, A. - “A nova agenda” in Depois da Queda, Blackburn,R. (org), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_ - Critique of economic reason, London: Verso, 1988.

\_\_\_\_\_ - Les Chemins du Paradis. L agonie du capital, Paris: Editions Galilée, 1983.

\_\_\_\_\_ - Adeus ao proletariado: para além do socialismo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOUNET, T. - Pensar ao avesso...do capitalismo (mimeo)

GRAMSCI, A - “Americanismo e fordismo” in Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HABERMAS, J. - “ Técnica e ciência enquanto ideologia” in Habermas, Os pensadores, São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_ - “A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas” in Novos Estudos CEBRAP, Nº 18, Set, 1987.

\_\_\_\_\_ - “Conhecimento e Interesse e Teoria Analítica da Ciência e Dialética” in Os pensadores, Zeljko Ioparé e Otilia B. Fiori (org), São Paulo: Abril Cultural, 1975.

\_\_\_\_\_ - “Excurso acerca do envelhecimento do paradigma da produção “e “O conteúdo normativo da modernidade” in O discurso filosófico da modernidade, Lisboa: Dom Quixote, 1992.

\_\_\_\_\_ - “Sistema y mundo de la vida” in Theoria de la accion comunicativa, Tomo 2, Cap IV, Taurus: Madrid, 1987b.

HARVEY, D - A condição pós-moderna, Parte II, São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HINRICHIS, K. , OFFE, C. , WISENTHAL, H. - "Time, money and Welfare State Capitalism" in Civil Society and the State, Keane, John (ed), London, Verso, 1988.

HIRATA, H. - "Receitas japonesas, realidade brasileira" in Novos Estudos CEBRAP, Nº2, São Paulo, Julho, 1993.

IANNI, O. - Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx, Petrópolis: Vozes, 1985.

KOSIC, K. - "Dialética da totalidade concreta" in Dialética do Concreto, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LESSA, S. - "Lukács e o marxismo contemporâneo" in Temáticas, Ano I, Nº 1, 2º Semestre, 1993.

\_\_\_\_\_ - A Ontologia de Lukács, Maceió: EDUFAL, 1996.

LOJKINE, J. - A revolução informacional, São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, G. - "A consciência de classe e A reificação e a consciência de classe" in História e Consciência de Classe (1923), Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.

\_\_\_\_\_ - Existencialismo ou marxismo? , São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_ - O trabalho como posição teleológica , tradução: Coutinho, C.N. (mimeo).

\_\_\_\_\_ - "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem" (1968) in Temas de Ciências Humanas, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, Nº 4, Outubro, 1978.

MAAR, W. - “Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social?” in Liberalismo e Socialismo: velhos e novos paradigmas/vários autores, São Paulo: Editora UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_ - “Lukacs, Adorno e o problema da formação” in Lua Nova, N ° 27, 1992.

MANDEL, E. - O capitalismo tardio, São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1981.

MARCUSE, H. - A ideologia da sociedade industrial, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MARX, K - “O trabalho alienado” in Manuscritos Económico- Filosóficos, Lisboa: Edições 70, 1996.

\_\_\_\_\_ - A miséria da filosofia (1847), São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_ - O Capital, Livro Primeiro: Caps - I, II, IV, V, VI, X, XI, XII, XIII, XIV, XXI, XXII, XXIII; Livro Segundo: Caps - IX; Livro Terceiro: Caps - I, II, XIII, XIV, XV, XLVIII., São Paulo: Nova Cultural, SP, 1985-1986.

\_\_\_\_\_ - O 18 Brumário e Cartas a Kulgemann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_ - Capítulo VI Inédito de O Capital, São Paulo: Editora Moraes, 1969.

\_\_\_\_\_ - O manifesto do Partido Comunista, São Paulo: Editora Escriba, 1978.

MÉSZAROS, I. - “Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente” in Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação, São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

MILLS, Wright - A nova classe média, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

- OFFE, C. - "Trabalho : a categoria sociológica chave?" e "O futuro do mercado de trabalho" in Capitalismo Desorganizado, São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- RANIERE, J.J. - Trabalho e ideologia em Georg Lukács, apresentado à disciplina Teoria da Ideologia, 1992 (mimeo).
- RICARDO, D. (1817) - "Princípios de Economia Política e Tributação", Cap 1 a 3 in Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RUBIN, I. (1928) - A teoria marxista do valor, São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SILVA, J.P. - Trabalho e teoria social: Habermas, Gorz e o conceito de sociedade dual, 1995 (mimeo).
- TONET, I. - "Marx e a política: Prefácio aos Glosas Críticas... de Marx" in Práxis, Nº 5, Out-Dez, 1995.
- WOHLERS, M. - Reestruturação, internacionalização e mudanças institucionais das telecomunicações: lições das experiências internacionais para o caso brasileiro, Tese de Doutorado/IE/UNICAMP, 1994.